

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

DISSERTAÇÃO

**A dinâmica prazer-sofrimento na ocupação de
Catadores de Material Reciclável
Estudo com duas cooperativas no DF**

Aluna: Cleide Maria de Sousa

Orientadora: Ana Magnólia Bezerra Mendes

Brasília

2007

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

DISSERTAÇÃO

A dinâmica prazer-sofrimento na ocupação de Catadores de Material Reciclável

Estudo com duas cooperativas no DF

Aluna: Cleide Maria de Sousa

Orientadora: Ana Magnólia Bezerra Mendes

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de Brasília, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Brasília

2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Esta dissertação de mestrado foi aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

Dra. Ana Magnólia Bezerra Mendes

Presidente da Banca Examinadora

Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes

Departamento de Sociologia – Universidade de Brasília

Dr. José Roberto Montes Heloani

Departamento de Administração - Universidade Estadual de Campinas/SP

Dr. Mário César Ferreira

Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

Suplente

“Não adianta as elites tentarem nos fazer acreditar que somos naturalmente vagabundos, palhaços, raça de vira-latas, falsos malandros (otários), pacíficos e conformados. Somos aquilo que fazemos de nós mesmos e NOSSA HISTÓRIA comprova 500 anos de luta, vida, dor e esperança”.

(Jornal do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável - MNCR, 2006).

Para Bernardo, e Mathias.

Agradecimentos

Toda a minha gratidão é devida a Prof. Dra. Ana Magnólia Bezerra Mendes, orientadora deste trabalho. Obrigada pelo seu apoio, incentivo, auxílio e competência.

Registro imensa gratidão à minha família - minha mãe, Maria José, meu pai, Francisco Luiz, minha irmã, Cléia Sousa e meu filho, Bernardo Oliveira.

Obrigada a todos os colegas e companheiros da pós-graduação, com menção especial aos amigos João Batista Ferreira, Valeska Martins, Leonardo Castro e Fábio Iglesias.

Expresso meu reconhecimento e agradecimento aos companheiros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Saúde e Trabalho – GEPSAT, especialmente Rodrigo Novaes e o psicólogo, Emílio Facas.

Agradeço a todos os professores do Instituto de Psicologia, em especial os professores Maria Helena Fávero, Gardênia Abbad e Hartmut Gunther.

Toda gratidão é devida aos amigos Hamilton Rafael, Mara Prudêncio, Paulo de Tarço, Leôncio Camino, Eros, Airton Moraes, Juliana Melo, Andreza Aretakis, Juliana Oliveira, Mauricio Sarmet, Rafael Oliveira, Rodrigo Vasconcelos, Ana Flávia Moreira, Gilberto Derze, Ricardo Primi, Daniela Garcia, Juliana Porto, Ronaldo Pilati, Aline Aguiar, Walter Cruz, Fernando Gutierrez, Zuleide Feitosa, Marília Brito, Simone Jardim, Leando Wendland, Airton Moraes, Clarissa Torres, Fabiana Rodrigues, Christian Haensell e o querido Mathias. A maior parte do tempo vocês me ergueram, sem nem saber que o faziam.

Além disso, agradeço a Milton de Espíndola, Luiz Fernando Silva, Lia Kunsler, Alzira Santos, Fernanda Miranda, Leanda Alvarenga e Madson Coelho.

Obrigada aos companheiros, Pedro Issac e Gabriela Cunha; aos Profs. Sadi Dal Rosso e Christiane Girard, todos do Departamento de Sociologia – UnB. Obrigada a Jorge Streit, da Fundação Banco do Brasil, e Paulo Corbucci, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA.

Agradecimentos são especialmente dirigidos ao Fórum Regional Lixo e Cidadania do DF, à Cáritas Brasileira, Unitrabalho-DF e às duas cooperativas que participaram da pesquisa. Obrigada a Ceixa, da CORTRAP, Edílson, da Associação Ambiente da Vila Estrutural, e Irmã Delires.

Expresso ainda toda minha gratidão aos catadores de lixo, em especial, àqueles que voluntariamente participaram deste estudo. Esta pesquisa é um esforço para contribuir na construção de políticas de segurança social que os abarque como verdadeiros cidadãos e trabalhadores.

A todos vocês, que contribuíram de maneira fundamental e definitiva para a inspiração, desenvolvimento e concretização deste projeto, muito obrigada!

Resumo

A ocupação de Catadores de Material Reciclável existe, informalmente, há mais de 50 anos no Brasil, embora só em 2001, tenha sido reconhecida como profissão. No país, calcula-se, mais de 800 mil trabalhadores sobrevivem da catação de material reciclável. No DF são, aproximadamente, três mil catadores, grande parte organizados em cooperativas de trabalho, muitas delas ainda em estágio embrionário de formação. Pesquisas têm evidenciado que o trabalho de Catadores organizado em cooperativas tem se mostrado efetivo para ampliar o exercício de cidadania dos trabalhadores, favorecendo o aumento de renda das famílias, a auto-estima, bem como a inclusão social e econômica. A questão ambiental, principalmente, a destinação final de resíduos sólidos urbanos, tangencia o trabalho de Catadores. Em 78% dos municípios brasileiros, o destino final do lixo é o despejo à céu aberto, o que influencia diretamente nas condições de trabalho dos Catadores, em sua grande maioria submetidos a condições degradantes de trabalho em lixões, aterros e ruas das cidades. Este estudo tem como objetivo geral analisar o Contexto de Trabalho de Catadores de Material Reciclável cooperativados, no Distrito Federal, considerando a inter-relação prazer-sofrimento, estratégias de mediação do sofrimento e riscos à saúde mental no trabalho. Os objetivos específicos são respectivamente: a) caracterizar o contexto de trabalho de Catadores de Material Reciclável, a partir das dimensões: Condições de Trabalho, Organização do Trabalho e Relações Socioprofissionais; b) analisar as vivências de prazer-sofrimento e estratégias de mediação do sofrimento no trabalho; e c) identificar riscos à saúde mental na ocupação dos Catadores. O referencial teórico utilizado é o da Psicodinâmica do Trabalho, teoria esta que se ocupa do sujeito no trabalho, sua subjetividade e como se estabelece o binômio saúde-trabalho. A metodologia abarcou observações *in loco*, análise de documentos e a realização de entrevistas coletivas semi-estruturadas, com trabalhadores de duas cooperativas do DF, a saber, Cooperativa Jequitibá e Ipê Roxo. Participaram do estudo, 11 trabalhadores (Jequitibá: 6 trabalhadores; Ipê Roxo: 5 trabalhadores). Os dados foram tratados mediante análise de conteúdo, do tipo categorial temática. Os resultados indicam que as Condições de Trabalho dos Catadores são precárias, a Organização do Trabalho é flexível e as Relações Socioprofissionais são percebidas positivamente, sustentadas por bases de apoio e cooperação entre pares. Na cooperativa mais estruturada, a partir dos princípios cooperativistas (Jequitibá) identificou-se prevalência de vivências de prazer, vinculadas à organização flexível do trabalho, à criatividade no aproveitamento do lixo e ampliação de direitos e cidadania. Além disso, identificou-se mediação coletiva do sofrimento e o trabalho como antecedente de saúde. Na cooperativa menos estruturada, identificou-se prevalência de vivências de prazer, mas vinculadas a uma única fonte, à organização flexível do trabalho. A mediação do sofrimento se dá pelo uso de estratégias defensivas - racionalização e negação – ficando a saúde dos trabalhadores mais vulnerável à riscos e desestabilização. O estudo confirma a premissa da liberdade como condição essencial às vivências de prazer e a organização em cooperativas de trabalho, no bojo da economia solidária, como propícia à manutenção da saúde e gratificação identitária de Catadores de Material Reciclável.

Palavras-chave: Catadores de Material Reciclável; prazer-sofrimento; cooperativismo; lixo; Psicodinâmica do Trabalho.

Abstract

The occupation of Recyclable Material Collectors has existed informally for more than 50 years in Brazil although only in 2001 was it recognized as a profession. It is estimated that more than 800 thousand workers in Brazil make a living from collecting recyclable materials. In the Federal District, there are approximately three thousand collectors, mostly organized into work cooperatives, many of which are still in an initial stage of development. Research has shown that the work of the Collectors when organized into cooperatives has been effective in enhancing the practice of citizenship among the workers, promoting an increase in family income, self-esteem, and social and economic inclusion. Environmental issues, particularly the final destination of solid urban wastes, are closely related to the work of the Collectors. In 78% of Brazilian municipalities, the final disposal site of solid wastes is the open dump, which directly influences the working conditions of Collectors, most of whom are subject to degrading working conditions in dumps, landfills, and city streets. The main aim of this study is to analyze the working context of Recyclable Material Collectors in cooperatives, in the Federal District, considering the relationship between pleasure and suffering, the mediation of suffering, and mental health hazards in the work. In addition, the study aims specifically at: a) characterizing the work context of the Recyclable Material Collectors based on the following dimensions: Working Conditions, Work Organization, and Socio-professional Relations; b) analyzing the pleasure-suffering experience and suffering mediation strategies in the work; and c) identify the mental health hazards in the Collectors' occupation. The theoretical framework employed is that of Work Psychodynamics, which addresses the subject at work, his or her subjectivity, and how the health-work relationship is established. The methodology included *in loco* observations, the analysis of documents, and semi-structured collective interviews with workers from two cooperatives in the Federal District: Cooperativa Jequitibá and Ipê Roxo. Eleven workers took part in the study (6 workers from Jequitibá and 5 from Ipê Roxo). The data were analyzed using thematic content analysis. The findings indicate that the working conditions of the Collectors are precarious, the work organization is flexible and the Socio-professional Relations are perceived as positive, sustained by support bases and cooperation among peers. In the most structured cooperative (Jequitibá), based on cooperativist principles, the study found a prevalence of pleasurable experiences, linked to the flexible organization of the work, to the creativity in the reuse of solid wastes, and the enhancement of rights and citizenship. In addition, the study identified a collective mediation of suffering and work as an antecedent to health. In the least structured, the study also found a prevalence of pleasurable experiences, though linked to a single source — the flexible organization of the work. The mediation of suffering took place through defensive strategies — rationalizations and denial — leaving the workers' health more vulnerable to hazards and destabilization. The study confirms the premise of liberty as an essential condition to pleasurable experiences and the organization of work cooperatives, in the context of a solidary economy, as favorable to the maintenance of the health and identity gratification of Recyclable Material Collectors.

Keywords: Recyclable Material Collectors; pleasure and suffering; cooperativism; solid wastes; Work Psychodynamics.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Uma breve história do trabalho	4
1 – Trabalho: “glorificação” ou “laborização” da vida?.....	4
2 – Trabalho no Brasil: violência e exclusão.....	7
3 – Trabalho e pobreza.....	12
4 – Economia Solidária e Cooperativismo.....	16
Capítulo II – Os Catadores de Material Reciclável	23
1 – Lixo: problema social e ambiental.....	23
2 - Viver <i>no/do</i> lixo? O trabalho dos Catadores de Material Reciclável.....	25
3 – O trabalho de Catadores de Material Reciclável no DF.....	34
Capítulo III – Abordagem Psicodinâmica do Trabalho	37
Capítulo IV – Objeto de Investigação	46
Capítulo V – Método	54
1 – Participantes.....	54
2 – Instrumento.....	55
3 – Procedimento.....	56
4 – Análise dos Dados.....	57
Capítulo VI – Resultados	58
1 – Cooperativa Jequitibá	58
2 – Cooperativa Ipê Roxo	66
Capítulo VII – Discussão	74
1 - Contexto de Trabalho	74
2 – Prazer-sofrimento e estratégias de mediação do sofrimento	81
3 – Risco à saúde mental	85
Capítulo VIII – Conclusão	91
Referências bibliográficas	95
Anexos	109
1 – Fotos: Cooperativa Jequitibá	109
2 – Fotos: Cooperativa Ipê Roxo	111

Introdução

Este estudo foi planejado, organizado e desenvolvido a partir do interesse pela centralidade do trabalho na vida dos indivíduos e como essa centralidade se repercute na dinâmica prazer-sofrimento. Mais que isso, pelo interesse na inter-relação entre trabalho e subjetividade, organização do trabalho e sujeito, especificamente, na realidade brasileira.

A categoria profissional escolhida para participar da pesquisa é a de Catadores de Material Reciclável, decisão esta sustentada pelas razões que seguem:

1) A realidade da profissão de Catadores de Material Reciclável é caracterizada por condições de trabalho precárias em função do contato direto com rejeitos em lixões, aterros e ruas das cidades. Contribui para a precariedade do trabalho, a informalidade da ocupação dos catadores, condição que os deixa mais vulneráveis uma vez que não gozam dos direitos trabalhistas e previdenciários. A informalidade faz com que catadores, na realidade, se movimentem num mercado clandestino, não havendo reconhecimento da sociedade pelo trabalho que desenvolvem;

2) Como forma de reação ao desemprego e à exclusão, nos últimos anos, observa-se uma tendência de organização dos catadores em cooperativas de reciclagem de lixo, incentivadas pelos princípios da economia solidária. Essas cooperativas de trabalho, sustentadas a partir dos princípios de autonomia, independência e autogestão, em tese, devem promover educação, qualificação profissional e melhores condições de trabalho e de vida aos catadores. Observa-se, no entanto, que, mesmo quando organizados em cooperativas de reciclagem, em geral, as condições de trabalho de catadores permanecem precárias;

3) A precariedade das condições de trabalho dos catadores é fortemente influenciada pela ausência de uma política nacional de destinação de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Essa lacuna perpetua e incentiva o descaso com o lixo nas metrópoles e cidades brasileiras, onde rejeitos e descartáveis são tratados da mesma forma, quase sempre depositados à céu aberto, gerando desperdício, prejuízos econômicos e degradação para o meio ambiente.

A profissão de catadores, portanto, situa-se numa economia marginal, ladeada por condições precárias de trabalho, sem possibilidades de reconhecimento pela contribuição que traz à economia, para os serviços de limpeza urbana e para o

ecossistema. Esses argumentos justificam a relevância da categoria profissional estudada e a relevância social do objeto de estudo, na medida em que ilustra, a um só tempo, a crise do trabalho, a crise de nossa sociedade, bem como a capacidade do brasileiro de “criar” e “inventar” trabalho e de se adaptar às brechas da sociedade para sobreviver.

Isto posto, podemos afirmar, esse estudo apresenta-se original pelo intento de analisar o contexto de trabalho de catadores a partir da perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. As contribuições acadêmicas relacionam-se ao avanço da compreensão da dinâmica prazer-sofrimento, a relação saúde-trabalho, bem como o desenvolvimento das pesquisas no bojo da Psicodinâmica no Brasil. Além disso, amplia a compreensão da relação homem-trabalho, especificamente, no contexto da economia solidária e do cooperativismo, propondo, aprofundando e estabelecendo relação entre variáveis conexas como organização do trabalho e autogestão, por exemplo.

As perguntas que motivaram este estudo são:

- Que características do contexto de trabalho de catadores determinam a dinâmica do prazer-sofrimento?
- Os Catadores vivenciam, predominantemente, prazer na cooperativa mais estruturada pelos princípios da economia solidária e cooperativistas? De maneira inversa, os catadores vivenciam mais sofrimento na cooperativa menos estruturada pelos mesmos princípios?
- O trabalho dos catadores, associado à autonomia e autogestão, propostas pelo cooperativismo e pela economia solidária, configuram uma organização do trabalho flexível com ganhos capazes de neutralizar/minimizar as precárias condições de trabalho, se/quando existentes?
- Os riscos à saúde mental na ocupação de catadores é minimizado na cooperativa mais estruturada?

Para responder a estas perguntas, o presente estudo foi planejado e executado com o objetivo geral de analisar o Contexto de Trabalho de Catadores de Material Reciclável cooperativados no Distrito Federal, considerando a inter-relação prazer-sofrimento, estratégias de mediação do sofrimento e saúde mental no trabalho. Os objetivos específicos compreendem: a) Caracterizar o contexto de trabalho dos Catadores de Material Reciclável, a partir das dimensões: Condições de Trabalho, Organização do

Trabalho e Relações Socioprofissionais; b) Analisar as vivências de prazer-sofrimento e estratégias de mediação do sofrimento; e c) Identificar riscos à saúde mental na ocupação dos Catadores de Material Reciclável cooperativados.

Este trabalho está dividido em oito capítulos, a saber: o primeiro capítulo que empreende uma breve retrospectiva sobre o trabalho, definições e sentido, propondo uma reflexão sobre trabalho, pobreza e exclusão; nesse capítulo, a economia solidária e o cooperativismo são apresentados como possíveis alternativas à crise e flexibilização do trabalho. O segundo capítulo trata especialmente do trabalho de Catadores de Material Reciclável, no Brasil e no Distrito Federal. O terceiro capítulo apresenta a abordagem teórica da Psicodinâmica do Trabalho. O quarto capítulo explicita o objeto de investigação da pesquisa: problema, conceitos teóricos e objetivos – geral e específicos. Os capítulos de cinco a oito descrevem, detalhadamente, a pesquisa desenvolvida com duas cooperativas de Catadores do DF, método empregado, resultados encontrados, discussão, principais conclusões e limitações do estudo.

I. Uma breve história do trabalho

Para uma ampla compreensão do trabalho de Catadores de Material Reciclável, entende-se, é necessária uma breve retrospectiva sobre o trabalho, suas principais concepções e paradigmas. Essa visão panorâmica é oferecida nos tópicos que seguem.

1 - Trabalho: glorificação ou “laborização” da vida?

A história do trabalho acompanha a história da própria humanidade, adquirindo sentidos diferentes a depender da cultura, do espírito de época, dos valores e da visão de homem que cada período sustenta.

Na antiga Grécia, sociedade escravagista, o trabalho era desvalorizado e considerado como uma atividade inferior. O trabalho estava associado à escravidão, subalternidade e luta pela sobrevivência. Particularmente, na sociedade Grega, a atividade material ocupava um lugar secundário, tradição esta que se mantém viva em muitos traços da nossa sociedade moderna, pela associação entre trabalho e condição de inferioridade, dependência e humilhação (Freitas, 2000; Borges & Yamamoto, 2004). Segundo Albornoz (2004), tal herança se exemplifica pela afirmação da “posição social dos ociosos, ou mesmo dos intelectuais – quando não produzem por remuneração algo material – e o rebaixamento da posição dos trabalhadores manuais ou braçais (p. 50)”.

Outra influência é a tradição judaico-cristã, concepção que faz do trabalho uma atividade penosa imposta ao homem como condenação pelo pecado original de Adão. O trabalho assume conotação de labuta, sofrimento, punição e expiação (Weber, 1904/2005). Para os cristãos, o trabalho só era dignificante ao homem se fosse desenvolvido como penitência e, como caminho de louvor à Deus, certamente estava num patamar muito inferior à contemplação direta pela meditação e pela oração (Albornoz, 2004).

Entre os séculos XV e XVI, o Renascimento cultural, impulsionado pelo ideal de resgate dos valores humanistas da antiguidade greco-romana, desenvolve uma outra visão sobre o trabalho (Panazzo e Vaz, 2001; Albornoz, 2004). Nesta época, o trabalho é concebido como um estímulo ao desenvolvimento do homem, sendo expressão da personalidade do indivíduo. Segundo Albornoz (2004), o trabalho passa a ter um significado intrínseco se desvinculando da salvação, renda ou relações de poder. A visão de homem é de um sujeito ativo, construtor e criador do mundo.

A partir do século XVIII, o sistema capitalista de produção instaura uma concepção utilitarista do trabalho. Este é tratado como mercadoria e, segundo Borges e

Yamamoto (2004), valia tanto mais quanto fosse capaz de aumentar os rendimentos do detentor do capital.

Essa mudança não poderia estar desvinculada de uma visão de homem, visão esta que legitimasse o lucro e que valorizasse o trabalho em oposição ao ócio. Segundo Weber (1904/2005), a ética protestante, fundada no êxito material como garantia da graça divina, no planejamento racional da vida do indivíduo e, principalmente, na glorificação do trabalho como vocação, influenciou o “*ethos*” do sistema econômico, denominado por ele, como espírito do capitalismo. O conceito de ganhar dinheiro como um fim em si mesmo, repudiado e condenado pela igreja, e, portanto, contrário aos sentimentos de todas as épocas, passa a ser legítimo principalmente pela influência do Calvinismo (séc. XVI e XVII) e o conseqüente desenvolvimento de uma cultura material (Weber, 1904/2005).

No século XIX, a centralidade do trabalho, levada a sua síntese máxima com a Administração Científica de Taylor, conduz a uma avaliação do homem pela sua capacidade de trabalhar. O trabalho passa a ser visto como fonte de riquezas, bem-estar, prazer, felicidade e satisfação, instituindo-se de vez uma cultura de glorificação do trabalho. A visão Taylorista do trabalho situa-se no bojo do capitalismo, consolidando o trabalho como único caminho para ganhar a vida entre os homens, independentemente do seu conteúdo (Borges & Yamamoto, 2004).

Observa-se, no entanto, que somada à importância do trabalho como principal forma de sobrevivência e manutenção da vida do indivíduo e da sociedade, a tese da centralidade do trabalho também baseia-se no trabalho como atividade vital na vida homem, para sua socialização e humanização (Antunes, 2003). Assim, de forma complementar a essa retomada histórica, visitamos o pensamento de Freud (1917/1997) para quem nenhuma outra técnica de conduta da vida prende tanto o indivíduo à realidade quanto à ênfase concedida ao trabalho. O trabalho, na visão de Freud, concede ao homem um lugar na comunidade humana e fornece-lhe um lugar seguro na realidade; “é indispensável para a preservação e justificação da existência em sociedade” (p. 29). No entanto, observa, a atividade profissional só se constitui em fonte de satisfação especial, quando livremente escolhida, caracterizando-se como fonte de sublimação.

Para Enriquez (1991) o trabalho é gerador de felicidade e solidariedade. Independente das adversidades vividas, o trabalho é um meio cultural onde se transmitem conhecimentos, habilidades; onde se experimenta um ofício, se formam amizades e cada um toma conhecimento de sua identidade pessoal e coletiva.

Segundo Mendes e Cruz (2004) o trabalho, como atividade ontológica, é elemento constituinte da identidade e tem papel essencial para manutenção da saúde. Essa centralidade, no entanto, acarreta conseqüências paradoxais para a integridade física, psíquica e social dos trabalhadores, quando o trabalho está relacionado a contextos onde predominam as condições precárias e limitadores para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos.

O trabalho é um determinante fundamental do homem, inseparável de sua existência, uma forma de expressão e afirmação do homem no mundo físico e social. O trabalho constitui-se ainda em mecanismo de transformação das potencialidades humanas em realizações para a sociedade e para o próprio trabalhador (Castel, 1998; Tamayo, 2004).

Numa perspectiva sociológica, Castel (1998) define o trabalho como uma referência econômica, psicológica, cultural e simbolicamente dominante. É o principal fundamento da cidadania como dimensão econômica e social; ainda afirma que o trabalho assalariado não é a única forma de trabalho socialmente útil, mas é a forma que se tornou dominante desde a primeira Revolução Industrial, por meio do emprego; “é o ponto médio concreto sobre o qual se constroem direitos e deveres sociais, responsabilidades e reconhecimento, ao mesmo tempo que sujeições e coerções” (Castel, 1998, p. 581).

Para Marx (2004), só nos diferenciamos dos animais porque somos capazes de produzir nossa vida material. Pelo trabalho o homem conquista autonomia perante a natureza, sustentando-se como sujeito no mundo. Pelo trabalho, o homem é criador de si mesmo, de sua existência material e também do seu modo de ser. Pela sua expressão e realização, o trabalho é condição de liberdade ou de alienação e, de forma seminal, define a própria condição de ser humano.

Arendt, a partir da sua obra “A condição Humana”, faz uma interpretação da sociedade moderna, e marca uma diferenciação importante para ampliar nossa compreensão sobre essa temática. Arendt (1958/2004) distingue ação, trabalho e labor e emprega, dessa forma, um rompimento com a conceituação do trabalho como dignificante e essencialmente criativo, principalmente na forma como foi concebido por Marx (Wagner, 2002). No pensamento de Arendt (1958/2004), a *ação* é a própria manifestação da vida, com desdobramentos imprevisíveis e, enquanto ato em si, revela a singularidade do indivíduo. O *trabalho* é associado às mãos e produção de objetos que estão destinados a ocupar um lugar no mundo, conferindo a este familiaridade e

permanência, a exemplo dos objetos de arte e objetos de uso. O trabalho tem um começo e um fim determinados e marca a relação do homem com a natureza. O *labor* assume conotação de dor e atribulação, marcado pelas atividades voltadas para a manutenção da vida e sobrevivência da espécie. O labor não deixa nada, uma vez que seus produtos não têm durabilidade suficiente para constituir objetividade. O conceito de labor, portanto, é dimensionado na parte animal ou não humana no homem (Wagner, 2002). Arendt (1958/2004) compreende que a sociedade moderna sustenta-se na exploração do trabalho não qualificado, uma das características do labor. Como sintoma, o homem torna-se um ser frágil diante da existência e passa a buscar segurança no consumo e no aumento da riqueza.

O pensamento e as questões levantadas por Hannah Arendt nos conduz à compreensão do trabalho como um paradoxo: por um lado, condição ontológica essencial para a construção da própria identidade; por outro, *coisificação* e alienação humana. Não podemos esquecer que, modernamente, a centralidade do trabalho define contornos agudos para problemas relacionados ao mundo do trabalho, conforme citado por Antunes (2003): a superexploração do trabalho, a utilização brutalizada do trabalho de imigrantes, negros, além do trabalho infantil, sob condições criminosas, a precarização das relações de trabalho, o desemprego, entre outras. Esses são só alguns dos muitos indicadores que o autor anuncia para afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho – trabalhadores produtivos e improdutivos - é heterogênea, complexa e fragmentada (Antunes, 2001; 2003; Antunes e Alves, 2004). Vivemos uma época em que as relações de trabalho estão na base de tensões sociais que colocam a sociedade liberal em risco de explosão pela condição selvagem de exploração que submete homens e mulheres (Castel, 1998).

E, assim, a pergunta que persiste é: vivemos a glorificação do/pelo trabalho ou a “*laborização*” da vida?

2 - Trabalho no Brasil: violência e exclusão

A história do trabalho no mundo ocidental e o desenvolvimento do capitalismo não assumiram as mesmas características em todos os países. Mesmo a escravidão, forma de trabalho privilegiada nos primeiros anos de colonização das Américas, não assumiu os mesmos contornos nas diversas colônias de exploração (Singer, 1994). O Brasil, campeão mundial e universal da escravidão, foi destino para 40% dos africanos trazidos para o novo continente; foi o primeiro na introdução da escravidão negra nas

Américas; o último a banir o tráfico negreiro e o último a abolir a própria escravidão que, mesmo quando proclamada em 1888, pela Lei Áurea, somente promulgou a igualdade civil, mas não a igualdade econômica e política (Freitas, 2000).

Dessa forma, no Brasil, a história do trabalho esteve fortemente associada à violência e à exclusão. Violência representada, num primeiro momento, pela exploração dos trabalhadores escravos e, depois, exploração do proletariado fabril (Rosso e Freitas, 2001).

Os primeiros estabelecimentos fabris no Brasil, ainda no período colonial, aconteceram quando a Revolução Industrial já vinha se desenvolvendo na Inglaterra há mais de meio século (Hardman & Leonardi, 1993). No início, o trabalho escravo sustentava a indústria nascente que, posteriormente, também passou a contar com o trabalho de imigrantes (Luca, 2001). O excesso da oferta de mão de obra àquela época influenciava no descaso dos empregadores visível a partir das duras condições de trabalho impostas. Era comum que famílias inteiras trabalhassem, inclusive crianças e mulheres; os ambientes de trabalho eram improvisados e insalubres, com ocorrência freqüente de acidentes (Luca, 2001).

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado, no fim do século XIX, não trouxe consigo grandes diferenças nas relações de trabalho (Hardman & Leonardi, 1982; Luca, 2001; Rosso e Freitas, 2001). Mesmo no início do século XX as relações produtivas continuavam fortemente impregnadas pelos resquícios da escravidão (Luca, 2001). O proletariado pertencia às camadas mais pobres da população urbana e do campesinato. Era composto de analfabetos, estrangeiros, portanto, impedidos de votar e serem votados nas eleições oficiais. Não tinham liberdade para se organizarem em sindicatos e tampouco podiam formar partidos políticos, não se constituindo em classe social distinta. À época imperava, no nível ideológico, forte xenofobia por assalariados imigrantes e preconceito contra o trabalho manual, ainda resquício do preconceito pelo trabalho escravo. Os operários eram vistos pelas classes mais abastadas como marginais e agitadores perigosos, quando não débeis e ignorantes. Tanto numa quanto na outra concepção, os trabalhadores eram privados do acesso à liberdade democrática, sendo tratados por meio de repressão ou políticas paternalistas (Hardman & Leonardi, 1982; Luca, 2001). Assim, no Brasil, vimos reproduzido o que Marx e Engels denunciam no Manifesto Comunista: “o trabalhador moderno em vez de crescer com o progresso da indústria, enterrou-se sempre mais fundo, abaixo das condições de existência de sua própria classe” (Marx e Engels, 1848/2001, p. 28).

Hoje a exploração se traduz pela perpetuação da tradição de baixos salários e, não raras vezes, pelas precárias condições de trabalho. A exclusão esteve e está inscrita na nossa própria história de industrialização e modernização da economia, bem como na própria história do capitalismo e sua paulatina mundialização. Aos antigos excluídos, a saber, negros e índios, as recentes mudanças no mundo do trabalho produzem “novos excluídos” - aqueles trabalhadores que não encontram mais lugar no mercado formal de trabalho em função da reestruturação econômica e da privatização das empresas públicas, mudanças que vêm sendo incorporadas desde a década de 80, e que geraram, na expressão de Antunes (2001; 2003; 2005) uma metamorfose no mundo do trabalho. A crise no mundo do trabalho empurra populações pobres rumo à exclusão, numa lógica do sistema econômico capaz de alavancar a produção em paralelo à redução em massa do trabalho humano (Bursztyn, 2003). Esse mecanismo é ainda mais acentuado em países, como o Brasil, que não consolidaram mecanismos de proteção social e que se lançaram de forma radical na era do neoliberalismo, arcabouço este que fragiliza todas as ações no campo das políticas sociais. Para Bursztyn (2003), o poder público vem se mostrando cada vez mais incapaz de minimizar os efeitos da exclusão do mundo do trabalho.

Os que ficam nas margens da sociedade salarial são denominados por Castel (1998) como *inempregáveis* ou novos “*inúteis do mundo*”. O autor, numa viagem pela história da constituição da sociedade salarial, identifica uma semelhança desconcertante entre os “vagabundos”, de antes da Revolução Industrial, os “miseráveis”, do século XIX, e os “excluídos” de hoje. Todos cristalizados na periferia da estrutura social, numa dinâmica social onde o livre acesso ao trabalho é a questão central. O “vagabundo” pertencia à massa que só podia viver do trabalho dos próprios braços, submetido à dupla coerção de ter que trabalhar e não o poder fazer da forma prescrita, e não por incapacidade para o trabalho, mas porque não havia trabalho para todos (Castel, 1998). A condição de *inúteis para o mundo* e de *supranumerários* define uma incerteza quanto ao futuro, bem como um estado permanente de vulnerabilidade.

Assim, novas formas de miséria vão se delineando no cenário nacional, onde o contraste campo-cidade, acentuado por um êxodo rural bem maior do que as atividades econômicas da cidade, produzem uma crescente exclusão social. A exclusão define-se pela “desnecessidade” daqueles que, por nunca terem sido beneficiários de políticas de proteção social amplas e universalizadas por meio do emprego, são empurrados da pobreza para a miséria. Tornam-se assim, ainda passíveis de serem eliminados

fisicamente e classificados como inúteis e perigosas (Bursztyn, 2003; Nascimento, 2003).

A exclusão, conceito de natureza sociológica, se caracteriza como um processo de não reconhecimento ou pura rejeição do outro; aproxima-se muito do preconceito racial, sexual, religioso, etc (Nascimento, 2003). O não reconhecimento se traduz também pela exclusão de direitos – trabalhadores pobres, catadores, biscateiros, mendigos, uma vez fora do mundo do trabalho, não possuem condições mínimas de vida. Estigmatizados, não são reconhecidos como semelhantes, não tem direito a ter direito e passam pelo risco de serem exterminados o que, de maneira velada, acontece pela fome e a violência urbana, por exemplo (Nascimento, 2003).

O essencial é que, modernamente, a exclusão social tem uma dimensão econômica uma vez que os excluídos de hoje são marcados pelo desemprego ou incapacidade de renda. A exclusão é vivenciada por aqueles que são desnecessários economicamente e que se inserem de maneira marginal no processo de produção. Na luta pela sobrevivência, na visão de Nascimento (2003), os indivíduos são impelidos a construir as mais diversas estratégias – as mais insólitas e inesperadas. Além disso, a exclusão do mundo trabalho gera uma condição de maior vulnerabilidade e rebaixamento na hierarquia social. Por não terem acesso ao emprego, os excluídos perdem a proteção social, a referência de lar, os vínculos familiares e a auto-estima Bursztyn (2003). Como se não bastasse, o trabalhador pobre passa a compor uma representação social de “bandido em potencial” e indivíduo perigoso. Em resposta, a sociedade passa a alimentar uma demanda de repressão porque são vistos como “seres incômodos” (Nascimento, 2003).

Em síntese, o quadro da exclusão social congrega grupos sociais desnecessários economicamente, incômodos politicamente e considerados socialmente perigosos e, portanto, passíveis de serem fisicamente eliminados. Índios, negros e trabalhadores rurais são citados por Nascimento (2003) como excluídos clássicos no Brasil, todos eles também marcados como indispensáveis ao desenvolvimento econômico. Tal característica é comum aos catadores, excluídos sociais, mas agentes indispensáveis de uma complexa cadeia econômica que sustenta a indústria de reciclagem de lixo. Os catadores exemplificam e ilustram a análise de Alves (2000), para quem os sujeitos sociais subalternos encontram impulso para fazer sua história, criar respostas e não sucumbir à barbárie social balizada pela mundialização do capital e exploração do trabalho.

O fenômeno da exclusão nos leva ao confronto de outro fenômeno social e que, segundo Bursztyn (2003), não é novo – a existência nas ruas. Os moradores de rua surgem com o renascimentos das cidades, no início do capitalismo, onde a rua era cenário de sobrevivência dos “despossuídos”, oriundo do sistema servil que caracterizava o Feudalismo. A partir de então, moradores de rua são parte integrante da cena urbana. Esses constituem parcelas da população que vivia em patamares inferiores do sistema econômico e que, hoje, são jogadas para fora do sistema. “São excluídas do processo de geração de riquezas (emprego) e da distribuição de seus frutos (consumo)” (p. 20). Trabalham, mas não são empregados.

De forma similar, no meio urbano brasileiro, a luta pela sobrevivência para as populações de rua aponta para a relação direta entre o drama daqueles que vivem sem teto e se sustentam a partir da coleta seletiva do lixo. Em última análise, na reciclagem encontram-se o rejeito físico das sociedades de consumo (lixo) e os rejeitos humanos (excluídos e desempregados) (Bursztyn, 2003; Buarque, 2003). Desponta, como se observa, um processo econômico que de maneira paradoxal, valoriza a reciclagem e, ao mesmo tempo, desvaloriza o trabalho daqueles que vivem na rua e sobrevivem do lixo. Os catadores, portanto, emergem como agentes de uma “economia marginal” da cidade (Kemp, 2003). Essa condição implica, em geral, que participam de atividades economicamente úteis, mas para obtenção, muitas vezes, do estritamente necessário para a subsistência imediata, ou seja, comida.

A partir das idéias apresentadas e partir do caso específico das populações de rua e de catadores, podemos afirmar, sem exageros, que a história do trabalho no Brasil foi uma história marcada pela exploração, domínio, e, muitas vezes, pela imposição da força, bem como pela exclusão social daqueles segmentos historicamente menos favorecidos e, conjuntamente, dispensáveis ao sistema econômico.

Na visão de Travesso-Yépez (2002) o nosso desenvolvimento como colônia de exploração limita até hoje nossa preocupação com a falta estrutural do trabalho. Nos acostumamos e naturalizamos as desigualdades sociais e a pobreza.

Por fim, talvez possamos radicalizar, a marginalização dos catadores hoje somente reproduz o quadro de marginalização a que sempre esteve submetida toda a América Latina. A industrialização no continente, totalmente diverso da industrialização clássica, descarta homens, abate salários e faz reproduzir dentro de cada país o ciclo de dominação que se definiu entre nações ricas e países periféricos (Galeano, 1976/2002).

Assim, podemos entender que somos historicamente determinados e que a realidade social, objetiva, também não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens (Schlesener, 1992). Dessa forma, transformar a realidade também não é mero acaso; é tarefa histórica, é tarefa dos homens (Freire, 2005). Transformar a realidade para a conquista de uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho, partindo-se do pressuposto que, uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho (Antunes, 2001; 2003). Para Antunes é por meio de um trabalho cheio de sentido e desprovido de todas as formas de violência que o homem poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo (2001). Será esse um caminho possível em nossa realidade e na nossa história?

3 - Trabalho e pobreza

A Revolução Industrial tornou o mundo mais homogêneo, mas trouxe também grandes desigualdades entre os povos. Produziu imensa disparidade econômica, política e cultural e que afeta até os dias de hoje o mundo em que vivemos (Cook, 2005).

A expansão do setor industrial e do setor de comércio e serviço, associado ao processo de urbanização das cidades brasileiras, foi a principal marca das décadas de 50 a 70. Desde o princípio, a indústria exigia uma mão-de-obra mais qualificada, restando aos trabalhadores menos qualificados e de baixa escolaridade a condição de mão-de-obra excedente, relegados ao subemprego ou o desemprego (Kemp, 2003).

Lessa (2003) identifica que “a cidade brasileira passou por intensas transformações econômicas sempre reproduzindo a difícil inserção do pobre na produção, no consumo e na cidadania” (p. 13). A cidade agigantou-se e junto com ela cresceram a diversidade de inserções precárias. Na compreensão do autor, o pobre urbano aprendeu a sobreviver nas brechas da sociedade, caracterizando-se este como “um mestre no remendo e na reciclagem” (p. 15).

A década de 80 foi caracterizada pelos abalos e crises econômicas, o que resultou na deterioração da situação social, ampliação da pobreza, das desigualdades de renda e piora das condições de trabalho (Alves, 2000; Kemp, 2003). Nascimento (2003) ainda situa que foi na década de 80 que aderimos à hegemonia neoliberal, encolhendo o Estado, reduzindo as políticas sociais, incentivando a concorrência e a competição pelos bens materiais.

A década de 90 foi caracterizada pela estagnação econômica, abertura do mercado e valorização cambial o que resultou na adoção de políticas defensivas de

reestruturação e eliminação de postos de trabalho pelas empresas e organizações (Kemp, 2003). Além disso, a economia nacional ficou totalmente exposta à concorrência internacional, à abertura comercial, privatização do Estado e o desmonte das políticas públicas (Alves, 2000). Essa década foi marcada fundamentalmente pela ampliação e acirramento do desemprego e da economia informal, da pobreza e da precarização das relações de trabalho (Kemp, 2003).

O Brasil se transformou, de uma sociedade agrícola e mercantil, numa das mais avançadas sociedades industriais e capitalistas do terceiro mundo. Entretanto, essa mudança da vida econômica não foi acompanhada no mesmo ritmo pela vida social e política. O mercado capitalista é altamente discriminatório e, portanto, desigual. Tudo gira em torno de produzir e reproduzir as condições básicas de satisfação material das necessidades humanas (Demo, 1996) e o desenvolvimento da economia, de forma majoritária, beneficia uma pequena parcela da população em detrimento da grande maioria (Singer, 1981).

Nesse cenário, segundo Salama (2002), as desigualdades e a pobreza no mundo aumentaram consideravelmente nestes últimos anos. Esse processo torna-se desafiador aos países de terceiro mundo, submetidos a um processo de urbanização e de monetarização acelerado. A pobreza foi sensivelmente agravada na América Latina, a partir da década de 80, onde a distribuição de renda é particularmente desigual. A liberalização da economia nos anos 90 não diminuiu as desigualdades entre rendas do trabalho nas economias latino-americanas, acentuando a desigualdade entre trabalhadores qualificados e não qualificados.

Para Herrán (2005), a pobreza no Brasil tem mais a ver com a persistência da desigualdade do que com a capacidade de gerar renda. Portanto, a ausência de qualquer melhoria na política de distribuição de renda reduz substancialmente o impacto do crescimento na redução da pobreza. Além disso, só a distribuição de renda pode garantir a integração produtiva e, portanto, diminuir a marginalização do Brasil na divisão internacional do trabalho (Cocco, 2001).

São reveladores os dados obtidos numa análise sobre o perfil da pobreza no Brasil: os grupos com a maior probabilidade de serem pobres são crianças, na faixa etária de 0 a 16 e 7 a 14 anos, adolescentes e jovens (15 a 25 anos), afrodescendentes e indivíduos com menos de quatro anos de educação. Além disso, a variação da pobreza está muito relacionada com os determinantes da renda familiar e os determinantes da renda do trabalho. Essa conclusão aponta para a necessidade de se construir políticas

que tratem da redução da pobreza que enfoquem os fatores estruturais que determinam a produtividade no trabalho, as qualificações do trabalhador e a qualidade dos empregos criados (Herrán, 2005). Além disso, as diferenças na educação são determinantes estruturais da pobreza e da desigualdade. O Brasil particularmente exibe grande diferença na educação de ricos e pobres – 6 anos de escolaridade separam os 20% mais ricos dos 20% mais pobres; adicionalmente, ostenta grau elevado de manutenção da transmissão intergeracional dessas diferenças na educação – 68% das diferenças na escolaridade de uma geração são transmitidas para seguinte (Herrán, 2005).

Esse dado confirma o pensamento de Demo (1996) ao afirmar que o investimento estratégico em conhecimento é o cerne de uma inserção econômica superadora da condição de pobreza. Isso porque quem mais precisa de emprego são justamente aqueles que não tem qualificação. O autor identifica uma questão fundamental: como conviver com a necessidade de conhecimento inovador e como empregar pessoas simples? Essa reflexão ainda nos remete à contradição fundamental: de um lado a mundialização do capital, pautado na competitividade e que provoca abalos estruturais no sistema de produção, diminuindo cada vez mais a geração de emprego; por outro lado, vivemos em um quadro de atraso histórico em termos de qualificação da força de trabalho, ocupada em sua grande maioria no mercado informal.

De forma complementar ao pensamento desenvolvimento até então, Sen (2001) entende que a análise da pobreza somente a partir dos recursos disponíveis parece bastante limitada e nos deixa olhar somente metade da história. A pobreza é circunscrita pelo contexto social e, dessa forma, não dispor de recursos limita os próprios objetivos e preferências que se formam durante a vida. O autor relaciona pobreza com capacidade, ou melhor, deficiência de capacidade que, por fim, determinam o funcionamento social dos indivíduos ou a limitação de vida que alguns indivíduos são forçados a viver, por exemplo.

Naturalmente, a pobreza não resulta apenas do desemprego em si, mas da precarização das relações de trabalho, das crises financeiras decorrentes da globalização do capital e enfraquecimentos dos Estados (Demo, 1996). Uma das respostas possíveis à crise e, especificamente, às restrições de entrada no mercado de trabalho é o trabalho informal (Guimarães, 2000; Mendes e Campos, 2004). Os trabalhadores nessa condição, e para sobreviver, “inventam” seu próprio trabalho. As leis trabalhistas e previdenciárias, no entanto, surgiram relacionadas à consolidação e estruturação do mercado formal de trabalho. (Mendes e Campos, 2004). Dessa forma, vemos alargadas

as portas da pobreza e da vulnerabilidade social uma vez que o cenário e as condições de trabalho no setor informal são insalubres e perigosas. Além disso, é comum o descumprimento de regras básicas de segurança e proteção, a ausência de fiscalização e falta de cobertura do seguro social e acidentes de trabalho. Em geral a pressão pela sobrevivência adormece o trabalhador, ficando em segundo plano as reivindicações por melhores condições de vida e no trabalho (Mendes e Campos, 2004).

Segundo Fernandes Jr. (2004), dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica (IPEA) permitem identificar que 52,6% dos brasileiros que praticam alguma atividade econômica estão na informalidade. O problema é crescente principalmente nas regiões metropolitanas. Entre as causas, a principal foi o salto dado pela indústria que começou a produzir mais com menos mão-de-obra, associada a terceirização de muitas atividades.

A crise no mundo do trabalho, a pobreza, a miséria e a informalidade de algumas formas de trabalho, sintetizam um quadro de exclusão de alguns segmentos da sociedade e que perpetuam, de maneira cíclica, a própria pobreza e a exclusão. Fromm (1975), em reflexão sobre possíveis saídas para esse quadro, afirma que, a partir do desenvolvimento científico e tecnológico alcançado, o homem acabaria vencendo o problema da fome e da pobreza. Nos nossos dias, a proposição do autor soa totalmente utópica, se não impossível. Demo (1996) adverte que a superação da pobreza passa pela assistência, mas também, e obrigatoriamente, pelo processo emancipatório de inclusão no mercado de trabalho, de inclusão econômica. Além disso, precisamos avançar na construção de uma cidadania, principalmente, no que concerne a uma educação básica de qualidade. Singer (1981) aponta, adicionalmente, que são necessárias condições políticas que permitam aos diretamente interessados exercer maior influência nos rumos do país.

Assim, em pleno século XXI, permanece sem resposta uma das questões centrais na filosofia de Marx: Para quem é a economia e como seus benefícios podem ser partilhados de maneira mais justa? (Strathern, 2003). A resposta para a pergunta pode até não ser imediata, mas, na atualidade, uma saída possível para a pobreza, o desemprego e para a participação democrática no acesso a bens produzidos, emerge no seio da economia solidária – tópico apresentado em seguida.

4 - A Economia Solidária e Cooperativismo

Segundo Paul Singer (2000a; 2003a; 2004), a origem da economia solidária está intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo industrial, instituindo-se como reação ao empobrecimento dos trabalhadores, à época, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril de produção. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2005), a economia solidária surge, na realidade brasileira, a partir de uma atitude crítica frente ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas, gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza. Possui como características comuns: cooperação, autogestão e atuação econômica.

Filho (2001) afirma que definir a economia solidária sob um único conceito é tarefa difícil, apontando uma diversidade de denominações para o fenômeno, entre elas: economia alternativa, economia associativa, economia social, economia comunitária, economia autogestionada, entre outras. O certo é que a economia solidária renasce a partir dos anos 70 como um ramo diferenciado do setor público e privado, com fins de lucro, mas formada por entidades de base solidária e administração autogestionada.

Autogestão define-se pela superação das diferenças entre quem toma as decisões e quem as executa. Além disso, os próprios produtores dirigem o negócio e controlam os meios de produção (Singer, 2003a; 2004). Coutinho et al (2005) não acredita que a autogestão seja plenamente expressa no capitalismo. O que temos são iniciativas solidárias inspiradas nos princípios autogestionários, majoritariamente, cooperativas e associações de trabalho.

A economia solidária é um modo de organização das atividades econômicas cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (Singer, 2004). Não existe divisão de classes, pois todos os trabalhadores são detentores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. A solidariedade na economia, portanto, está fundada sobre a igualdade dos que se associam para produzir, comerciar, consumir e poupar. Além disso, todos os sócios têm o mesmo direito de voto em todas as decisões, inexistindo hierarquia e competição entre os mesmos. As cooperativas e associações de trabalho são o protótipo da economia solidária em nosso meio (Singer, 2004).

É marco na história da economia solidária e do cooperativismo a famosa cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale, criada em 1844, no norte da Inglaterra, por 28 artesãos, responsáveis pelos princípios que seriam imortalizados como os princípios universais do cooperativismo, a saber: 1º) cada membro tem direito a um

voto, independente do quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa é aberto, sendo aceito quem desejar aderir à mesma – princípio da “porta aberta”; 3º) a cooperativa deve pagar uma taxa de juro fixa sobre o capital emprestado; 4º) as sobras devem ser divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas da cooperativa são sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa são sempre puros ou não adulterados; 7º) empenho na educação cooperativa e; 8º) neutralidade nas questões políticas e religiosas (Singer, 2003a; 2004).

A economia solidária começou a ressurgir no Brasil a partir da década de 80 e tomou impulso a partir da segunda metade da década de 90 (Singer, 2003b). Está relacionada à uma reação dos movimentos sociais ao desemprego em massa provocado pela abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em meados de 1990 surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), ligadas às universidades e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho. Essas universidades estão integradas pela Unitrabalho, fundação voltada ao movimento operário e que tem mais de 80 universidades filiadas em todo o país (Singer, 2003a). A economia solidária ainda tem recebido apoio da Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos (DIEESE) (Singer, 2003b).

Guimarães (2000), situa a economia solidária como um empreendimento de caráter duplo – econômico e social – indicando serem as mesmas uma espécie de suporte político à luta pela proteção dos direitos do trabalhador num novo campo de conquistas - fortalecido pelo movimento sindical e movimentos sociais e populares. Para o autor, os princípios cooperativistas seriam essencialmente: a ajuda mútua, a solidariedade e a democracia. As maiores dificuldades estão inscritas na estrutura de trabalho, no desenvolvimento da identidade coletiva de trabalho e no retorno financeiro, que, às vezes, demora a ser significativo.

A economia solidária permite incorporar os trabalhadores que estão fora do mercado à legalidade, restituindo direitos, renda e, portanto, cidadania (Lianza, 2000). Segundo Guimarães (2000) o trabalho de formação de cooperativas populares abarca não só trabalhadores excluídos históricos, mas também os “novos excluídos” do mundo do trabalho, ou seja, aqueles trabalhadores expulsos do mercado formal. O autor

descreve e caracteriza a condição de desempregados históricos, a quem a ação das cooperativas populares está essencialmente dirigida:

“(...) trabalhadores que se encontravam na condição de não cidadãos, pelo fato de o direito à cidadania estar ligado diretamente ao trabalho. Quem não tem trabalho formal, não tem acesso aos sistema de crédito – seja para a compra de uma casa ou de bens de consumo. (...) os herdeiros do sistema escravista brasileiro, os que moram em favelas, mocambos e cortiços, os que há mais de 100 anos reproduzem-se como força de trabalho inferior, e cujo mercado de consumo foi edificado à margem da sociedade.” (Guimarães, 2000, p. 11)

Hoje o cooperativismo, como forma autônoma de organização dos trabalhadores, integra a pauta da Central Única dos Trabalhadores, a maior central sindical da América Latina, determinando a importância da elaboração de projetos de fomento à iniciativas na área (Guimarães, 2000).

Kemp (2003) ressalta que a associação entre as práticas da economia solidária e mudanças sociais e culturais, vinculadas ainda à reapropriação de atividades ligadas ao cotidiano dos trabalhadores, conseguem propiciar o resgate do laço social dos indivíduos com a coletividade e a saúde mental, quase sempre ameaçada pelo processo de exclusão e marginalização produzidos pela crise econômica, o subemprego e o desemprego.

Segundo Filho (2001), “do ponto de vista econômico e laboral, as cooperativas são consideradas empresas. Administram seus recursos, provêm de matéria-prima, transformam e produzem bens e serviços” (p. 29). Na América Latina estão fortemente associadas a ações comunitárias e políticas sociais, apresentando-se como escola cidadã de participação e alternativa eficiente para a solução de problemas da comunidade (Filho, 2001).

A economia solidária vem se consolidando historicamente como uma realidade marginal no mundo ocidental. Entretanto, no terceiro mundo, na visão de Filho (2001), a economia social cumpre funções estratégicas de seguridade econômica, social e política. Esse papel é inquestionável, principalmente, nas duas últimas décadas marcadas por crises e transformações econômicas. Nesse contexto a economia solidária foi capaz de dar conta de problemas que nem o sistema capitalista nem o Estado puderam solucionar (Filho, 2002).

Na perspectiva jurídica, a lei que incluiu as cooperativas no ordenamento jurídico brasileiro foi o Decreto Lei n 22.232, em 1932 (Piccinini, 2004). A Constituição de 1988, no art. 5, incisos XVII a XXI legisla sobre as formas associativistas, ressaltando-se que estas gozam de plena liberdade, sendo vedada a interferência do Estado em seu funcionamento. Além disso, o art 174 , § 2º, define que o Estado apoiará e incentivará o cooperativismo. Hoje as Cooperativas devem obedecer a legislação infraconstitucional, Lei n 5.764 de 1971, que disciplina o regime jurídico das sociedades cooperativas (Filho, 2001). A cooperativa deve ter, obrigatoriamente, um estatuto e não deve visar ao lucro. Seu objetivo deve ser intermediar a relação entre o associado e o tomador dos serviços, com um preço mais justo a fim de beneficiar o trabalhador e o consumidor (Piccinini, 2004). Além disso, deve buscar a contínua capacitação para o trabalho e o trabalhador associado, por lei, é considerado um trabalhador autônomo, conforme dispõe o parágrafo único do Art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em geral, a economia solidária repercute numa melhora das condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando a desejar. Isso porque favorece a participação dos associados nas decisões e a informação é um passo importante na redenção humana do trabalhador (Singer, 2003b).

Singer (2003a) identifica que uma grande dificuldade dos empreendimentos solidários, principalmente as cooperativas populares, criadas e formadas por trabalhadores de baixa escolaridade, é o despreparo para pesquisar mercado em busca de novas oportunidades de negócios e acompanhar a evolução de novas tecnologias relacionadas a processos e produtos. Mesmo assim, a maioria das cooperativas sobrevive durante anos, apesar da debilidade de suas bases de sustentação. Há relatos de trabalhadores que demonstram imensa dedicação e disposição para suportar sacrifícios com o objetivo de gerar trabalho e renda por meio de empreendimentos solidários. Essa é uma possível explicação para a sobrevivência e até mesmo crescimento de algumas cooperativas, independente da pouca experiência de seus associados (Singer, 2003a).

Em geral, observa-se que para pessoas humildes, que sempre foram discriminadas por serem pobres – e entre esses negros e mulheres – a experiência da cooperativa representa resgate da cidadania, o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de se exprimirem e serem escutados e “orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo” (Singer, 2003a, p. 28). Independente disso, a maioria das cooperativas ainda depende muito do apoio de entidades que as geraram e acompanham (Singer, 2003a).

Todeschini (2000) identifica que nos falta uma cultura cooperativista - o que ocorre muito em função de vivermos numa sociedade capitalista que incentiva e valoriza a iniciativas de cunho pessoal, o acúmulo de riqueza e o lucro. Outra dificuldade está relacionada à legislação vigente sobre o cooperativismo no Brasil, que trata as cooperativas como qualquer empresa, sem incentivos fiscais e previdenciários; (Singer, 2000a). Segundo Todeschini (2000), essa legislação é limitadora, regida por uma visão muito empresarial e que não estabelece diferenciais para o cooperativismo autêntico.

Observa-se ainda que, no Brasil, até mesmo em função das brechas deixadas pela lei e fiscalização do Estado, são identificados inúmeros desvios da filosofia cooperativista, o falso cooperativismo, ou nas palavras de Ide (2005) “cooperfraudes”. O falso cooperativismo, instituído com o intuito do rebaixamento dos encargos sociais, caracteriza-se como forma de terceirização mais maléfica do que a terceirização em si mesma. Uma verdadeira cooperativa de trabalho, além de oferecer trabalho ao associado, oferece também serviços como saúde, aquisição de equipamentos e alimentos a baixo custo, além de oferecer oportunidade de auferir ganho superior àquele que teria se ofertasse seu trabalho de forma isolada (Piccinini, 2004).

A despeito dessas dificuldades e limitações, a economia solidária vem recebendo nos últimos anos apoio dos governos municipais e estaduais. No âmbito nacional, o Governo Federal criou, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária cujo objetivo é promover essa forma de economia por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

As cooperativas de reciclagem de lixo são recentes no Brasil. Uma das pioneiras é a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), fundada no ano de 1985, em São Paulo (Magera, 2003). Outra referência é a ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (Gonçalves *et al*, 2002). No Distrito Federal, a maior referência é a cooperativa 100 Dimensão, criada desde 1997, e que hoje exporta artesanato para Estados Unidos e Alemanha, vem sendo reconhecida como um projeto de êxito na área social e de preservação ambiental, com vários prêmios recebidos, inclusive, no exterior (CorreioWeb, 2005b; 2006a; 2006e).

Frigotto (2000) descreve uma pesquisa longitudinal realizada pelo chileno Luiz Razetto, desde 1985, com população de desempregados, no Rio de Janeiro. Inicialmente, grande contingente dos trabalhadores excluídos estava em busca de

reingresso no mercado formal – cerca de 80, 90%. Quinze anos depois, quando já engajados em projetos alternativos de sobrevivência, cerca de 80, 90% já afirmava que não voltariam ao mercado formal, mesmo com um salário maior. As razões eram principalmente a experiência de vivenciar uma nova cultura de trabalho e novas relações de trabalho, sem chefe, hierarquia, e pautadas pela capacidade do próprio trabalhador de controlar o seu tempo de produção. Observações de Singer (2000a; 2003b) confirmam tais resultados, afirmando ser comum cooperados recusarem empregos porque “não agüentam mais trabalhar para patrão”.

Piccinini (2004), em pesquisa sobre cooperativismo e reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho na economia brasileira e, especificamente, em cooperativas de Porto Alegre (construção civil, hotelaria e informática), identificou que grande parte das cooperativas é constituída por trabalhadores com baixo nível de escolaridade e que encontram no cooperativismo uma alternativa para o desemprego. Além disso, as cooperativas oferecem pouca oportunidade de qualificação, a autogestão não é praticada, as condições de trabalho são precárias, bem como, em geral, os trabalhadores praticam horas excedentes de trabalho. A autora conclui que as cooperativas tentam cumprir o ideário cooperativista, mas encontram restrições legais, além de encontrarem na concorrência um forte obstáculo. Para a autora, o trabalho cooperativado é uma das formas de resposta a flexibilização do capital.

Fávero e Eidelwein (2004) observaram, a partir de pesquisa qualitativa desenvolvida com trabalhadores rurais cooperativados, que os trabalhadores se envolviam pouco na análise de dificuldades e na busca de soluções, talvez em função da pouca compreensão sobre os princípios cooperativistas. Ghirardi et al (2005) relata resultados semelhantes a partir da experiência de incubagem de uma cooperativa de reciclagem de lixo com moradores de rua; no estudo de Ghirardi et al, no entanto, os resultados aparecem associados à relação de dependência que se estabeleceu entre os trabalhadores e técnicos, talvez pela condição de desfiliação e precarização das relações sociais dos associados. Além disso, os trabalhadores solicitavam constantemente a presença de um mediador para o desenvolvimento do trabalho, sinal claro de uma tendência de construção de relações pautadas na lógica da economia de mercado, o que compromete aos princípios de autonomia e independência própria da economia solidária.

Veronese e Guareschi (2005), a partir do estudo de caso de uma cooperativa de distribuição de produtos, composta por trabalhadores pobres, desempregados,

descrevem que os trabalhadores se percebem como inferiores e incapazes, o que repercute na desistência da gestão do empreendimento e da autogestão. Afirmam ainda que, para os associados, as competências na esfera pública laboral são percebidas como limitadas e inadequadas, havendo auto-culpabilização pelas falhas no processo.

Percebemos, pois, que inúmeras dificuldades são intrínsecas ao sistema, pelo seu caráter de proposta coletiva dentro capitalismo - essencialmente individualista e materialista. Elementos culturais da relação assalariada dificultam a compreensão da proposta autogestionária como a baixa escolaridade, a baixa manifestação nas assembleias, ou ainda, o fato dos associados considerarem que a administração não é um problema deles (Lima, 2004; Singer, 2004). Contudo, os investimentos na economia solidária configuram-se, acima de tudo, por um ato pedagógico, exatamente como propõe Singer (2000b; 2005), tolerantes com a premissa de que esta representa uma nova prática social e um novo entendimento dessa prática precisa ser construído.

Isto posto, apresenta-se, no capítulo seguinte, o trabalho de Catadores de Material Reciclável, categoria profissional eleita para a realização desse estudo e que hoje tem forte tendência de organização por meio de cooperativas de trabalho, guiados pelos princípios da economia solidária.

II. Os Catadores de Material Reciclável

A intenção de analisar o trabalho de Catadores de Material Reciclável nos força na direção de ampliarmos nossa compreensão para as áreas que tangenciam o trabalho de reciclagem. A mais fundamental dessas áreas é a destinação de resíduos sólidos urbanos, ou seja, o lixo e, por conseguinte, a questão ambiental.

1 - Lixo: problema social e ambiental

Segundo Mattos e Granato (2005) o lixo tem sido um problema desde a pré-história. Com o surgimento das cidades o problema ficou ainda maior, tornando-se as ruas depósitos de restos de alimentos, objetos e excremento. Somente no século XIX reconheceu-se que o lixo e os animais associados a ele, como ratos, por exemplo, eram transmissores de doenças e epidemias. Hoje a maior parte das cidades conta com serviços organizados de coleta domiciliar do lixo, bem como transporte e destino final para resíduos sólidos urbanos.

A partir da Revolução Industrial e ainda hoje, o poder de ação do homem sobre a natureza se multiplicou. Essa constatação torna-se preocupante na medida em que os recursos do planeta são limitados (Brandão, 2005) e a revolução tecnológica, associada à ideologia do consumo e do descartável, vem incrementando o volume de resíduos descartáveis depositados/jogados em lixões a céu aberto, rios e atmosfera (Abreu, 2002; Calderoni, 2003; Magera, 2003).

O lixo está relacionado às atividades econômicas, ao desenvolvimento e padrão de riqueza da população. Dessa forma, povos mais desenvolvidos produzem mais lixo que povos menos desenvolvidos (BBC Brasil, 2007). A relação entre lixo e economia ainda é reforçada pela análise que se tem de que as questões ambientais e o interesse pela preservação permanece subordinada ao desempenho produtivo e econômico. (Braga, 1995; Donaire, 1999).

A qualidade do lixo varia entre áreas comerciais e residenciais economicamente mais ricas ou mais pobres. Além disso, a quantidade de lixo está diretamente associada ao crescimento da população e suas necessidades. Especificamente, na década de 60 inaugura-se a “era do descartável” e hoje o sistema econômico é ameaçado de colapso pela produção de materiais não biodegradáveis como plástico, isopores, pilhas, baterias de celulares, lâmpadas, entre outros. As baterias, por exemplo, altamente tóxicas, quando depositadas em lixões a céu aberto, são poderosos poluentes de águas subterrâneas e de superfície (Mattos e Granato, 2005).

Para Abreu (2001) o lixo representa mais que a degradação do meio ambiente. O lixo significa desperdício de recursos naturais e energéticos. Calderoni (2003), a partir de pesquisa com enfoque macroeconômico sobre a viabilidade da reciclagem do lixo, realizada no Estado de São Paulo, identifica que não reciclar o lixo é deixar de auferir rendimentos na ordem de bilhões de reais todos os anos. O autor aponta que, a reciclagem contribui para uma economia sustentável na medida em que permite a redução de gasto com matérias-primas, água, energia, além de diminuir a poluição do solo, do lençol hídrico e do ar. Também é socialmente sustentável porque permite ganhos econômicos para toda a sociedade.

Segundo Calderoni (2002) são gerados três milhões de toneladas/dia de lixo domiciliar no planeta. Até 2025 essa quantidade deverá dobrar. Em paralelo, morrem 5,2 milhões de pessoas/ano no mundo em consequência de doenças resultantes do lixo. Hoje no Brasil é produzido, aproximadamente, de 241 mil toneladas de lixo por dia, 90 mil só de lixo domiciliar. Durante toda a vida, calcula-se que uma pessoa produza cerca de 25 toneladas de lixo (Mattos e Granato, 2005).

O lixo, segundo sua origem, pode ser domiciliar, o mais volume de todos; dos serviços de saúde, de natureza muito especial e perigoso; industrial e da construção civil, também bastante volumoso. Calcula-se que de 40 a 50% do lixo domiciliar possa ser reciclado (Mattos e Granato, 2005), no entanto, o Brasil, apenas cerca de 1% do lixo é reaproveitado.

Dos 5.560 municípios brasileiros, somente 237 mantêm sistema de coleta seletiva (CorreioWeb, 2004a). Segundo Gonçalves (2003), a forma mais utilizada para destinação do lixo em, pelo menos 78% dos municípios brasileiros, é o despejo à céu aberto. Essa prática é trágica para a saúde pública e para o equilíbrio do ecossistema. É parte da responsabilidade dos poderes públicos dar destinação correta aos resíduos sólidos urbanos, o que deve ser feito a partir da criação de aterros sanitários. Ainda é compreensão da autora, que é responsabilidade do governo propiciar condições dignas de trabalho, bem como capacitação e infra-estrutura para a triagem dos materiais recicláveis.

O setor privado no Brasil é principal responsável pelo processo de reciclagem, com o envolvimento de indústrias, sucateiros, catadores e “carrinheiros” (Calderoni, 2002). Não temos ainda uma política nacional de resíduos sólidos articulada, sobretudo, com políticas estaduais, metropolitanas e municipais (Calderoni, 2002). O setor de reciclagem movimentou em 2005 mais de R\$ 7 bilhões. Os produtos mais aproveitados

são alumínio (95,7%), papel e papelão (79%). Apesar dessas estatísticas, apenas 10% do lixo produzido no país é reciclado. No DF estima-se que de 10 a 15% do lixo recolhido é reciclado, muito próximo, portanto, à média nacional (CorreioWeb, 2006b).

O significado do lixo transita entre dois conceitos de naturezas opostas. É desvalorizado (descartado) e valorizado (reciclado), ao mesmo tempo. (Magera, 2003; Calderoni, 2003). O certo é que os significados negativos associados ao lixo parecem ter sido ampliados para aqueles que trabalham com o lixo, como garis e catadores, por exemplo. O serviço de limpeza urbana esteve, costumeiramente sob os cuidados de prisioneiros de guerra, condenados, escravos e prostitutas (Silva, 2002). Historicamente, esse era um trabalho executado por pessoas “marginalizadas” na sociedade. Esse dado é relevante e amplia a compreensão sobre o trabalho com o lixo, quase sempre, desqualificado socialmente (Silva, 2002).

Paul Singer (2003) observa que são os pobres dos pobres que se dedicam à catação do lixo nas ruas, atividade ilegal, pois o lixo tem dono – o poder público. Os catadores nessa condição são facilmente explorados por comerciantes, atravessadores e indústrias da reciclagem.

2 - Viver *no/do* lixo? O trabalho dos Catadores de Material Reciclável

A ocupação de catadores de lixo existe, informalmente, há pelo menos cinquenta anos no Brasil. Antigamente esses trabalhadores eram conhecidos como “garrafeiros”, “trapeiros”, “papeleiros”, e expressões pejorativas como “burro sem rabo” (Gonçalves, 2001). Para a autora, os Catadores de Materiais Recicláveis, nome dado formalmente à profissão desde 2001, a partir da inclusão no Código Brasileiro de Ocupações - CBO, “são pessoas que vivem e trabalham, individual e coletivamente, na atividade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis” (p. 11). Salienta que, há muito, os catadores já fazem a coleta seletiva do lixo de forma solitária e silenciosa, mas que hoje se organizam em empresas sociais na linha do associativismo e do cooperativismo, fazendo despontar projetos de êxito em vários locais do Brasil.

A profissão se formalizou num contexto de profundas mudanças no mercado de trabalho brasileiro. Essas mudanças de cunho econômico, cultural, social e político estão associadas, fundamentalmente, à introdução de novas tecnologias, à “adoção de novas modalidades de organização produtiva e de gestão, a abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, o aumento da concorrência interna e o declínio do desempenho econômico do país” (Nozoe et al, 2003, p. 234). Segundo Nozoe et al

(2003), esse conjunto de variáveis resultou numa diminuição do nível de emprego e postos formais de trabalho, conseqüentemente, havendo profundas alterações na estrutura ocupacional. Nessa linha de raciocínio, várias profissões desaparecem, outras vêm se redefinindo e outras emergiram. Esse é o histórico da inclusão da família ocupacional dos *Catadores de Material Reciclável* como uma profissão emergente no CBO, em 2001, a partir da revisão realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

De acordo com o CBO (2002) a profissão é de livre acesso, sem exigência de escolaridade ou formação profissional, as atividades são exercidas a céu aberto, em horários variados, ficando os trabalhadores expostos a variações climáticas, acidentes na manipulação de materiais, acidentes de trânsito e violência urbana.

Segundo Gonçalves (2006), no Brasil, estima-se que entre 500 e 800 mil pessoas sobrevivam hoje da catação de material reciclável. Em paralelo, a atividade de reciclagem tem sido altamente estimulada pelo valor e importância que a reciclagem vem alcançando hoje, bem como ao crescimento da receita da indústria de reciclagem no país. De forma paradoxal, no entanto, os catadores são expostos a um ambiente de trabalho com condições indignas, principalmente, nos lixões. Tal situação se sustenta pela omissão das autoridades públicas, colocando em risco a saúde e segurança dos trabalhadores (Reis, 2003).

Os catadores possuem conhecimentos específicos e habilidade para identificar, separar e vender recicláveis, responsabilizando-se por 90% do material que sustenta a poderosa indústria de reciclagem no Brasil que, aliás, é o campeão mundial na reciclagem de alumínio: só em 2002, o país reciclou mais de 9 bilhões de latinhas de alumínio, ou quase 121,1 mil toneladas, movimentando cerca de R\$ 850 milhões por ano (Mattos e Granato, 2005); em 2005, o índice de reciclagem alcançou 96,2%, algo em torno de 127,6 toneladas ou 9,4 bilhões de lata/ano (CEMPRE, 2007).

Segundo Reis (2003), para sobreviverem do lixo, os catadores podem chegar a uma renda de até três salários mínimos mensal, isso a partir de muito esforço físico, enfrentando condições climáticas adversas e inúmeros riscos à própria segurança e saúde em decorrência da insalubridade do trabalho. Em geral, os dados parecem apontar que a maior parte dos catadores sobrevive com pouco mais que um salário mínimo.

De maneira geral, o que se observa, é a exploração dos catadores pelos governos municipais e estaduais, bem como pelos atravessadores, donos de depósitos de ferro velho, que pagam preços irrisórios pelos materiais coletados, revendidos por um preço

até três vezes superior (Reis, 2003). A exploração do trabalho de Catadores também é ilustrado pelo trabalho precoce de crianças e jovens, quase sempre utilizado como estratégia para aumentar a renda das famílias (Viana, 2000).

Conforme Reis (2003), o trabalho dos catadores é marcado por um grave problema social – o desrespeito por parte da sociedade. A idéia generalizada é de que os catadores são miseráveis e sujos; são rotulados por expressões pejorativas como “lixeiros” e são estigmatizados como marginais. O autor ainda ressalta que alguns trabalhadores sentem vergonha do que fazem.

Contribui ainda para a imagem negativa dos trabalhadores: a) a responsabilidade atribuída aos mesmos pelas sujeiras nas ruas, o que em grande parte é verdade, resultado de uma das forma de atuação do catador que é rasgar sacos de lixo na rua em busca de materiais recicláveis não separados na fonte. Por vezes, essa forma de trabalho deixa restos de lixo espalhados o que torna o serviço regular de coleta muito mais demorado e difícil; b) os catadores que atuam dessa forma são desorganizados, quase sempre trabalham sozinhos e não desejam fazer parte de uma cooperativa ou associação. Facilmente tornam-se adictos e caem na marginalidade, fortalecendo a idéia de “bandidos potenciais” (Gonçalves, 2003); e c) muitos improvisam “moradias” nas ruas os que os expõe, perante a sociedade, como parte da degradação da cena urbana. Segundo o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, muitos moram em abrigos feitos de madeira, papelão, latas, construídos sobre os próprios lixões ou nas suas proximidades. São comuns conflitos com o poder público o que, muitas vezes, acarreta perda do material coletado, de objetos pessoais, bem como da “casa” (Abreu, 2001).

Além da exploração econômica, do preconceito e da falta de reconhecimento pela sociedade e Estado, a profissão de catador está fortemente marcada pela insalubridade, bem como riscos de adoecimento e acidentes. O perigo na ocupação de catadores, comumente submetidos a condições degradantes de trabalho, é ilustrado por dois episódios de repercussão na estória recente do país. Em 1987, um aparelho de radioterapia foi encontrado por catadores de lixo, em Goiânia - GO, e vendido a um ferro-velho. O aparelho que continha uma cápsula de césio-137 com poder altamente radioativo provocou, segundo estimativas, a contaminação de pelo menos cinco mil pessoas, entre vítimas diretas e familiares (Mattos e Granato, 2005). O outro episódio ocorreu em 1994, no município de Aguazinha, em Olinda, Pernambuco - PE. Na ocasião, várias crianças e adultos foram hospitalizados com intoxicação por terem ingerido lixo; a suspeita era de que tinham se alimentado de carne humana, rejeitos

encontrados no lixo hospitalar inadequadamente depositado com os demais resíduos da cidade no lixão onde trabalhavam (Abreu, 2001). Os dois casos também ilustram como pode ser dramática a ausência de políticas adequadas para a destinação final do lixo no meio urbano.

Quase todos os estudos apresentados, demonstram que os catadores, de maneira geral, apresentam baixa escolaridade. São analfabetos ou semi-analfabetos. Têm origem na pobreza e, em sua grande maioria, se identificam como pardos e negros, casados, com média de três filhos e apontam o desemprego como a condição principal que os levou para o trabalho com o lixo. Muitos trabalham acompanhados da família, se alimentam do que encontram no lixo, vivem em moradias precárias e/ou nas ruas das cidades e catam, principalmente, papel branco, latinhas de alumínio, vidro, garrafas PET, plástico, papelão e ferro (Bursztyn & Araújo, 1997; Silva, 2002; Bursztyn, 2003; Magera, 2003; Filho, 2005; Velloso, 2005).

A seguir, apresentam-se os principais resultados obtidos em pesquisas realizadas com catadores, numa tentativa de caracterizar o trabalho de reciclagem e os trabalhadores, em geral.

Reis (2003), descreve o trabalho de catadores de São João Del Rei (MG), identificando que as condições de trabalho são altamente precárias, principalmente, para aqueles que trabalham no depósito de lixo. Os catadores de rua trabalham, em média, 8 horas por dia e armazenam os materiais coletados em suas próprias casas, sob protesto dos vizinhos, em função do mau cheiro e vetores de doença traídos pelo lixo.

Bursztyn & Araújo (1997) desenvolveram estudo com 150 famílias de migrantes, moradores de rua no Distrito Federal. A pesquisa indicou que se trata de uma população marcada pela pobreza e que, uma vez na cidade, tornam-se moradores de rua e catadores de lixo. De início, movidos pela fome, o lixo apresenta-se como fonte de alimentos e de objetos de uso diário. Num segundo momento, percebem que também podem extrair renda do lixo e, então, “passam do simples *extrativismo de subsistência imediata* à condição de *extrativistas para o mercado*” (Bursztyn & Araújo, 1997, p. 35). O perfil da amostra abarcada pelo estudo aponta que, dos 150 chefes de família entrevistados, 72% eram negros, pardos e nascidos no nordeste, 57% tinha idade entre 26 e 45 anos, 55% eram analfabetos e 35% tinham 1º grau incompleto. Antes de chegarem à Brasília, 78% estavam desempregados e 51% sobrevivia com uma renda mensal média de até um salário mínimo. As conclusões de Bursztyn & Araújo (1997) indicam para a necessária “*humanização*” do trabalho de catadores o que pode ser

viabilizado por meio da organização de cooperativas e associações estabelecidas como parceiros do Estado na gestão de resíduos sólidos urbanos.

Silva (2002), em estudo sócio-econômico-ambiental da atividade de 45 catadores, em Corumbá – MS, conclui que as condições de trabalho dos catadores são insalubres, mas que estes vivenciam liberdade de horário e de relações que não encontrariam em empregos fixos. A maioria dos trabalhadores ganha menos de um salário mínimo por quinzena, sofrem comumente perda de material coletado em função da forma precária de armazenamento, não utilizam equipamentos de proteção individual e convivem com atravessadores no comércio dos materiais coletados. Silva (2002) identificou que 68,9% dos entrevistados está satisfeito no trabalho de catação.

Magera (2003), em pesquisa sócio-econômica-etnográfica com catadores organizados em 5 cooperativas no interior do Estado de São Paulo, identifica que 78% dos associados entrevistados declaram não saber o que é cooperativismo; 48% afirmam obedecer a uma hierarquia e 70% declara não conhecer o valor de venda dos materiais selecionados. Entre os participantes, 66% declarou que as respectivas cooperativas não dispõem de equipamentos de segurança no trabalho; 52% da amostra recebe entre 5 e 8 reais por dia de trabalho e 76% não contribui com o INSS. Além disso, grande parte dos trabalhadores encontra-se abaixo da linha da pobreza, 90% moram na periferia da cidade e 52% não possuem casa própria. O estudo desenvolvido por Magera (2003) constrói um retrato da ocupação de catadores organizados em cooperativas de trabalho e, de modo geral, conclui que as cooperativas são prematuras e enfrentam problemas básicos de infra-estrutura para seu crescimento. O trabalho é realizado de forma improdutiva e ineficiente, criam trabalho precarizado para os associados, cuja condição é de exploração. A origem na pobreza e o nível de instrução dos catadores – analfabetos e analfabetos funcionais – dificultam o envolvimento dos mesmos nas questões administrativas da cooperativa. Dessa forma, o trabalho dos catadores cooperativados no estudo do autor, é visto sob o prisma de uma grande contradição – são seus próprios padrões, mas vivem num ambiente de extrema precariedade de relações e condições de trabalho.

Bursztyn (2003), em pesquisa sociológica com moradores de rua em Brasília, identificou que os catadores de material reciclável possuem diversas características valorizadas e necessárias no mundo do trabalho atual. Os trabalhadores apresentam versatilidade, criatividade, flexibilidade, auto-emprego, espírito empreendedor, perspicácia, entre outras. São agentes ambientais e reduzem, assim, a degradação

ambiental resultante do sistema de produção. Lembra, no entanto, que também causam danos o meio ambiente, pela degradação que promovem nas áreas em que se instalam porque espalham resíduos e queimam rejeitos que não lhes serve no comércio da reciclagem (Abreu, 2001; Bursztyn, 2003).

Kemp (2003), em pesquisa na área de saúde mental e trabalho, relata o caso da ASMARE – Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável, em Belo Horizonte-MG, como um projeto exitoso de combate à exclusão social. A Associação permitiu a reinserção produtiva, o resgate da auto-imagem, o restabelecimento da autonomia e da cidadania e, conseqüentemente, o restabelecimento da saúde mental dos trabalhadores. A ASMARE tem hoje 16 anos de fundação, com catadores na gestão do empreendimento, cuja marca principal é associar a produção e venda de materiais recicláveis à qualidade de vida de seus membros, quase todos ex-moradores de rua. A ASMARE transformou-se num modelo nacional de empreendimento social, mantendo programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, para aquisição ou reforma da casa própria e reconstrução do projeto de vida dos trabalhadores moradores de rua, sem vínculos familiares. Além disso, todos os associados são obrigados a manterem os filhos em idade escolar regularmente matriculados na escola. A ASMARE ainda mantém oficinas de marcenaria, artesanato e encadernação. Essas atividades ampliam as possibilidades de trabalho dos catadores, além de aumentar a qualificação profissional e a margem de ganho financeiro no ramo da reciclagem. Para além do ganho econômico, na visão da autora, o mais importante é o exercício de uma solidariedade pública, a participação efetiva e o engajamento voluntário propiciados pela economia solidária, alavancando a construção da identidade, a reconstituição do pertencimento e do laço social e do sentido de coletividade. É assim, que os catadores associados da ASMARE reconhecem em si mesmos uma categoria profissional relevante socialmente.

Segundo Gonçalves (2003), a partir de pesquisa realizada, durante o I Encontro Nacional de Catadores, em junho de 2001, em Brasília-DF, com o objetivo de traçar um perfil sócio-demográfico dos catadores, a atividade é tão bem remunerada quanto qualquer outra atividade com o mesmo nível de escolaridade; 33% dos entrevistados, mesmo que tivessem oportunidade, não deixariam a profissão, índice este que a autora entende como um índice interessante de empreendedorismo. Além disso, o levantamento demonstrou que, entre os 122 catadores participantes da pesquisa, 64,9%

tinha o fundamental incompleto, 50,8% declarou não ter problemas de saúde e 47% começou a trabalhar como catador por ter sido demitido do emprego.

Nagib (2003), utilizando análise da estória de vida de Catadores de Material Reciclável cooperativados, identificou nos participantes uma expectativa positiva em relação ao trabalho, mesmo quando estes tinham a intenção de deixar a cooperativa. O trabalho em cooperativa é valorizado, sobretudo, pela sensação de liberdade (ausência de patrão), a qualidade no relacionamento com pares e valorização da cidadania.

Kemp *at al*, 2004, em estudo com catadores de São João Del Rei – MG, utilizando a abordagem psicossocial e empregando a metodologia da pesquisa participante, durante a implantação de um empreendimento solidário, conclui que o engajamento coletivo provoca mudanças no cotidiano e hábitos de vida dos catadores, abrindo-se possibilidade de reconstrução dos vínculos sociais, com repercussão na identidade coletiva e individual dos trabalhadores. Além disso, ainda foi registrada melhoria na condição de vida dos catadores, mediante o aumento do material destinado à reciclagem.

Andrade (2004) desenvolveu pesquisa-ação para investigar a dimensão intersubjetiva das relações de trabalho de catadores organizados em uma associação; os resultados demonstram que o trabalho coletivo contribui para a reafirmação do sujeito e para as transformações sociais, permitindo aos trabalhadores sonhar e desejar uma realidade diferente da que lhes é imposta pelas condições adversas de vida.

Gonçalves (2004) realizou estudo sobre a história de vida de catadores de lixões e usinas de tratamento provenientes de quatro municípios do Rio de Janeiro, investigando a relação entre saúde e trabalho. A autora conclui que a história de vida dos catadores é marcada pela exclusão-inclusão social, bem como precariedade das condições de trabalho, sócio-familiares, de cidadania e representações culturais. O trabalho dos catadores na usina, embora com carteira assinada, não diminui a precariedade das condições de trabalho. Os catadores do lixão trabalham sob condições mais precárias ainda, mas negam a relação entre o trabalho com o lixo e riscos de adoecimento. A autora vê nessa negação uma estratégia de defesa dos catadores, talvez para aumentar a capacidade de adaptação ao trabalho com o lixo.

Porto *at al* (2004), sob a perspectiva da saúde pública e ocupacional, desenvolveu pesquisa sobre as condições de vida, trabalho e saúde, com 218 catadores no aterro do Gramacho, Rio de Janeiro. Os autores identificaram que os catadores percebem o lixo como fonte de sobrevivência, saúde como capacidade para o trabalho e,

embora as condições de trabalho observadas em campo sejam de elevada insalubridade e periculosidade, os trabalhadores tendem a negar a relação entre trabalho e problemas de saúde.

Silva (2004a), a partir de estudo de caso com a Cooperativa 100 Dimensão, localizada na cidade satélite Riacho Fundo II, Distrito Federal, identifica que as formas cooperativistas de organização do trabalho constituem alternativas eficazes de inclusão social e econômica. Além disso, favorece a formação de uma consciência coletiva, o resgate da auto-estima, da cidadania, dos valores da família e da solidariedade. Observa, no entanto, que esses empreendimentos, têm viabilidade fortemente condicionada à ajuda financeira e de suporte externo, sendo fundamental o apoio do Governo, organizações não governamentais e empresas privadas para lhes garantir fomento, formação e qualificação profissional. Dados semelhantes também são relatados por Coutinho et al (2005).

Em estudo com duas associações de catadores, utilizando entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores e administradores, Velloso (2005), identifica que os catadores, mesmo organizados, sofrem discriminações. Além disso, o estudo demonstra que existem relações de poder dentro das cooperativas, seja pela intervenção do poder público, seja por grupos internos que instauram o processo de decisão de cima para baixo. A autora conclui que essas características dificultam o desenvolvimento potencial da criatividade dos trabalhadores e, conseqüentemente, do processo de emancipação social dos mesmos.

Freitas (2005), realizou pesquisa com catadores de Belo Horizonte – MG, empregando análise de narrativas de histórias de vida de homens e mulheres catadores de recicláveis e integrantes da ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materias Recicláveis. As conclusões do estudo indicam que a principal luta dos trabalhadores é o reconhecimento do trabalho autônomo que realizam. A identidade como trabalhador é sempre colocada em primeira instância no discurso dos catadores, sendo esta fundamental para o exercício de outros direitos básicos. A trajetória de vida dos catadores reflete, sobretudo, um movimento de exclusão-inclusão, cujo ponto divisor foi a organização da Associação. A mobilização coletiva dos catadores se dirige pelo reconhecimento, conquista de direitos e cidadania cujos pilares são justamente o valor do trabalho que realizam e sua condição como trabalhadores. Para Freitas (2005), os catadores, que ocupavam os “subterrâneos da sobrevivência” na cidade, passaram a

contar na dinâmica política, saíram da invisibilidade e avançaram na conquista de direitos a partir da criação da ASMARE.

Medeiros (2006), desenvolveu estudo com duas cooperativas de catadores em Goiânia-GO, sob a perspectiva teórica da Psicossociologia, utilizando análise de discurso e análise documental. A autora conclui que um das cooperativas é somente uma forma de contratação de mão-de-obra barata, perpetuando o trabalho precário e alienante – “coopergato”, nas palavras da autora. A outra cooperativa, pautada nos genuínos princípios cooperativista, possibilita efetiva melhora das condições e de vida dos catadores associados.

O estudo desenvolvido por Streit (2006), com o objetivo de investigar a cadeia produtiva de três cooperativas do DF na relação com entidades de apoio, a partir de grupos focais, identificou que as diferenças observadas nos empreendimentos remontam às próprias origens de cada uma delas, tendo impacto considerável a origem dos trabalhadores - desempregados ou moradores de rua – e o nível de escolarização.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2006) e Combate à Fome, as cooperativas de catadores de material reciclável operam em condições muito diversas e, portanto, com níveis de produtividade e eficiência muito distintos. Entretanto, todas elas têm potencial para criação de novos postos de trabalho uma vez que o volume de recicláveis não coletados no Brasil ainda é muito grande. A eficiência e a criação de novos postos de trabalho está diretamente relacionada à aquisição e manutenção de equipamentos como prensas, caminhões e carrinhos de catadores. Os equipamentos de proteção individual minimizam taxas de morbidade e mortalidade, além de reduzir a incidência de acidentes de trabalho. No entanto, segundo o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável – MNCR, somente 7% de suas filiadas se encontram nessa situação. A realidade mostra que 35% dos grupos ainda encontram-se em situação de desorganização e são responsáveis por 72% dos catadores filiados ao Movimento, trabalhando em estado de precariedade absoluta. Ao todo, aproximadamente 88% da categoria permanece desassistida quanto às condições e infraestrutura mínimas para o desempenho de suas atividades.

No próximo tópico apresentamos, em linhas gerais, como a destinação de resíduos sólidos urbanos é tratada no Distrito Federal e como se organiza o trabalho de Catadores de Material Reciclável em Brasília e entorno.

3 - O trabalho de Catadores de Material Reciclável no DF

Desde sua inauguração, a cidade de Brasília não tinha um projeto de destinação do lixo (Dubois, 1999; Filho, 2005). No início, o lixo era depositado em diversos pontos do DF, sem tratamento. A destinação de resíduos sólidos, associado ao crescimento da população, transformou-se paulatinamente num problema para o Governo e, segundo CorreioWeb (2005a; 2005c), de forma esquemática, obedeceu ao seguinte cronograma histórico:

- Em 1961 é criado o Parque Nacional de Brasília, a maior reserva de cerrado do DF e, pouco depois, o Lixão da Estrutural, nas proximidades do Parque Nacional;
- Em 1963 é inaugurada a usina de tratamento e produção de adubo da Asa Sul; a usina funciona hoje com apenas 25/40% da sua capacidade;
- Em 1978 é elaborado o primeiro plano diretor, estabelecendo normas de como o serviço de tratamento deveria funcionar; nesse mesmo ano é identificado que em todas as cidades satélites do DF existiam pequenos lixões que recebiam rejeitos sem qualquer forma de tratamento. Foi elaborado, então, o plano de destinação sanitária do lixo em Brasília, movido pelo entendimento de que o lixo oferecia riscos à saúde;
- Em 1985 é criada a usina de tratamento de lixo do DF, no P Sul, na cidade satélite de Ceilândia; além de não ter licença ambiental, a usina passou por inúmeros problemas de gestão;
- Em 1992, foi desenvolvido o programa de limpeza urbana com o objetivo de instituir a coleta seletiva de lixo, reduzir o volume de resíduos e desativar o lixão que, na época, sustentava 287 famílias de catadores;
- Em 1996 o Ministério do Meio Ambiente forma convênio com o governo local para desativar o lixão, cuja sobrevida, naquela época, era avaliada em mais seis anos; o projeto nunca foi levado adiante. No mesmo ano é reativada a usina de incineração de lixo hospitalar, em Ceilândia, depois de dois anos parada; nesse período o rejeito hospitalar era despejado no Lixão da Estrutural. Na época o serviço de limpeza urbana era desenvolvido pela Enterpa, em contrato emergencial com o Governo do DF.

- Em 2000 a empresa Qualix vence licitação para responder pela coleta e destinação do lixo no DF; o contrato tinha duração de cinco anos e custou R\$ 355 milhões; até hoje o projeto de desativação do Lixão da Estrutural e construção de um novo aterro não foram concluídos. O Lixão ocupa uma área de 200 hectares e é freqüentado por cerca de mil Catadores de Material Reciclável (CorreioWeb, 2004a).

Segundo Filho (2005), hoje o DF conta com aproximadamente 18 lixões ativos, todos eles autorizados pela Administração de Descarga de Entulhos. Por dia são produzidas 2,5 mil toneladas de resíduos no DF (CorreioWeb, 2006a). No DF 46% do lixo produzido é constituído de material orgânico, 47% de material reciclável, 7% de dejetos que não podem ser reaproveitados (CorreioWeb, 2005c).

No Distrito Federal, foram implantados dois programas de coleta seletiva. O primeiro, em outubro de 1992, na cidade satélite de Brazlândia. O segundo, no segundo semestre de 1997, no Plano Piloto (Dubois, 1999). O projeto implantado em Brazlândia teve duração de seis anos; a coleta seletiva do Plano Piloto foi desarticulada em 1999, quando houve a transição da Administração de Brasília (Dubois, 1999).

Dessa forma, assim como a maior parte das capitais e municípios brasileiros, o Distrito Federal não detém um sistema de coleta seletiva do lixo. A ausência de um sistema de coleta seletiva, por sua vez, torna o ambiente de trabalho dos catadores mais insalubre, pois, no manuseio de sacolas e sacos nas latas de lixo, os trabalhadores correm risco permanente de se cortarem com cacos de vidro e se acidentarem com objetos perfuro-cortantes como agulhas e seringas, por exemplo. Além disso, contribui para a degradação ambiental do cerrado e do DF uma vez que o Lixão da Estrutural está esgotado. O Lixão da Estrutural alcança 14 metros de rejeitos e recebe diariamente em torno de 1.800 toneladas de lixo. O grande risco relacionado ao esgotamento do Lixão é a contaminação dos lençóis freáticos do Parque Nacional de Brasília e dos poços artesianos das residências da invasão da Estrutural (CorreioWeb, 2000b; 2004a).

A Lei Distrital 3.517/04 obriga os órgãos públicos do DF a realizarem a seleção de resíduos sólidos, embora seja uma meta do Programa Lixo Limpo implantar a coleta seletiva em todo o DF, inclusive domicílios. Das 2.400 t/d de lixo domiciliar recolhidos em residência e estabelecimentos comerciais no DF, somente 29 t (1,2%) é oriundo da coleta seletiva, especificamente realizado em algumas quadras da Asa Sul, Asa Norte e Brazlândia (CorreioWeb, 2001a; 2004b; 2006c; 2006d).

A cidade tem carência de empregos e apresenta pouca tradição industrial. Calcula-se, pois, que 2.731 pessoas vivam hoje da reciclagem do lixo, no DF, com rendimentos que variam de R\$ 300,00 a R\$ 1000,00 (CorreioWeb, 2001b). Estes vivem clandestinamente sob marquises, viadutos, árvores e *mocós*¹ no meio do cerrado. Nos lixões da Estrutural e do Torto os catadores são cadastrados pelo GDF. Muitos dos trabalhadores vivem e trabalham com a família; além disso, vivem agrupados por laços de parentesco, religião ou por naturalidade (Filho, 2005).

Filho (2005), por meio de entrevista sócio-econômica realizada com 28 catadores de lixo, no Plano Piloto, mostra que apenas 14,3% eram alfabetizados; são oriundos de todas as regiões do Brasil, mas majoritariamente do nordeste; a dificuldade de arranjar emprego é o principal motivo para terem iniciado o trabalho com a catação de lixo; chegam a carregar quase 800 kg “no peito” e é unânime entre os trabalhadores o esforço de ressaltar as qualidades de quem vive na rua, como defesa ao preconceito relacionado à pobreza, a miséria e a marginalidade. No estudo, o autor, ainda identifica que as comunidades de catadores vivem em condições muito precárias, principalmente, pela falta de higiene. Encontram-se ausentes da atenção do governo local e de políticas públicas, mesmo contribuindo diretamente para a limpeza pública da cidade.

A atividade de reciclagem na capital gera renda em torno de 2 milhões de reais/ano. Os agentes envolvidos na atividade de catação e reciclagem na cidade são empresários, industriais, atravessadores, comerciantes, aposentados, carroceiros, chacareiros, catadores e estudantes de cursos noturnos (Filho, 2005). Alguns catadores dizem não largar a atividade em função da autonomia e sensação de liberdade no trabalho (CorreioWeb, 2000a; 2006d).

Em dezembro de 2002 foi criado o Fórum Regional Lixo e Cidadania do Distrito Federal, consoante meta do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, criado em 1998. Tanto o Fórum Nacional, quanto os Fóruns Regionais sustentam como objetivos: a erradicação de toda forma de trabalho infanto-juvenil nos lixões, geração de renda para as famílias de catadores e mudança da destinação final do lixo, erradicando definitivamente os lixões no país (Fórum Nacional Lixo e Cidadania, 2007).

A seguir, apresentaremos o referencial teórico utilizado para a realização da pesquisa, a Psicodinâmica do Trabalho.

¹ Abrigos improvisados com plástico, latas, madeira, lona e outros materiais.

III. Abordagem Psicodinâmica do Trabalho

A Psicodinâmica do Trabalho é uma disciplina, criada na década de 80 pelo pesquisador, médico do trabalho e psicanalista francês, Christophe Dejours, a partir de uma longa história de estudos e pesquisas desenvolvidas no bojo da Psicopatologia do Trabalho, que se interessava, desde o pós-guerra, pela relação entre trabalho e saúde mental. A Psicopatologia do Trabalho sustentava-se no pressuposto de que os homens são passivos perante a organização do trabalho marcando, fundamentalmente, uma relação de causa e efeito entre organização do trabalho e adoecimento. Os interesses da Psicopatologia estavam direcionados para a identificação de síndromes e doenças mentais características relacionadas ao trabalho, sob forte influência da Medicina do Trabalho e da Psiquiatria, numa tendência marcadamente descritiva e focada na doença (Dejours, 2004a).

Em estudos com operários da construção civil, submetidos a condições severamente precárias de trabalho, Dejours observa que, ao contrário do esperado, a grande maioria dos trabalhadores mantém-se saudáveis. Redireciona, então, seu interesse e pesquisas para esclarecer como e a partir de que mecanismos os trabalhadores conseguem preservar a saúde no trabalho. Por que não enlouquecem frente às contradições vividas? A ênfase é o estudo da normalidade, priorizando os aspectos relacionados à organização do trabalho e com intervenções proposta para a coletividade (Jacques, 2003). Essa mudança de foco amplia o enfoque da Psicopatologia e aí origina-se a Psicodinâmica do Trabalho, disciplina que tem como objeto de estudo a saúde do homem no trabalho, para além do reducionismo médico-biológico (Athayde, 2005).

A mudança de perspectiva estabelecida por Dejours marca algumas diferenças importantes na análise da relação homem-trabalho, a saber: 1) O trabalho é entendido como estruturante psíquico, estabelecendo-se como um dos cenários para construção da identidade do indivíduo, bem como é sempre permeado por contradições marcadas, essencialmente, pela diferença entre trabalho prescrito e real; 2) A relação entre homem e trabalho está em contínuo movimento, aberta a evoluções e transformações, “um equilíbrio dinâmico, em contínuo deslocamento”; 3) O homem não está passivo frente às restrições impostas pela organização do trabalho, buscando sempre mecanismos para exercer sua liberdade e manter sua integridade e saúde; e 4) A normalidade, e não a

doença, passa a se configurar como enigma e objeto privilegiado de investigação (Dejours, 2004a).

A Psicodinâmica do Trabalho, portanto, funda-se para dar conta do sujeito *no* trabalho, valendo-se de conceitos psicanalíticos como inconsciente, defesa e conflito (Ferreira e Mendes, 2003). Institui-se como uma abordagem científica de estudo da saúde no trabalho tomando como principal ponto de análise a dinâmica prazer-sofrimento, os processos intersubjetivos que sustentam as interpretações do trabalho pelos indivíduos, bem como as estratégias de defesas individuais e coletivas utilizadas para resignificar/superar as contradições vividas no contexto de trabalho (Ferreira e Mendes, 2003; Dejours 1994, 2004a). Aqui é de fundamental importância marcar que o trabalho apresenta-se como fonte de prazer e sofrimento, ocupando um papel eminentemente dialético (Mendes, 2007). São pressupostos fundamentais, portanto, para a Psicodinâmica do trabalho a noção freudiana do princípio de prazer – a atividade psíquica tem como objetivo evitar desprazer e proporcionar o prazer (Laplanche & Pontalis, 1998); a centralidade do trabalho como operador fundamental na construção do próprio sujeito e do homem como ser ativo e sempre em luta para conservar a sua identidade e sua normalidade.

A Psicodinâmica privilegia o estudo do homem no trabalho na sua relação com os outros sujeitos e com o coletivo. Parte do pressuposto que o trabalho é um lugar privilegiado para o exercício da palavra e da enunciação e, portanto, situa-se como um operador fundamental de construção do próprio sujeito, fazendo a mediação entre inconsciente e campo social (Dejours, 1994).

A organização do trabalho, dimensão esta que na visão de Dejours (1994) compreende a divisão do trabalho e a divisão dos homens, impõe uma distância entre real e prescrito na realização das atividades; essa discrepância associada à rigidez entre prescrito e organização real do trabalho, exercem papel central da determinação do sofrimento nos indivíduos. O sofrimento, portanto, apresenta-se intrínseco ao trabalho, e por si só não é patológico, assumindo um papel de regulador e de sinal de alerta contra o adoecimento, configurando-se como uma “vivência subjetiva entre a doença mental descompensada e o bem-estar psíquico” (Rocha, 2003). O sofrimento é resultante do confronto dos trabalhadores com as adversidades e contradições encontradas no contexto de trabalho, quando estas não podem ser negociadas e efetivamente alteradas/superadas. O adoecimento é consequência e manifestação da intensidade do sofrimento vivenciado e/ou quando as estratégias de defesa contra o mesmo fracassam

(Mendes e Cruz, 2004). A partir dessa compreensão, Dejours (1994) afirma que a transformação de um trabalho “fatigante” em um trabalho “equilibrante” só pode se operar pela flexibilização da organização do trabalho, permitindo maior liberdade ao trabalhador para o arranjo do seu modo operatório e economia psicossomática. A organização do trabalho, como correia de transmissão/imposição da vontade externa, inclusive, potencializa os efeitos patogênicos das condições de trabalho, quando precárias, causando bloqueio contínuo do funcionamento mental causando sofrimento e, em última instância, a descompensação e/ou adoecimento (Dejours, 1992). A organização do trabalho, segundo Ferreira e Mendes (2003), pode ser flexível ou rígida e, a depender dessa condição, o trabalho pode ser mais propiciador de saúde ou adoecimento.

O trabalho como fonte de sofrimento e indicador de adoecimento está relacionado à precarização das condições de trabalho, a rigidez da organização do trabalho, ao conteúdo pouco significativo das tarefas e ao espaço inexistente ou limitado para discussão e mudança dessas condições (Dejours, 1992). O sofrimento pode ser identificado por vivências de desgaste e insegurança (Mendes e Cruz, 2004). O desgaste é caracterizado por sentimentos de desânimo, cansaço, ansiedade, frustração, tensão emocional, sobrecarga e estresse (Mendes e Cruz, 2004); a insegurança refere-se ao sentimento de incompetência para atender às exigências relacionadas ao desempenho e a produtividade no trabalho (Mendes e Cruz, 2004). Dejours (1994) afirma que o sofrimento pode ser transformado, não eliminado. A transformação do sofrimento beneficia a identidade e aumenta a resistência à desestabilização psíquica e somática.

A organização do trabalho, repleta de contradições, impõe aos indivíduos uma atividade de interpretação contínua entre o prescrito e o real. É dessa forma, que o trabalho aparece como um produto das relações sociais, pois a construção dos modos operatórios reais envolve compromisso, negociação e uma gestão social das interpretações do trabalho pelos trabalhadores, por excelência, os criadores do *saber-fazer* e novos modos operatórios para a eficiência do trabalho (Dejours, 2004a). A partir disso, Dejours (2004a) define trabalho como “atividade manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização do trabalho” (p. 65).

O trabalho, portanto, é criação do novo, exige uma inteligência prática. As descobertas e engenhosidades advindas da interpretação dos trabalhadores sobre a organização do trabalho funda-se sobre princípios de solidariedade e cooperação que, a

priori, não podem ser prescritos pela própria organização do trabalho. A cooperação só pode ser construída a partir da liberdade dos indivíduos, a partir de uma vontade coletiva, além de relações de confiança, entendidas aqui, como acordos e regras que enquadram a maneira como se executa o trabalho. Observa-se ainda que a cooperação só se mostra efetiva se os sujeitos demonstram esse desejo – o de cooperar. Todos esses processos estão relacionados à mobilização subjetiva desencadeada pelo trabalho nos indivíduos e que, em última análise, representa a contribuição específica e insubstituível que cada trabalhador pode oferecer à organização do trabalho (Dejours, 2004a).

A mobilização subjetiva mantém-se na proporção que a organização do trabalho apresenta o reconhecimento ao indivíduo – reconhecimento fundamentalmente de natureza simbólica, dividido em duas dimensões: *constatação* da contribuição individual à organização do trabalho e *gratidão* pela contribuição à organização do trabalho. A falta do reconhecimento resulta numa tendência de desmobilização, na medida em que repercute na gratificação identitária dos indivíduos (Dejours, 2004a).

Dessa forma, a conquista da identidade social passa pela dinâmica do reconhecimento. E se entendemos o reconhecimento como resultante dos julgamentos de pares, este somente é possível se tivermos um coletivo/comunidade de pares. (Dejours, 2004a). A dinâmica do reconhecimento, portanto, sugere que “a cooperação é indissociável da economia da identidade e da saúde mental no trabalho” (p. 76), além de, pela mediação do trabalho, operar-se a transformação do sofrimento em prazer (Dejours, 2004a). Se a dinâmica do reconhecimento está paralisada, o sofrimento não pode ser transformado em prazer e só poderá gerar acúmulo, caracterizando o sofrimento patogênico, ou seja, instituindo o trabalho como mediador da desestabilização e fragilização da saúde (Dejours, 1994; 2004a).

Dialeticamente, podemos afirmar que trabalho também se apresenta como fonte de prazer e indicador de saúde, na medida em que representa para o sujeito a possibilidade de realização e construção da sua identidade pessoal e social. “O ato de produzir permite um reconhecimento de si próprio como alguém que existe e tem importância para a existência do outro” (Mendes e Morrone, 2002, p. 27), imbuído de subjetividade e que, portanto, extrapola a esfera do concreto, a atividade em si e do emprego. O prazer é definido por vivências de liberdade e realização e está relacionado à interação com os outros e o reforço adquirido para a identidade social, ao ato de aprender sobre um fazer específico, inovar e criar novas formas de execução das tarefas (Mendes e Cruz, 2004). Liberdade refere-se ao sentimento de sentir-se livre para pensar,

organizar e falar sobre o trabalho (Mendes, 1999; Rocha, 2003; Rezende, 2003; Ferreira e Mendes, 2003; Mendes e Cruz, 2004). A realização define-se por sentimentos de gratificação, orgulho e identificação com o trabalho (Rocha, 2003; Rezende, 2003; Ferreira e Mendes, 2003; Mendes e Cruz, 2004).

Prazer e sofrimento são vivências concomitantes e intrínsecas ao trabalho, podendo haver prevalência de um sobre o outro a depender do contexto de trabalho e cujo pano de fundo são relações subjetivas e de poder (Heloani, 2003). O movimento do indivíduo, no entanto, sempre será no sentido da busca do prazer e de resignificação e/ou evitação do sofrimento para, assim, manter seu equilíbrio psíquico (Mendes e Morrone, 2002; Mendes, 2007) e evitar o adoecimento e riscos à saúde.

A partir desse raciocínio identificamos que, para Dejours (2004 a; 2007), a saúde psíquica não depende somente dos recursos do indivíduo, mas, sobretudo, das estratégias coletivas de defesa aos efeitos desestabilizadores do contexto de trabalho. As estratégias de defesa, segundo Ferreira e Mendes (2004) podem ser entendidas como estratégias defensivas e de mediação coletiva. As estratégias defensivas são mecanismos muitas vezes inconscientes, individuais e/ou compartilhados, de negação ou racionalização das contradições vividas no trabalho. As estratégias de mediação coletiva são modos de agir por meio de espaços públicos de discussão e cooperação entre os trabalhadores para superação das contradições vividas no trabalho (Ferreira e Mendes, 2003).

As estratégias defensivas são mais comuns do que as estratégias de mediação coletiva, pois estas últimas pressupõem a existência de espaços públicos para discussão da organização do trabalho e mobilização subjetiva do coletivo de trabalhadores (Dejours, 2004a; Mendes e Cruz, 2004; Ferreira e Mendes, 2003). Ambas são formas de estabilização da relação subjetiva com a organização do trabalho, de adaptação à mesma e que, portanto, contribuem para diminuir o sofrimento no trabalho. Identifica-se, no entanto, que as estratégias defensivas podem levar o indivíduo à resistência a mudança e alienação (Dejours, 1992; 1994; 2004a; 2005; Rocha, 2003; Mendes e Cruz, 2004). As estratégias de mediação coletiva são formas criativas de adaptação à organização do trabalho e implicam em engajamento e participação coletiva na transformação daquelas situações geradoras de sofrimento presentes no contexto de trabalho (Mendes e Cruz, 2004).

Podemos concluir que a saúde depende, em última análise, da dinâmica entre três dimensões específicas: 1) a *organização do trabalho*, essencialmente fundada em

contradições e constantes ajustes; 2) *o outro*, fazendo referência fundamental à convivência, normas, valores, acordos e cooperação; e 3) *do próprio trabalhador* e sua subjetividade (Rocha, 2003; Dejours, 2004a).

Ferreira e Mendes (2003) compreendem, na perspectiva da Psicodinâmica associada à Ergonomia da Atividade que, para efeitos teóricos e metodológicos, o trabalho terá seu sentido definido pelo conjunto de mediações simbólicas presentes no Contexto de Produção de Bens e Serviços (CBPS). O CBPS é entendido a partir de três dimensões, inter-relacionadas e interdependentes: a) Condições do Trabalho (CT), constituído pelo ambiente físico, equipamento e materiais de trabalho; b) Organização do Trabalho (CT) constituído pela divisão da tarefa, bem como ritmos e pausas; e c) Relações Socioprofissionais (RST) definidas como gestão do trabalho, comunicação e interação profissional.

O trabalho resulta, pois, de ações subjetivadas e um viver comum. No trabalho as pessoas constroem sentido para cada situação, para o sofrimento e para o próprio trabalho (Martins *et al*, 2001). Obviamente que o contexto de mudanças no mundo de trabalho na atualidade se fazem repercutir na organização do trabalho e no modo como os trabalhadores interagem com a mesma. Numa leitura mais atual, Dejours (2004a) reafirma a centralidade do trabalho: trabalhar não é só produzir, é viver junto. No entanto, o autor também faz uma leitura de que os trabalhadores nunca estiveram tão vulneráveis, isso porque a saúde passa por estratégias coletivas de defesa, essenciais para cada indivíduo na resistência aos efeitos desestabilizadores do sofrimento intrínseco ao trabalho, bem como os constrangimentos impostos pela organização do trabalho. Nessa linha de raciocínio, analisa Dejours (2004), “a degradação da relação subjetiva no trabalho é patente” (p. 18) e, assim, observamos a desestruturação de todas as formas clássicas de solidariedade. O autor sustenta tal análise sobre o individualismo em que vivemos nas sociedades modernas, onde a reestruturação das relações produtivas provocam a erosão das estratégias coletivas de defesa. A desestruturação da solidariedade, o individualismo, a solidão e a perda do trabalho como espaço público, provoca perdas irreparáveis aos trabalhadores, pois estrangula a cooperação como meio mais vigoroso de conquista do prazer no trabalho.

O mundo do trabalho responde a uma lógica de mercado que promove e acirra as desigualdades, opera a degradação progressiva das condições de trabalho e desarticula os coletivos. Como em grande parte das vezes, o trabalho torna-se um continuum, o trabalho contamina e se estende para outras esferas da vida do sujeito. É

dessa forma, que o trabalho influencia a qualidade de vida do sujeito e impõe-se como objeto de pesquisa no campo da saúde.

Lancman e Uchida (2003) lembram que o enigma da normalidade, proposto como objeto de estudo na relação saúde e trabalho pela Psicodinâmica, não nos deixa confundir normalidade com estado saudável. Em muitos casos, a “normalidade” pode significar o estabelecimento de um equilíbrio precário entre elementos patogênicos presentes na organização do trabalho e o esforço do sujeito para se manter produtivo e atuante. Nesse caso, o sofrimento resultante da frustração e ansiedade vividas no trabalho estende-se também para outras esferas da vida o que pode comprometer, inclusive, a qualidade das relações sociais, afetivas e familiares do sujeito.

O trabalho engaja toda a subjetividade e a coloca a prova – pelo trabalho a subjetividade sai enriquecida, enaltecida ou diminuída e mortificada. Dejours (2004b) observa ainda que, na Psicodinâmica, a subjetividade passa pela relação entre o sofrimento e o real e ultrapassa qualquer limite dispensado ao tempo de trabalho, de modo que mobiliza a personalidade por completo. Dejours (2004b) parte da premissa que o trabalho vai além da atividade, impondo-se como uma forma de relação social. Isso porque, se o trabalho se constrói sobre um mundo de desigualdade, poder e dominação, trabalhar implica em engajar a subjetividade num mundo de hierarquias, coercitivo. Assim, conclui Dejours (2004b), trabalhar é também fazer a resistência do mundo social.

A Psicodinâmica do Trabalho sustenta-se numa visão de homem como ser ativo, sempre em luta para conservar a sua identidade na normalidade e trazer a sua contribuição original à construção social (Dejours, 1992). Saúde, portanto, é a busca constante dos trabalhadores pela sua integridade física, psíquica e social, estado alcançado quando os indivíduos podem utilizar as estratégias de mediação (individual/coletiva) como resposta às contradições do contexto de trabalho (Ferreira e Mendes, 2003).

Inúmeras pesquisas e estudos teóricos e empíricos têm sido desenvolvidos sob o enfoque teórico e metodológico da Psicodinâmica do Trabalho. Esses estudos são apresentados abaixo, num esforço de síntese das principais contribuições trazidas para o entendimento da relação trabalho-saúde e ampliação da compreensão e aplicação da teoria da Psicodinâmica do Trabalho no contexto brasileiro. Foram realizados vários estudos com profissionais da área da saúde (Mendes e Linhares, 1996; Silva, 2005; Machado, 2006), bancários (Merlo, Jacques e Hoefel, 2001; Merlo e Barbarini, 2002;

Rocha, 2003; Rezende, 2003; Mendes, Paz e Barros, 2003; Resende e Mendes, 2004; Castro-Silva, 2006) e outras profissões, entre eles, profissionais da área de informática (Uchida, 1998; Merlo, 1999; Merlo, 2006), engenheiros (Mendes, 1994), gerentes (Pereira, 2003), trabalhadores informais (Morrone, 2001; Morrone e Mendes, 2003), auditores (Ferreira e Mendes, 2003), líderes religiosos (Silva, 2004b), trabalhadores terceirizados da construção civil (Barros e Mendes, 2003; Barros, 2004), profissionais de teleatendimento (Vieira, 2005) e professores de ambientes virtuais (Freitas, 2006). Além disso, ainda temos o estudo de Mendes (1999) que validou uma escala de prazer e sofrimento no trabalho.

Entende-se que o estudo desenvolvido com trabalhadores informais (Morrone, 2001) e com trabalhadores da construção civil (Barros, 2004) guardam maior proximidade com o trabalho de catadores e, dessa forma, descreve-se em detalhes as duas citadas pesquisas.

O estudo desenvolvido por Morrone (2001) com trabalhadores informais, especificamente feirantes, teve como objetivos: a) investigar a estrutura da organização do trabalho; b) identificar predomínio de vivências de prazer ou sofrimento e a relação destas com a organização do trabalho; e c) investigar a dinâmica do reconhecimento no trabalho. A metodologia empregada incluiu a aplicação da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST), para 231 trabalhadores e entrevistas individuais, semi-estruturadas, com 20 trabalhadores, dentre aqueles que já tinham respondido à EIPST. De maneira geral, os resultados demonstram: prevalência de vivências de prazer e uma organização do trabalho com papel preponderante sobre as vivências de prazer-sofrimento, destacando-se que o prazer encontra-se associado à visão de começo, meio e fim das atividades desenvolvidas, bem como flexibilização das decisões e processos de trabalho. O sofrimento aparece relacionado às precárias condições de trabalho, caracterizada pela falta de saneamento e higiene e, que na percepção dos trabalhadores, reflete descaso e a falta de reconhecimento do Governo. A dinâmica do reconhecimento se processa por outros agentes, externos à organização do trabalho, prioritariamente, amigos e familiares; o reconhecimento, associado à atribuição subjetiva de valor ao trabalho e ao prazer, exerce papel fundamental na construção da identidade dos trabalhadores. Além disso, o valor de sobrevivência atribuído ao trabalho exerce papel preponderante na dinâmica de enfrentamento das situações geradoras de vivências de sofrimento no trabalho.

Morrone (2001) atribui a prevalência de vivências de prazer nas atividades de feirantes não pela condição de trabalhadores informais, mas, especificamente, pela organização flexível do trabalho. Adicionalmente, a autora levanta a hipótese de que possuir um trabalho, mesmo que em condições precárias, é de suma importância para o equilíbrio e saúde psíquica dos trabalhadores.

A pesquisa de Barros (2004) propôs-se à investigação da relação entre contexto de trabalho, vivências de prazer-sofrimento e estratégias de mediação do sofrimento em dois grupos de trabalhadores terceirizados da construção civil – empreiteira e cooperativa de trabalho. A metodologia desenvolvida abarcou entrevistas coletivas semi-estruturadas e os resultados indicam: co-existência de prazer e sofrimento, com prevalência de vivências de sofrimento, destacadamente para os trabalhadores terceirizados por empreiteira. O sofrimento está associado à organização rígida do trabalho e às precárias condições em que as atividades são desenvolvidas. O prazer tem como antecedentes as relações socioprofissionais e, no caso dos trabalhadores terceirizados em cooperativa, pela percepção de reconhecimento e valorização do trabalho. As vivências de sofrimento são mediadas por estratégias de racionalização.

A partir do aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho, na consulta à literatura, não foi identificado nenhum estudo com Catadores de Material Reciclável, bem como empreendimentos de economia solidária e cooperativista.

IV. Objeto de Investigação

Esse capítulo explicita o problema de investigação, a definição das principais variáveis de pesquisa, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, breve descrição e caracterização da categoria de estudo, Catadores de Material Recicláveis cooperativados do DF, especificamente as duas cooperativas que participaram do estudo, assim como os objetivos – gerais e específicos – que nortearam o estudo.

1 - Problema

“Será que o trabalho de Catadores de Material Reciclável, organizados em cooperativas de reciclagem de lixo, oferece um contexto de trabalho menos precário aos trabalhadores? Além disso, como se configura a dinâmica prazer-sofrimento na ocupação dos catadores cooperativados e que estratégias de mediação do sofrimento são mobilizadas? Quais são riscos à saúde mental dos trabalhadores nesse contexto?”

2 - Teoria

Esta pesquisa se propõe investigar a dinâmica prazer-sofrimento, as estratégias de mediação mobilizadas para o enfrentamento do sofrimento e os riscos à saúde mental na ocupação de Catadores de Material Reciclável cooperativados do Distrito Federal, a partir do referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho. Abaixo segue a apresentação das principais variáveis investigadas:

Contexto de Trabalho: lócus material, organizacional e social onde se desenvolve o trabalho, além das estratégias individuais e coletivas de mediação que se formam a partir da relação sujeito-realidade de trabalho. Essa variável deriva do conceito de Contexto de Produção de Bens e Serviços, conforme proposto por Ferreira e Mendes (2003), compreendida a partir de três dimensões inter-relacionadas e interdependentes, a saber: Condições de Trabalho, Organização do Trabalho e Relações Socioprofissionais.

- *Condições de Trabalho:* elementos estruturais como ambiente físico, instrumentos, equipamentos, matéria-prima, suporte organizacional e práticas de remuneração;
- *Organização do Trabalho:* elementos prescritos, formal ou informalmente, que explicitam as concepções e prática de gestão de pessoas e do trabalho; é constituída pela divisão do trabalho, regras, tempo, ritmos e controles;

- *Relações Socioprofissionais*: elementos de interação entre pares e chefias, ou a dimensão social do trabalho.

Sufrimento: vivência individual e/ou compartilhada de experiências dolorosas como angústia, medo e insegurança. O sofrimento pode ser identificado por vivências de desgaste e insegurança.

Prazer: manifesta-se pelas vivências de valorização, reconhecimento, liberdade, realização e satisfação no trabalho. Resulta da gratificação pulsional, a partir da descarga da energia psíquica que o contexto de trabalho autoriza; o prazer é maior na medida em que o contexto está em maior conformidade com a subjetividade do trabalhador, ou seja, seus desejos e anseios;

Estratégias de Mediação: podem ser individuais e coletivas. Definem-se pelos “modos de pensar, sentir e agir” diante de um determinado contexto de produção; configuram-se como uma resposta às contradições do trabalho com objetivo de fazer prevalecer as vivências de prazer, além de servirem ao confronto e superação/transformação do contexto de trabalho. São estratégias de mediação: estratégias de mediação coletiva e estratégias defensivas;

- Estratégias de mediação coletiva: são meios de agir em conjunto dos trabalhadores; pressupõe espaço público de discussão sobre o trabalho e bases de cooperação entre os trabalhadores;
- Estratégias defensivas: mecanismos individuais e/ou compartilhados que compreendem, essencialmente, negação ou racionalização do sofrimento originado pelas contradições do Contexto de Trabalho.

Isto posto, entende-se que a saúde implica numa busca permanente dos trabalhadores pela integridade física, psíquica e social a partir do uso eficaz das estratégias de mediação (Ferreira e Mendes, 2003).

3 - Categoria de Estudo

A amostra abarcou trabalhadores pertencentes à profissão de Catadores de Material Reciclável, cooperativados do Distrito Federal. Por conveniência foram escolhidas duas cooperativas, dentre as 14 hoje existentes no DF, uma mais estruturada e outra menos estruturada do ponto de vista dos princípios cooperativistas, para análise comparativa das variáveis de pesquisa. Abaixo segue uma apresentação detalhada das duas cooperativas que participaram do estudo.

3.1 - Cooperativa Jequitibá²

Constituída formalmente desde 2000. Inicialmente, formada por um grupo de aproximadamente 380 famílias que viviam em invasões, no meio do cerrado, no setor de clubes sul de Brasília, e que sobreviviam da catação de lixo nas ruas da cidade. A primeira forma de organização das famílias foi como associação, no entanto, no diálogo que se firmou entre os catadores e o governo local, identificou-se a necessidade de se constituir formalmente como cooperativa para conseguir o terreno para instalação da sede e local definitivo de trabalho. A conquista do terreno, localizado nas imediações do Lixão da Estrutural, foi fundamental na história de constituição, crescimento e conquistas da Cooperativa. À época, para tirá-los do cerrado, o governo cedeu, além do terreno (ainda não legalizado), dinheiro para a compra/financiamento de moradia para as famílias, na cidade de Águas Lindas/GO. Embora, no início todas tenham fixado moradia na referida cidade, em função da distância do local de trabalho, localizado próximo à Cidade do Automóvel, aos poucos as famílias foram se transferindo para a cidade “Vila Estrutural”, cidade que hoje congrega aproximadamente 80% das famílias da Cooperativa. Algumas poucas moram ainda em Águas Linda e também Paranoá. Atualmente a Cooperativa mantém apenas 128 famílias. É relatado que, muitas vezes, há dificuldade de adaptação dos trabalhadores ao sistema de produção em cooperativa o que explica, em grande parte, a oscilação no número de cooperativados. Desde 2002, vêm-se observando uma queda no volume de material coletado e isso é atribuído a duas razões principais: a) aumento da concorrência, pois, há muito mais catadores hoje, e b) em geral, nos órgãos públicos, os próprios funcionários/servidores se organizam e vendem o material para a indústria de reciclagem, principalmente, a de papel. A Cooperativa vive hoje a expectativa da construção de um galpão, obra esta que deve melhorar muito as condições de trabalho e de armazenagem do material coletado e separado para a venda de reciclável. Possuem um caminhão que auxiliam na coleta do material pelos órgãos aos quais são credenciados e também pelas superquadras de Brasília. Possuem pontos de coleta que são fixos – órgãos e superquadras da Asa Norte e Asa Sul. Todos os trabalhadores são uniformizados com uma camiseta que identifica a Cooperativa. Na sede mantêm, de maneira ainda improvisada um pequeno salão multiuso, de alvenaria, onde é produzido artesanato com jornais e retalhos de tecido –

² Nome fictício, com o propósito de preservar a identidade da cooperativa e dos trabalhadores que participaram do estudo.

são produzidos objetos diversos, bijuterias e *patchwork*. A Cooperativa não tem saída em larga escala para o trabalho de artesanato – vendem por encomenda e expõem em feiras, mas essa também não é uma prática regular. Não admitem trabalho de crianças e jovens e em geral, trabalham homens e mulheres. É comum trabalharem marido e esposa como forma de aumentar a renda familiar. A área da Cooperativa é murada e tem estrutura de banheiros e cozinha. À falta de um galpão, trabalham separando material de reciclagem em baias improvisadas, cobertas com plástico para se protegerem do sol da chuva e também como forma de proteger o material de reciclagem, para preservar o valor de venda. O pagamento dos trabalhadores é feito por produção e esta é sensível à produção do grupo. Tentam captar novos trabalhadores por meio de convites, mas nem sempre esse processo é bem sucedido. Relatam que os catadores que trabalham como autônomos tem certa resistência ao trabalho em cooperativa porque, em geral, trabalhando sozinhos, conseguem uma renda maior. Na cooperativa recebem menos, mas ficam mais fortalecidos e seguros. O trabalho se torna mais organizado e a renda, embora menor, passa a ser mais regular. Entretanto, nem todos se adaptam aos princípios do trabalho em cooperativa e nem todos vêem valor na garantia do trabalho em grupo, preferem a inconsistência, a insegurança, apostando numa renda que não precisarão dividir. Quando novos integrantes chegam, têm que ser admitidos pela assembléia dos associados e, obrigatoriamente, tem que fazer o curso de cooperativismo (duração de três dias), bem como conhecer o estatuto da Cooperativa. A Cooperativa, portanto, está organizada de forma coletiva, sem relação de hierarquia e de mando e, por assembléia, revertem 3% da venda de todo o material reciclável para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Cooperativa. A coleta é feita diariamente, pelos homens nos caminhões da própria cooperativa. Esse material, uma vez descarregado, é separado e selecionado – a maior parte desse trabalho é destinado às mulheres. Observa-se que, de todo o lixo coletado nos órgãos e superquadras, apenas 40% é resgatado como material para a reciclagem; a sobra é material orgânico que, uma vez separado e acondicionado, é levado, pela empresa local de limpeza urbana, para o aterro ou Lixão da Estrutural. Mantêm uma diretoria, com mandato de 4 anos e todas as decisões da cooperativa são definidas em assembléia geral, realizadas mensalmente ou a depender de demandas específicas. A Cooperativa orgulha-se de ter erradicado 100% toda forma do trabalho infantil das famílias cooperativadas. Todas as crianças freqüentam escolas e creches. Possuem ampla credibilidade com parceiros e entidades de apoio, tiveram participação destacada na criação da Central de Cooperativas de Catadores do DF,

instituída desde fevereiro de 2006, e também integram o Movimento Nacional e Local de Catadores e o Fórum Regional Lixo e Cidadania do DF. A estrutura da Cooperativa abarca hoje, além do terreno com extensão de 4.000m, um caminhão, uma prensa e uma Kombi. Toda produção é vendida para uma única empresa de reciclagem. O material de mais valor é o papel branco, mas também reciclam garrafas *pet*, alumínio, papelão, ferro, jornal e estão negociando a saída e venda do vidro.

3.2 - Cooperativa Ipê Roxo³

A cooperativa está formalmente constituída desde julho de 2002, integrada inicialmente por apenas vinte catadores, entre eles o atual presidente. Hoje tem 240 associados, todos moradores da invasão próxima ao Setor de Inflamáveis, em sua grande maioria moradores de rua. A invasão existe no local há pelo menos 10 anos e deve abarcar em torno de mil pessoas que vivem sob as árvores do cerrado, em barracos improvisados com papelão, plástico, madeira e outros materiais. A história do grupo é marcada por diversos confrontos com a polícia e com agentes do Governo do GDF. Foram inúmeros conflitos em função das tentativas do Governo de deter a invasão, eventos estes que os Catadores chamavam e ainda chamam de “derruba”. A constituição da Cooperativa foi um passo importante na organização dos trabalhadores e para o impedimento da entrada da polícia e ações de desapropriação da área invadida. No entanto, o atual presidente e fundador da Cooperativa, diz que a fase de mobilização foi muito difícil e que ainda hoje é complicado fazer o coletivo se envolver e acreditar na força da organização. A cooperativa tem o apoio de diversas instituições e entidades parceiras, entre elas, a Fundação Banco do Brasil, SEBRAE-DF, Cáritas Brasileira, o GDF, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), CUT, etc. A partir dessas parcerias a cooperativa vem experimentando nos últimos anos algumas melhorias: adquiriu um caminhão para transporte de materiais, está com sede estabelecida num terreno de 7 mil m² de área, nas proximidades da invasão, esse terreno tem um galpão construído, ainda não concluído, avaliado em R\$ 1.300.000,00 reais, uma caixa d’água, 1 freezer e uma balança de material reciclável, cedida por um dos compradores da Cooperativa. Os barracos da invasão e o galpão sede da cooperativa não contam com abastecimento de água, luz e serviço de esgoto. A luz que utilizam é fruto

³ Nome fictício, com o propósito de preservar a identidade da cooperativa e dos trabalhadores que participaram do estudo.

de “gambiarras”, ou uso irregular da luz da via pública e de postes que cercam as imediações construídas do galpão e barracos. Todos os materiais recicláveis interessam à cooperativa: papel branco, papelão, jornal, garrafas *pet*, ferro, latinhas de alumínio, etc. Entre os materiais comercializados, o quilo mais caro é do plástico, no valor de R\$ 30 centavos. Os cooperados trabalham individualmente o que implica que são responsáveis por coletar o material nas ruas, separar e classificar os materiais, zelar pela guarda e estocagem dos mesmos e fazer a venda para o comprador. Por um acordo com a Cooperativa, o próprio comprador já retém 2% de toda compra efetuada. O controle da cota da cooperativa é feito pelo presidente e o repasse do dinheiro é feito de 15 em 15 dias ou, no máximo, em períodos de 1 mês. O presidente afirma que a quantia mais alta que conseguiu alcançar foi R\$ 1.400 reais, dinheiro este cuja finalidade é pagar o diesel do caminhão, fazer a manutenção do mesmo, pagar o segurança noturno do galpão, entre outras pequenas despesas necessárias à organização da cooperativa. O galpão que está inacabado tem uma planta que prevê espaço para salas de alfabetização, laboratório de informática, auditório, refeitório e uma sala para a direção. A gestão da cooperativa nas palavras do próprio presidente “obedece a uma ditadura”, segundo ele, em função da dificuldade de lidar com os catadores que não se envolvem e não trabalham para o desenvolvimento comum da cooperativa. Afirma que, muitas vezes, tem que usar a força até para se proteger de ameaças dos catadores que são desconfiados e que, quase nunca acreditam, nas mudanças propostas. Grande parte dos trabalhadores tem carroça e cavalos, meio pelo qual fazem a coleta nas lixeiras da cidade. Geralmente os homens saem para as ruas e as mulheres fazem a classificação do material a ser comercializado; as crianças que não freqüentam a escola, muitas vezes, ficam no meio do lixo espalhado e também ajudam na classificação do material, como uma alternativa para aumentar a renda das famílias, caracterizando também trabalho precoce. A cooperativa funciona de uma maneira ainda muito distante do ideal cooperativista: falta envolvimento e compreensão dos princípios cooperativistas, não têm formação e nem um projeto sistemático de educação, não têm atendimento de saúde, não usam equipamentos de proteção individual e as resistências e desconfiança quanto à cooperativa justifica, ao menos em parte, que somente 1/3 dos catadores associados trabalhem hoje sob a estrutura do galpão. Os que não trabalham no galpão desenvolvem suas atividades próximos aos barracos, onde improvisam suas moradias. Em função do lixo orgânico que não pode ser aproveitado na reciclagem, o ambiente atrai moscas, ratos e produz mau cheiro. As famílias ainda convivem, no mesmo ambiente, com os cavalos, animal

utilizado para tração das carroças. É comum as crianças adoecerem por infecção e alergias. Já se registraram vários casos de leptospirose, inclusive, com óbitos. Segundo o presidente da cooperativa, o galpão trouxe melhoria das condições de trabalho porque hoje estão protegidos do sol e do calor; além disso, o material que comercializam ganhou em qualidade. Como trabalham de forma individual, os próprios trabalhadores definem o ritmo de trabalho: dias de trabalho, número de viagens das carroças, horas de trabalho, etc. São livres, como costumam dizer. Segundo o presidente da cooperativa, o catador que produz menos, não ganha menos de R\$ 500 reais por quinzena. Com a mudança no governo do DF, a cooperativa pretende se mobilizar para reiterar velhas reivindicações e, prioritariamente, a remoção da invasão para um local mais adequado e regularizado.

As duas cooperativas pesquisadas realizam o beneficiamento primário do lixo, conforme definição feita por Gonçalves (2003), ou seja, trabalham o início do processo de reciclagem: classificação ou separação pelo tipo de material, entre outras especificações. Além da separação, a Cooperativa Jequitibá também faz o enfardamento do papel e das garrafas *pet* a ser vendido, ou seja, o material é prensado em fardos. O material, uma vez beneficiado, fica estocado, aguardando alcançar a quantidade mínima que o comprador exige, visando melhores valores de comercialização por parte da cooperativa e otimização de custos por parte do comprador. A Cooperativa Ipê Roxo não faz venda coletiva do material; a venda é feita por cada um dos catadores que, em cima de cada venda efetuada, devem, compulsoriamente, contribuir com 2% do arrecadado para a Cooperativa. Para ambas, os compradores se dirigem até o local de estocagem para pegar o material a ser vendido.

4 - Objetivos

4.1 - Geral

Analisar o Contexto de Trabalho de Catadores de Material Reciclável cooperativados no Distrito Federal, considerando a inter-relação prazer-sofrimento, estratégias de mediação do sofrimento e saúde mental no trabalho.

4.2 - Específicos

- a) Caracterizar e descrever o contexto de trabalho dos Catadores de Material Reciclável, a partir das dimensões: Condições de Trabalho, Organização do Trabalho e Relações Socioprofissionais;
- b) Analisar as vivências de prazer-sofrimento e estratégias de mediação do sofrimento;
- c) Identificar riscos à saúde mental na ocupação dos Catadores de Material Reciclável cooperativados.

Nesta pesquisa, a interdependência entre as variáveis apresentadas passa pela seguinte compreensão: o contexto de trabalho é variável antecedente para vivências de prazer-sofrimento e estas são indicadores para a caracterização de riscos à saúde e equilíbrio psíquico dos trabalhadores. As estratégias de mediação são as bases, mais ou menos eficazes, para consolidar o equilíbrio psíquico e a manutenção da saúde.

V. Método

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, a saber: 1ª) Realização de um estudo piloto, como primeira estratégia de aproximação com a realidade dos Catadores de Material Reciclável cooperativados, bem como testagem da metodologia de pesquisa e referencial teórico utilizado (Sousa e Mendes, *no prelo*); 2ª) Coleta de dados propriamente dita, com a realização de entrevistas coletivas semi-estruturadas, observação participante e análise de documentos.

Abaixo, especifica-se em detalhes o método empregado na segunda etapa da pesquisa.

1 - Participantes

A principal fonte de coleta de dados – as entrevistas coletivas semi-estruturadas – contou com a participação de 11 trabalhadores, a partir de uma amostra de conveniência: seis da Cooperativa Jequitibá e cinco da Cooperativa Ipê Roxo. Abaixo segue, a caracterização sócio-demográfica dos participantes do estudo:

- **Cooperativa Jequitibá**

A composição do grupo entrevistado foi de três mulheres e três homens. O catador mais jovem tinha à época 19 anos e mais velho, 49 anos; a média de idade para o grupo é de 31 anos de idade. Todos os participantes residem na Vila Estrutural, espécie de assentamento próximo ao Lixão da Estrutural ou Aterro do Jóquei Clube e também muito próximo à sede da Cooperativa. As casas têm abastecimento de água e luz, mas não tem serviço de esgoto. Todos os catadores são casados e procedem do nordeste (5 da Bahia e 1 da Paraíba); o catador com menos tempo de domicílio na cidade, está em Brasília há 3 anos; os demais estão morando na cidade há mais de dez anos. Quatro dos participantes declaram que o companheiro(a) também trabalha na reciclagem, para complementar a renda familiar. Uma das catadoras informou que, além do companheiro, duas filhas também trabalham na catação. Nenhum dos participantes passou pela experiência do emprego formal e, dessa forma, nunca tiveram a carteira assinada; o catador com menos experiência na atividade de reciclagem tem 3 anos de trabalho, os demais possuem uma média de 15 anos na profissão; três trabalhadores declararam nunca ter freqüentado a escola; entre os demais o que estudou mais tempo, cursou até a 6ª série primária. Todos os participantes têm filhos (média de 4 filhos por família) e declararam que, os que estão em idade escolar, estão matriculados e freqüentando a escola; três trabalhadores declaram ter complemento da renda familiar, por meio de

algum benefício do Governo, como Bolsa Família e Bolsa Escola. Conforme declarado pelos participantes, a renda média mensal alcançada é de R\$ 300,00 reais. A renda varia conforme a produção de cada um e da cooperativa como um todo. Todos os participantes declararam-se negros ou pardos.

- **Cooperativa Ipê Roxo**

O grupo de participantes foi composto por três mulheres e dois homens. A média de idade do grupo é de 24 anos – o trabalhador mais jovem tinha 23 anos, o mais velho, 32 anos. Todos os catadores são originários do nordeste (4 de Pernambuco e 1 da Bahia); o que está há menos tempo em Brasília, chegou à dois anos na cidade; o que mora há mais tempo, está na cidade há 12 anos; um dos catadores não soube informar há quanto tempo mora na cidade. Dois dos participantes declararam nunca ter freqüentado a escola; entre os demais, o que tem maior escolaridade, cursou até a 5ª série primária. Todos os participantes são casados e, cada família, tem em média três filhos. Declararam que todas as crianças em idade escolar estão matriculadas e freqüentes à escola, embora, na ocasião da entrevista tenha sido observada uma criança, de aproximadamente 11 anos, filho de um dos participantes, trabalhando no meio do lixo depositado nas proximidades do grupo reunido. Dois dos participantes informaram serem beneficiários do programa Bolsa Família. O catador com menos tempo de experiência na reciclagem tem 5 anos de atividade; o que tem mais tempo na profissão, trabalha há 12 anos. A renda máxima mensal alcançada declarada pelos participantes é de R\$ 200,00; todos os catadores são acompanhados na reciclagem pelos companheiros como forma de aumentar a renda familiar. Dois dos trabalhadores informaram que já trabalharam com carteira assinada, na função de carregador e agricultor, respectivamente; os demais nunca participaram do mercado formal de emprego. Todos os participantes declararam-se negros ou pardos.

2 – Instrumento

Para a realização das entrevistas coletivas semi-estruturadas, foi elaborado e desenvolvido um roteiro de entrevista, composto por duas questões:

1. Como é o seu trabalho? (descrição detalhada do que faz, como faz: controles normas, ritmos, etc); conteúdo da tarefa: organização do trabalho).

2. Como lida com as dificuldades do trabalho? (Como se engajam no trabalho: corpo, inteligência prática, criatividade, afetividade, emoções e constituição da subjetividade).

3 – Procedimento

O procedimento de coleta de dados envolveu três estratégias distintas:

- Observação livre realizada nas duas cooperativas que participaram do estudo totalizando, aproximadamente, 75 horas de observação e conversa assistemáticas com os trabalhadores e dirigentes. A partir da observação livre do contexto de trabalho dos catadores foram feitas diversas fotos e imagens (anexos 1 e 2). As observações livres constituíram um importante procedimento no *rapport* com os trabalhadores, condição esta essencial para a realização das entrevistas coletivas semi-estruturadas, principal fonte de dados para a pesquisa realizada – resultados e conclusões;
- Análise de documentos: a análise de documentos envolveu a pesquisa e a leitura de estatutos, panfletos, cartas abertas, manifestos e outros registros escritos sobre cada uma das cooperativas estudadas e sobre os movimentos de catadores de maneira geral. Esse procedimento foi importante para entender, organizar e interpretar a fala dos trabalhadores, bem como apreender a história de cada uma das cooperativas, bem como da organização da profissão como um todo;
- Realização de duas entrevistas coletivas semi-estruturadas, uma em cada uma das cooperativas que participaram do estudo. O critério para participação dos trabalhadores nos grupos era ter, à época da coleta dos dados, mais de um ano de experiência como catador e de efetiva adesão às cooperativas citadas. Contato prévio foi feito com a diretoria de cada uma das Cooperativas e os trabalhadores foram informados sobre a realização da pesquisa. A participação foi voluntária, com dia e data das entrevistas previamente agendadas. No caso da Cooperativa Jequitibá, a entrevista foi realizada numa sala de aula, nas dependências da própria cooperativa. No caso da Cooperativa Ipê Roxo, a entrevista foi desenvolvida no barraco de lona de um dos catadores. Nos dois casos, a duração da entrevista foi de aproximadamente duas horas. A partir do

consentimento dos catadores, as duas entrevistas foram gravadas em áudio. Num segundo momento, as entrevistas foram integralmente degravadas.

4 - Análise dos Dados

De maneira geral, foi empregada análise qualitativa dos dados obtidos.

As observações sistemáticas permitiram a produção de uma série de fotografias e imagens, tratadas, em função da brevidade desse estudo, somente como ilustração do contexto de trabalho dos catadores cooperativados que participaram desse estudo (em anexo).

A análise documental é apresentada ao longo de todo trabalho, principalmente na descrição da profissão de Catadores de Material Reciclável, sua organização e história. Além disso, a análise documental sustenta toda a parte descritiva das duas cooperativas que participaram do estudo.

As entrevistas coletivas semi-estruturadas, compreendidas como a principal fonte de dados para responder aos objetivos de pesquisa, foram tratadas mediante análise de conteúdo – do tipo categorial temática, tomando-se como referencial a proposta de Bardin (1977), a partir de três pólos cronológicos: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esse procedimento implica na identificação de “núcleos de sentido” na elaboração/fala dos participantes a partir da frequência, presença ou ausência de temas relacionados aos objetivos de pesquisa. O processo de análise das entrevistas é descrito, em suas diversas etapas, a seguir: 1) transcrição das duas entrevistas realizadas; 2) distribuição das entrevistas degravadas para dois juízes; 3) leitura flutuante das entrevistas transcritas; 4) identificação de temas recorrentes e suas respectivas verbalizações; e 5) agrupamento dos temas em categorias temáticas, pelos critérios de semelhança, lógica e pertinência dos conteúdos.

As categorias temáticas apresentadas como resultados da pesquisa constituem a síntese empregada para a análise do resultado apresentado por cada um dos juízes, tomando-se como parâmetro a semelhança dos núcleos de sentido identificados.

VI. Resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados pela análise de conteúdo das entrevistas coletivas semi-estruturadas, realizadas em cada uma das cooperativas que participou da pesquisa.

1 - Cooperativa Jequitibá

A análise de conteúdo empregada para a entrevista realizada com os trabalhadores da Cooperativa Jequitibá, permitiu identificar quatro categorias temáticas:

- 1) “Nós não temos chefes, os chefes somos nós todos, os associados”;
- 2) “Não estamos ainda do jeito que nós gostaríamos, lógico (...), mas para nós é um avanço muito bom (...)”;
- 3) “Não vêem os catadores como trabalhadores, igual a qualquer um”;
- 4) “Aqui nós temos liberdade para trabalhar”.

Essas categorias são apresentadas de forma detalhada abaixo, explicitando-se a definição, os temas e as verbalizações que entraram na composição de cada uma delas.

A primeira categoria está relacionada ao Contexto de Trabalho dos catadores, organizados em cooperativa de trabalho. Essa categoria temática abarca a Organização do Trabalho (OT), as Relações Socioprofissionais (RST) e as Condições de Trabalho (CT). Nessa categoria também aparecem conteúdos relacionados à concorrência entre cooperativas e catadores pelo lixo reciclável na cidade.

Categoria 1 – “Nós não temos chefes, os chefes somos nós todos, os associados”

Definição

Afirmam que trabalham cooperativados há pelo menos seis anos. O trabalho começa na rua, com a catação do material reciclável. Todo o material é recolhido na rua com carros da Cooperativa. Depois disso, ocorre a triagem e a seleção do material, feita por todos os trabalhadores que se revezam nessa função. O material vendido para as empresas é o que gera a renda dos catadores, portanto do que eles mesmos produzem através do esforço na coleta. Observam que, como cooperativados, estão trabalhando há seis anos, mas têm muito mais tempo no trabalho como catador, tempo suficiente para alguns terem criado todos os filhos com a da reciclagem. Os materiais coletados variam de papel, plástico e ferro. Dizem que as retiradas mensais não são fixas e que, às vezes, esta não chega a um salário mínimo. O tempo para as retiradas também é variável, podendo ocorrer entre 15 e 20 dias. Tanto o valor quanto o tempo para as retiradas dependem da quantidade de material que conseguem coletar. Frisam que ganham pouco por causa da presença dos atravessadores, da quantidade de material que reduziu muito nos últimos tempos e em função da concorrência com outros catadores. Isso faz com que só chegue papel picado. Para eles, só chega o lixo, “a borra” e o que ganham mal dá

para sobreviver. Lembram que na época em que moravam no cerrado e catavam papel, ganhavam dinheiro. Hoje já são 13/14 cooperativas de catadores que brigam pelo lixo da esplanada e que os empresários começaram a se organizar e sabem onde estão as empresas que compram o material. Afirmam que, como ganham por produção, todos têm que trabalhar. No entanto, se ocorre de algum deles ficar doente, a cooperativa se responsabiliza pelo mínimo para aquele trabalhador. Este, no entanto, deve comprovar com atestado médico a incapacidade para o trabalho. Afirmam que eles são fiscais de si próprios e se um não vem ou fica parado, eles todos percebem e já falam. Organizam-se em dois grupos de trabalhadores, mas observam que não têm chefes, eles são supervisores e chefes deles mesmos. Claro que a cooperativa tem uma diretoria, um conselho fiscal, mas todos eles escolhidos pela assembléia e todos os trabalhadores sabem do seu horário e como fazer o trabalho. Independente desses dois grupos de trabalhadores cooperativados, a cooperativa permite que catadores independentes utilizem suas instalações para trabalhar. Esses trabalhadores não ganham pela produção do coletivo, mas por sua produção individual. No entanto contribuem com a cota da cooperativa para custear combustível, pneu e manutenção geral dos carros. Os trabalhadores dizem que essa divisão não gera problemas entre eles, que essa é uma decisão e escolha de cada um e o que importa é que são um coletivo. Na divisão do trabalho, as mulheres ficam com a triagem do material na própria área da cooperativa; os homens saem para as ruas, órgão e condomínios para catar o material, mas estes também participam da triagem quando voltam da rua, pois assim conseguem produzir mais. Afirmam que ficar na cooperativa é melhor. Além disso, esclarecem que todos sabem seu destino e o que devem fazer. A catação na rua é feita com o carrinho e se não tiver, nas costas mesmo, em locais certos de coleta para cada um dos catadores. Ao final do dia, o caminhão passa para levar o material recolhido. Todo o material recolhido e separado para reciclagem é organizado e pesado no momento da venda. Trabalham oito horas diárias e o controle de faltas e atrasos é feita pelos próprios trabalhadores. São remunerados por diária de trabalho, presença esta controlada em cada grupo de trabalho – para tanto utilizam uma planilha. Dizem que são um coletivo e que qualquer um deles está habilitado para tomar conta do controle de presença. Também afirmam que esse controle não é difícil porque todos eles se conhecem e não ficam chateados quando entregam que faltaram porque são fiscais de si próprios. Falam que se alguém falta, os outros assumem aquele serviço, pois todos sabem fazer o trabalho e a ausência não chega a fazer diferença. Um dos catadores lembra que existem colegas que se for cobrado parte logo para a briga, mas também lembra que, onde existe muita gente, existe dificuldade. Dizem que essa dificuldade não existia na época em que trabalhavam no cerrado, porque todos trabalhavam de forma individual, em seu próprio negócio. Afirmam que o preço do material é uma grande barreira para o desenvolvimento da própria cooperativa. Dessa forma, o trabalho é bom, mas a renda é muito ruim. Acreditam que todas as cooperativas deveriam se reunir para cobrar uma posição do Governo local. Está sendo articulada a formação de uma Central de Cooperativas e essa parece ser a única solução, pois a cooperativa sozinha não tem como negociar o preço dos materiais, pois o que produz não é suficiente para que a empresa venha até ela fazer a compra. Relatam que, às vezes, na triagem do material reciclável se enganam e coloca um material no lugar de outro, “dá um branco” por mais prática que se tenha. Atribuem isso à distração, conversas e falta de atenção. Afirmam que o cansaço varia muito e que é normal como em qualquer outra profissão. As mulheres cansam as pernas porque passam o dia em pé ao lado do “chiqueirinho”⁴, os homens cansam porque andam na rua

⁴ Baia improvisada de madeira, papelão e outros materiais aproveitados do lixo, onde os catadores fazem a seleção do material reciclável.

sob sol e chuva. Na área da cooperativa, no trabalho de triagem, não tem como descansar; trabalham o tempo todo. Assim, quando um senta o outro já diz “não pode”. As mulheres que trabalham no artesanato descansam mais porque ficam sentadas a manhã toda.

Temas

- ✓ Catação, triagem, organização e venda do material reciclável
- ✓ Preço do material reciclável, concorrência e presença de atravessadores
- ✓ Horário e divisão do trabalho
- ✓ Controle, fiscalização, ritmos e pausas no trabalho
- ✓ Valor das retiradas
- ✓ Relação entre pares
- ✓ Mobilização política

Verbalizações

“Nós não temos chefes, os chefes somos nós todos, os associados. Sempre elas podem me fiscalizar, eu posso fiscalizar a elas (...) Na realidade a gente já sabe o que tem que fazer no dia-a-dia”.

“A gente tira a renda em cima da produção de papel que nós trazemos da rua. Papel, plástico, todo material reciclável, papel, ferro... todo material reciclável. É desse material que a gente vai separar (...) e vender para poder tirar o salário da gente que, muitas vezes, não chega a um salário mínimo”.

“Ninguém tem salário fixo aqui. Tira muito pouco, pelo baixo preço que tem hoje em dia. Aí dessa catação, desse esforço é que a gente vai tirando a renda para os catadores”.

“Todos nós somos supervisores de nós mesmos (...); nós somos uma cooperativa e só somos nós mesmos que veio do cerrado”.

“Às vezes o cara discute com o outro, mas na mesma hora se acerta (...) Ninguém aqui nunca furou ninguém, ninguém nunca atirou em ninguém... Todos conversam um com o outro. Em qualquer empresa, sempre tem um vai com a cara do outro, outro não vai... mas sempre se acaba se acertando, aqui dentro sempre acaba bem”.

A segunda categoria está relacionada à história de vida dos trabalhadores. Essa categoria se sustenta por temas que explicitam o sentido do trabalho cooperativado na

vida dos trabalhadores, os ganhos que obtiveram, considerando a época em que moravam no cerrado à céu aberto, sujeitos à ação da polícia, bem como o quanto ainda precisam melhorar e superar para melhorar suas vidas e a própria Cooperativa.

Categoria 2 – “Não estamos ainda do jeito que nós gostaríamos, lógico (...) mas para nós é um avanço muito bom (...)”

Definição

A cooperativa começou com o apoio de um movimento social organizado que ajudava os catadores quando estes ainda moravam no cerrado. O grupo é constituído, em sua maioria, por nordestinos, grande parte de Barreiras/BA. Conheceram-se há mais de vinte anos, quando vieram para Brasília. Acabaram se instalando no cerrado e começaram a catar papel como alternativa para sobreviver. O Governo prometeu que se os catadores saíssem do cerrado todo o material a ser reciclado iria para a cooperativa. Foram transferidos para lotes localizados em Águas Lindas⁵, tiraram os cavalos da rua, ficaram todos espalhados e sofreram com isso. Dizem que a maior dificuldade era se deslocar para a cooperativa. Afirmam que em função disso, e da falta de garantia de material para coleta seletiva, que também tinha sido promessa do Governo local, foram obrigados a deixar o que já tinham pago do lote e vieram todos para a Estrutural. Pensam que a cooperativa tinha que cobrar esse compromisso do Governo, mas não tem força para isso e que só contam com a ajuda de Deus. Descrevem que na época em que moravam no cerrado, a Terracap⁶ derrubava os barracos, destruíam o material que tinham reciclado, e tudo o que tinham era empurrado com a terra - fôgão com a comida - e as crianças ficavam chorando. Uma das catadoras lembra que sua irmã tinha “ganhado menino” e, mesmo assim, levaram todas as roupas do bebê. Na ocasião chovia e ela ficou chorando, sem nada para comer. Dizem que muitos deles perderam roupa, televisão, som, botijão de gás e também o material que juntavam para a reciclagem. Afirmam que os fiscais não respeitavam ninguém e, num dos episódios, atearam fogo aos barracos; assim um dos catadores perdeu todos os documentos que tinha. Relatam que, naquela época, moravam no cerrado e não podiam dormir tranquilos; as crianças não ficavam nem um mês na escola porque, quando menos esperavam, os barracos eram todos derrubados. Orgulham-se da Cooperativa e se sentem mais seguros porque saíram de dentro do mato. Pensam que ainda não é o ideal e existe muito para melhorar, mas pensam que avançaram. Frisam que foram eles os que começaram o mercado da reciclagem em Brasília, contando com catadores que tem mais de vinte anos de trabalho e famílias inteiras criadas com a catação do lixo. Descrevem ainda que o começo na cooperativa foi muito difícil. Relatam que era muita lama, trabalhavam na chuva com barro na altura das pernas, tiros à noite, dormiam com ratos, o terreno era aberto. Hoje possuem educação, trabalho com o artesanato, embora ainda tenha muito que melhorar. Julgam que, quando moravam no cerrado, eram mais discriminados, talvez, por morarem muito próximos à Presidência da República⁷. Dão graças a Deus pelo terreno doado para a cooperativa porque sentem que têm trabalho e algo que lhes pertence.

⁵ Cidade do Estado de Goiás, localizada próximo ao Distrito Federal.

⁶ Agencia de Desenvolvimento no DF, responsável pela fiscalização e desapropriação de áreas invadidas.

⁷ A invasão, no cerrado, onde os catadores moravam e trabalhavam, ficava nas imediações do Palácio do Planalto, sede oficial da Presidência da República.

Julgam que o preço do material pode melhorar e esperam a construção do galpão na cooperativa, o que deve se iniciar em breve, com o apoio da Fundação Banco do Brasil. Dizem que na época do cerrado só trabalham, hoje possuem outras coisas como o trabalho com o artesanato e os cursos de alfabetização. Reconhecem que a vida melhorou muito com a Cooperativa porque podem ir para casa, estão seguros, têm um local específico de trabalho e podem tirar o sustento dos próprios filhos.

Temas

- ✓ A vida e o trabalho no cerrado
- ✓ O trabalho e a vida na Cooperativa hoje
- ✓ Orgulho da Cooperativa
- ✓ Perspectivas sobre o trabalho
- ✓ Relação com o Governo

Verbalizações

“Para mim a Cooperativa é um orgulho (...) É difícil? É. Não estamos ainda do jeito que nós gostaríamos, lógico (...) mas, para nós é um avanço muito bom”.

“Não o que ninguém esperava ainda, mas pelo menos a gente pode dormir tranqüilo, é um orgulho para a gente está onde está (...) a gente saiu de dentro do mato...”.

“No cerrado meus meninos não chegavam a estudar nem um mês; quando dava fé eles derrubavam tudo (...) agora não, meus filhos todos estudam”.

“Aqui era um lameiro, cheio de lama; as crianças aqui dentro, dormindo junto com rato... Quando nós entramos aqui, nós empurrávamos o caminhão na mão... a lama era preta, dava no joelho (...) a gente mexia em saco de plástico de madrugada, de baixo de chuva... Hoje aqui tá um ouro!”

“Quando a gente morava lá (no cerrado) a gente era mais discriminado ainda, pela questão de morar dentro do cerrado, junto do Presidente... Hoje em dia nós estamos bem à vontade... Graças a Deus!”.

“Melhorou muito com a Cooperativa porque nós somos mais puros, podemos ir para casa (...) nós temos um setor de trabalho nosso, segurado, de onde nós tiramos o sustento de nossos filhos... É pouco?”.

A terceira categoria está relacionada à percepção dos trabalhadores sobre a discriminação que sofrem na sociedade e a imagem negativa da profissão de Catador.

Categoria 3 – “Não vêem os catadores como trabalhadores, igual a qualquer um”

Definição

Observam que maioria deles é semi-analfabeto. Falta muito para se tornarem uma cooperativa, inclusive, uma instrução melhor. Lembram que muito deles são analfabetos, que não têm leitura, que vieram do cerrado, que não tem outro encaminhamento, outro serviço e que esse é o único meio que têm para viver. Um dos catadores diz que gostaria de trabalhar num órgão, ter outro emprego, com carteira assinada, com direitos trabalhistas, férias, 13º salário; no entanto na falta de outra alternativa, o trabalho de catador é a solução de renda que encontrou. Entre os catadores da Cooperativa, o que estudou mais só cursou até o primeiro ano. A maior parte não tem estudo e percebem que isso prejudica o envolvimento com a cooperativa, uma vez que os que entendem mais, aceitam e vivem melhor o cooperativismo. Falam que se a pessoa tem o 2º grau tudo fica mais fácil, pois, até para ser gari precisa ter estudo. Pensam num futuro diferente para os filhos, não desejam que os mesmos trabalhem dentro do lixo. Lembram ainda que hoje tudo é pelo computador e a pessoa que não tem leitura é como se fosse cega, e sentem como cegos. Um dos catadores diz que tem vinte anos e nunca pôde estudar. Afirma que se sente bem como o trabalho, mas que às vezes sente vontade de fazer outra coisa e começar a estudar. Descrevem que ser catador é uma luta, uma batalha e não é fácil. Existem barreiras porque o catador não é bem visto e aceito pela sociedade. Não têm boa imagem e são tratados com discriminação. A sociedade não percebe os catadores como pessoas humildes e como trabalhadores comuns, o que de fato são. Relatam que quando passam, as pessoas travam a bolsa, pois pensam que são ladrões e bandidos e isso provoca desgosto. Quando estão trabalhando evitam passar por onde tem muita gente para não provocar medo. Além disso, afirmam que a polícia já prendeu vários deles, mesmo usando uniforme da Cooperativa. Dizem que é comum colegas ficarem presos até à noite na delegacia local. Entendem que a pessoa que está trabalhando não é bandido e que a justiça tinha que respeitá-los, o que não acontece. Afirmam que trabalham 24 horas com a polícia em cima, pensando que são bandidos porque são pobres e trabalham com lixo e puxando “*carrinho no peito*”. Reclamam que se fosse assim, não estavam trabalhando porque “*para catar lixo na rua e puxar carro no peito tem que ter vontade*”. Dizem que no início ficam reprimidos com a discriminação, mas depois passa. Falam que, por não possuírem outra ocupação, têm que se acostumar e encarar a realidade. Relatam ainda que, quando moravam no cerrado, “*não valiam nada*”, pois qualquer roubo, mesmo que fosse em outra cidade satélite, transformava-os em suspeito. Um dos trabalhadores diz que tinha um carro velho e que, um policial, vendo o carro, o interrogou pensando que o carro era roubado. Esclarecem ainda que a discriminação também transparece na atitude dos gerentes de condomínio, que colocam barreiras para a entrega de material para os Catadores.

Temas

- ✓ Baixa escolaridade dos catadores
- ✓ Desejo de ter outro trabalho

- ✓ Imagem negativa dos Catadores perante a sociedade
- ✓ Discriminação pela sociedade
- ✓ Discriminação pela polícia

Verbalizações

“Para as pessoas da alta sociedade, não é bem visto o catador. Não é bem aceito ainda”.

“Não enxergam a gente com uma boa imagem. Vêem com discriminação... Não enxergam a realidade, a pessoa humilde do catador. Não vêem os catadores como trabalhadores, igual a qualquer um”.

“Tem hora que gente vai passando e a mulher trava a bolsa no ombro, pensando que a gente é ladrão (...) isso dá muito desgosto... eu mesmo quando to passando na rua, já passo por onde não tem muita gente (...) para não ter medo da gente”.

“A polícia já prendeu muito catador. Já teve gente aqui que já foi abordado, foi levado pela 2ª DP; o cara tá com a farda e eles não respeitam a farda. Eles levam lá para a 2ª DP e o cara sai de lá 7, 8, 9 horas da noite, quando vão buscar. Já aconteceu isso várias vezes. Eu acho que o cara que ta trabalhando não é bandido. A autoridade tem que respeitar, mas a justiça não respeita”.

“A justiça mesmo acha que o pobre, só porque ta carregando um saco de lixo ou tá levando um carrinho no peito, é bandido. Se fosse assim eu não ia trabalhar, eu não ia catar lixo na rua... Porque para ir para rua puxar carrinho no peito tem que ter vontade”.

A quarta e última categoria está relacionada às vivências de prazer, segundo a percepção dos trabalhadores.

Categoria 3 – “Aqui nós temos liberdade para trabalhar”

Definição

Afirmam que trabalhar na cooperativa é bom porque estão todos juntos. Além disso, têm liberdade para trabalhar, não têm chefe, ninguém pegando no pé, porque são os próprios catadores que a fundaram e comandam. Dizem que quem decide o futuro e os andamentos da cooperativa são os associados e que mesmo o presidente só assina o que é autorizado pelos associados. O catador é livre, ninguém é preso a ninguém e se diz que não vai trabalhar, ninguém obriga. No caso de não trabalhar, só não recebe e todos

consideram que isso é correto. No entanto, se alguém fica doente, todos têm que se virar para ajudar. Afirmam que não tem dificuldade com o trabalho, pois não tem mais aprendizado, todos já são profissionais. Todas as crianças estão matriculadas e freqüentam a escola; dizem que se sentem numa família. Descrevem que, às vezes, um discute com o outro, mas na mesma hora já se acertam como em qualquer lugar ou serviço. Falam que se alguém chega meio adoentado, na mesma hora que ouve o barulho do grupo, começa a conversar, já se anima e acaba a tristeza. Uma das catadoras diz que adora reciclar e que é muito feliz porque, embora ganhe pouco, sempre acha coisas que aproveita em casa e que isso é uma alegria. Afirmam que a maior parte do que tem é do lixo, fogão, armário, por exemplo. Dizem que encontram celular, dinheiro, relógio, rádio e pensam que talvez as pessoas até façam de propósito já que não podem lhes entregar nas próprias mãos. Dizem que achar objetos no lixo é muita alegria para o catador e que se sentem até mais estimulados para trabalhar. Contam que vão catando e aproveitando – levam xícara, prato, colher, bolsa, sapato porque é tudo conservado.

Temas

- ✓ Liberdade e autonomia no trabalho
- ✓ Objetos aproveitados do lixo
- ✓ Crianças na escola
- ✓ Cooperativa como uma família

Verbalizações

“Aqui quem decide o futuro, o andamento da cooperativa são os associados, são os donos, não tem A ou B, o chefe (...) Tem o presidente? Tem, mas só assina, e só assina com a autorização de todos os associados (...) É isso que prende um catador aqui dentro... é trabalhar livre... Ninguém é preso a ninguém. Se eu disser que não vou trabalhar ninguém vai me obrigar...”

“Catando lixo a gente ganha pouco dinheiro, mas sempre a acha alguma coisinha, coisa cara que eles já não querem, mas que serve pra casa da gente. No lixo a gente acha uma coisinha e aí já é uma alegria (...) Na minha casa, a maioria das coisas é tudo daqui... fogão, armário... Um monte de coisa... Eles jogam no lixo lá e agente acha aqui...”

“Eu acho muita coisa, vou catando, vou achando, levo pra casa, lavo e dá pra usar tudinho (...) xícara, prato, colher, bolsa, sapato, tudo conservado (...) Aí você vai arrumando a sua casa (...) Já é um adianto.”

“Se a pessoa está meio adoentada, quando chega aqui, quando ouve o barulho de todo mundo, o cara vai e se anima, quando dá fé que não o cara está dando é pulo no meio dos outros... no início a pessoa está meio jogada, mas quando dá por fé, já está no meio do povo... acabou a tristeza”

2 - Cooperativa Ipê Roxo

A análise de conteúdo da entrevista realizada com os trabalhadores da cooperativa Ipê Roxo permitiu identificar três categorias temáticas:

- 1) “Trabalhar na rua (...) é a mesma coisa que trabalhar numa firma (...)”;
- 2) “Olham pra gente como se a gente fosse... algum cão sem dono!”
- 3) “A maioria dos homens queria um serviço melhor (...) É violência a gente catando...”.

A definição, os temas e verbalizações que entraram na composição de cada uma das categorias são apresentados, como segue abaixo.

A primeira categoria está relacionada ao Contexto de Trabalho e traz temas que caracterizam as Condições de Trabalho (CT), a Organização do Trabalho (OT) e Relações Socioprofissionais (RST). Além disso, ainda explicita o modo dos trabalhadores se relacionarem com a cooperativa e qual a compreensão dos mesmos sobre cooperativismo.

Categoria 1 – “Trabalhar na rua (...) é a mesma coisa que trabalhar numa firma (...)”

Definição

As mulheres trabalham exclusivamente na separação do material a ser reciclado; não vão para as ruas porque, em geral, não sabem guiar os animais e dirigir no trânsito. Além disso, muitas têm filhos pequenos e precisam fazer o almoço para os maridos. As mulheres relatam que não se sentem cansadas com o trabalho que fazem. Os homens vão às ruas catar o material e não há horário fixo para saída e início da jornada. Falam que depois do café, em geral, 7, 8h30, ou, às vezes, até mais cedo. Retornam para o almoço, por volta de 11h, meio-dia, e recomeçam às 13h, 13h30. A catação na rua é feita vasculhando as latas de lixo e “*containeres*”. Dizem que desprezam os sacos com papel de banheiro e folhas secas. Ademais, todos os tipos de papel são recicláveis. Dessa forma, quando enchem o “carroção”, voltam para casa e trabalham nesse ritmo por, aproximadamente, 15/20 dias. Ao final desse período, ligam para o responsável, na firma de reciclagem, e vendem o material coletado. Relatam que eles mesmos fazem o horário de trabalho, se quiser trabalhar trabalham; mas observam que têm que trabalhar, caso contrário, não produzem e o negócio não vai pra frente. Afirmam que fazem, pelo menos, três viagens por dia para terem produção. Afirmam que possuem pontos fixos de

coleta, de forma que cada catador tem área específica e que pertence somente a ele. Dizem que isso não causa problemas entre eles e que costumam respeitar a área de coleta dos colegas. Afirmam que trabalhar na rua é como trabalhar numa firma, você tem horário de entrada, de saída e almoço. Dizem que a catação não oferece risco nenhum; o único perigo que identificam na atividade é a condução dos cavalos no trânsito, no meio dos carros. Entretanto, citam que existe risco de se machucarem com cacos de vidro e grampos, mas que isso é raro em função de que a experiência faz com que sejam cuidadosos: abrem os sacos devagar, derramam tudo primeiro e só então pegam o que querem; o restante jogam no lixo ou tocam fogo. Relatam que o dinheiro que recebem somente é em função da venda do material que separam. Afirmam que a venda só depende deles mesmos e do que conseguem reciclar. A relação com a cooperativa restringe-se somente à contribuição de 2% do que ganham e que não entendem o que é cooperativa ou cooperativismo. Também afirmam que não entendem a relação entre o que fazem e proteção e política de meio-ambiente. Relatam que trabalham 7, 8, 9 horas por dia. Nos dias que está ruim de material, chegam a trabalhar até 12 horas. Dizem que carregar o carroção não é fácil – carrega, vê uma lata de lixo, carrega mais um pouco, vê um saco, pára e assim vão o dia todo. O principal material coletado é o papel branco, mas também catam plástico, jornal, papelão e garrafa PET. Esse material tem que está organizado e separado na hora da venda para as empresas de reciclagem. Relatam que só ocorre perda de material quando chove. Afirmam ainda que trabalham de maneira independente, cada um tem a sua produção e que a única coisa que possuem em comum é a contribuição obrigatória de 2% da cooperativa. Sabem superficialmente que será construído um galpão na área da cooperativa. Dizem que parece que haverá escola para as crianças e creches para quem tem bebê. Relatam que são todos conhecidos e amigos. Quando alguém chega, fazem caridade, se ajudam. Numa das ocasiões em que a polícia ameaçou derrubar os barracos, fecharam as pistas com pneus e tocaram fogo. Vieram equipes de televisão e o presidente da Cooperativa foi algemado e todos resistiram, dizendo que ninguém seria levado de lá. Todos reunidos fizeram pressão e, naquele momento, prometeram fazer o galpão e não mais ocorreu a vinda da polícia para derrubar os barracos. Afirmam que agora na hora que disserem que vão derrubar os barracos, eles sobem para a pista da Estrutural e não tem como ninguém passar. Entendem assim que são unidos e que se alguém disser “vamos fazer assim”, todos fazem. Percebem-se todos iguais, como uma família e afirmam que entre eles não existe preconceito de modo que o que dá para um, dá para todos.

Afirmam que são vizinhos e se ajudam com o açúcar e o feijão e ninguém nega nada a ninguém. No entanto, como toda família, têm problemas de briga e discussão, mas são família do mesmo jeito. É comum laço de parentesco entre as diversas famílias: irmãos, primos, cunhados. Relatam que é comum descansarem durante o trabalho e somente quando se sentem bem retornam, pegam os animais e voltam às ruas e ao trabalho. Dizem que o trabalho de catador é melhor e mais “maneiro” porque está trabalhando para si mesmo. Além disso, não tem hora certa para ir e nem voltar e não leva grito de patrão e é despedido.

Temas

- ✓ Divisão, ritmos e pausas do trabalho
- ✓ Material coletado e renda
- ✓ Relação com a cooperativa e compreensão sobre cooperativismo
- ✓ Amizade e união do grupo
- ✓ Sentimento de liberdade

Verbalizações

“Trabalhar na rua é o seguinte (...) é a mesma coisa que trabalhar numa firma (...) Você tem seu horário de ir, horário de voltar, almoço...”

“As horas quem faz é a gente mesmo. É o horário que a pessoa quiser. Aqui quanto mais trabalha, é melhor ainda”.

“Só ganha (dinheiro) quando manda o material mesmo. A cooperativa quer o quê? Quer só o 2% deles. (...) Esse negócio de cooperativa eu não sei entender disso não. Nem sei explicar. Esse negócio de ambiental também não sei, não”.

“Quando tá bom de material na rua, a gente trabalha sete horas, nove, dez horas; a gente vem embora com a carroça cheia. Aí chega, come, descansa um pouco. Quando é uma e meia, duas horas, volta pra rua de novo. Agora, quando tá ruim de material a gente roda um bocado. Roda mesmo”.

“Isso aqui é tudo uma família. O que dá pra um dá pra todos. Se tiver que ajudar os outros, ajudam (...) é feijão, açúcar... Aqui todo mundo é vizinho. Ninguém nega nada a ninguém. (...) E aqui tem os problemas que toda família tem: briga discussão, mas somos uma família”.

A segunda categoria explicita a percepção dos catadores sobre o preconceito sofrido no contato que mantêm com a sociedade. Essa categoria não apresentou grande diversidade e extensão de temas, mas ficou bastante caracterizada pela percepção que os trabalhadores mantêm de que deveriam ser respeitados, inclusive, por conterrâneos e pela própria família.

Categoria 2 – “Olham pra gente como se a gente fosse... algum cão sem dono!”

Definição

Afirmam que têm pessoas que os respeitam, fazem amizade na rua e recebem ajuda. Já têm outras que não, reclamam quando param com os animais ou quando estes estão muito devagar, ficam buzinando. Olham para os catadores como se fossem “*algum cão sem dono*”, com cara feia, ficam apontando, mas afirmam que não tem nada a ver, que vão indo e que estão trabalhando. Afirmam que, por trabalharem com lixo, muita gente tem preconceito, mas que não ligam. Entretanto, se sentem mal por serem rebaixados só porque são catadores e porque as pessoas querem ser melhores que eles. A respeito disso, dizem que fingem que não estão escutando porque sabem que “*não são porcos e que estão só trabalhando*”. O preconceito também vem da própria cidade de onde vieram, as pessoas dizem “*Sai daqui! Está catando lixo!*”, mas identificam que a única coisa que são é catador, que tem que trabalhar e achar um meio de vida. Independente disso, algumas pessoas os elogiam e dizem que estão certos em trabalhar. Tomam como exemplo um rico que passa de “*carrão, desses novos*”, enquanto eles estão de jegue, mas que avisam que eles estão trabalhando. Pensam que são como trabalhadores comuns, fichados; que têm profissão. Por isso querem ser respeitados como todo mundo.

Temas

- ✓ Preconceito das pessoas
- ✓ Preconceito de amigos/parentes da cidade natal
- ✓ Necessidade de respeito

Verbalizações

“Olha pra gente como se a gente fosse algum, sei lá, como é que diz aí, moço? Algum cão sem dono! É isso mesmo! Mas a gente vai indo”.

“Tem vezes que ficam reclamando quando a gente pára nos cantos (...) às vezes o animal é muito devagar. Ficam buzinando. Aí pega a fila de banda, eles passam e pronto. Tem nada a ver não”.

“É nosso trabalho. Nós estamos trabalhando. Não é um serviço que nem o de muitos garis, mas dá pra ir levando e assim vai indo”.

“Porque a gente trabalha com lixo, tem muita gente que tem preconceito... “Ai, lá vem aquele pessoal pega lixo!”. Eu nem ligo”.

“Uns pensam que é melhor do que você. Eu me sinto mal porque... fico sendo rebaixado só porque sou catador de lixo. Uns querem ser melhor do que a gente, só isso (...) Eu finjo que ta falando com o vento. Eu nem ligo, não to nem aí... Porque eu não sou porco e to só trabalhando”.

A terceira categoria está relacionada à violência vivenciada pelos trabalhadores, percebida no confronto com agentes do governo local, nas precárias condições de trabalho e moradia e que resultam, em última análise, no desejo de ter outro trabalho. Paradoxalmente, essa categoria ainda traz conteúdos relacionados ao orgulho que os trabalhadores têm da profissão porque é por meio da mesma que conseguem manter a família e sustentar uma identidade perante a sociedade.

Categoria 3 – “A maioria dos homens queria um serviço melhor (...) É violência a gente catando...”.

Definição

Um dos catadores afirma que teve oportunidade de arranjar um emprego, mas estava sem os documentos. Dizem que a maioria dos homens gostaria de ter um trabalho melhor, principalmente, por causa do risco de doenças e citam a doença do rato (leptospirose). Dizem ainda que as crianças vomitam, tem febre e direto ficam internadas. Além disso, relatam que têm muita poeira, que durante o dia ficam sob o sol quente e à noite sob o frio. Falam da violência que é catar, dizendo que precisam lavar as mãos direto e que gostariam de outro trabalho, mas que não tem. As mulheres, durante o trabalho de separação, têm que ficar atentas às crianças por causa do contato das mesmas com o lixo. Afirmam que a proteção que utilizam no trabalho é improvisada com o que encontram no próprio lixo. Contudo afirmam que muito difícil alguém se acidentar. Relatam apenas o caso que um colega que há quatro anos foi internado com leptospirose, mas que depois desse caso não houve mais ocorrências. A única dificuldade que relatam é o que chamam de “derruba”, referindo-se ao levante do Governo local para desfazer a invasão de terras que os catadores mantêm no meio do cerrado. Dizem que os fiscais chegam, acompanhados da polícia, e com a “patrola”, foice e pé-de-cabra arrancam as lonas e muitas vezes nem mesmo avisavam. Relatam que não tinham tempo de tirar as coisas e objetos. Quando avisavam era de “supetão” de modo que, mesmo assim, não conseguiam salvar as coisas. Lembram que perdiam

material e todo o trabalho era perdido. Afirmam que sentiam muita raiva e numa situação como essa a pessoa se descontrola mesmo. Descrevem que existia violência e que num dos episódios uma das catadoras teve o braço quebrado. Relatam que o maior confronto era perder o material que levam 15, 20 dias juntando. Lembram que trabalhavam sob o risco de serem atropelados na rua para, em dez minutos, perder tudo por causa da derruba que os fiscais faziam. Observam que há, pelo menos, três anos já não acontecem mais derruba, mas que antes desse período era direto. Recordam que às vezes compravam um animal para pagar com o trabalho da catação. Passavam muito tempo juntando material e, quando faziam a derruba, o material ia todo junto com a terra. Dessa forma perdiam o animal e tudo ficava mais complicado. Entretanto, meia hora após a saída dos fiscais, construíam os barracos nos mesmos locais e assim os venciam pelo cansaço. Dizem que depois que a Cooperativa foi formada não aconteceram mais “derrubas”. Essa é a grande vantagem que enxergam na cooperativa: os fiscais não mexem com a invasão e assim eles podem trabalhar para sobreviver na cidade, sustentar a família. Um dos catadores diz que pretende trabalhar para construir uma casa em Pernambuco. A maioria das famílias são de nordestinos, principalmente, Pernambucanos. Dizem que construir uma casa aqui é muito caro e por isso acalentam a vontade de voltar para seus estados. Todos querem e tem vontade de ter moradia fixa, construir e ter uma casa. Identificam que a grande alegria que sentem é não ter mais a derrubada dos barracos e poderem sair com os carroções, trabalhar e encher rápido a carroça e novamente voltar para a catação. A maior parte gostaria de ter um outro emprego, mas um dos catadores diz que se fosse um emprego para ganhar o mesmo tanto que ganha com a catação, não iria para outra atividade. Um dos catadores afirma que se tivesse outro trabalho largaria a reciclagem. Contudo, todos afirmam sentir que têm uma profissão e que sentem orgulho dela. O orgulho está relacionado à estarem trabalhando e não serem presos, sendo chamados de vagabundos. Além disso, podem manter a família. Uma das catadoras somente gostaria de ter um ambiente melhor para os filhos, mas não sabe explicar como.

Temas

- ✓ Desejo de ter outro trabalho
- ✓ Doenças e acidentes
- ✓ Conflito com fiscais do Governo
- ✓ Orgulho da profissão de Catador

Verbalizações

“De dia, é o sol quente; à noite, é o frio. É violência a gente catando. Ter que catar, lavar as mãos direto... tem que ter muito cuidado. Eu acho que a maioria dos homens queria um serviço melhor, mas não tem é outro”.

“A maioria dos homens queria um serviço melhor do que esse porque... Em vista de muita doença aqui, de rato (...) É os meninos vomitando, febre direto, ficando internado...”.

“Ser catador é um trabalho igual aos outros. Só é diferente porque é lixo. Os outros trabalham em outras coisas de firma e tal”.

“Ah, se tivesse ganhando mais é lógico que eu ia para outro trabalho. Mas se fosse o mesmo tanto eu nem ia. Ficava aqui mesmo. Porque é melhor e mais maneiro ser catador”.

“Catador é uma profissão também. Eu me orgulho dessa profissão. Esse orgulho é porque eu estou trabalhando. Tem cara na rua aí fazendo coisa errada, às vezes vai preso, já é chamado logo de vagabundo. E eu não - estou trabalhando (...) pra manter minha família”.

Segue abaixo, o mapeamento dos conteúdos que foram comuns e específicos à duas cooperativas que participaram do estudo:

Conteúdos comuns

1. Descrição do contexto de trabalho;
 - ♦ Condições de trabalho (CT): percebidas como precárias
 - ♦ Organização do Trabalho (OT): percebida como flexível
 - ♦ Relações Socioprofissionais (RST): percepção de apoio e colaboração entre pares
2. Percepção de preconceito e falta de reconhecimento da profissão de catador
3. Identidade e orgulho da profissão de catador;
4. Desejo de ter outro trabalho;
5. História de vida relacionada à pobreza, violência e exclusão;
6. Baixa escolaridade e oportunidades de trabalho restritas.

Conteúdo particular à Cooperativa Jequitibá

1. Entendimento do cooperativismo e da estrutura/história da cooperativa;
2. Engajamento com o crescimento da cooperativa;
3. Sonho de ver a cooperativa crescer, de terem uma renda melhor, além de melhores condições de vida e de trabalho.

Conteúdo particular à Cooperativa Ipê Roxo

1. Falta de compreensão sobre cooperativismo e da estrutura/história da cooperativa;

2. Desejo de terem casa própria, preferencialmente na cidade de origem de cada um, para onde acalentam o desejo de retornar.

De maneira geral, os resultados demonstram que parece existir influência da estrutura da cooperativa - mais ou menos consolidada - no nível de elaboração dos trabalhadores sobre o trabalho. Podemos ainda inferir que essa influência se repercute no exercício real de direitos relacionados à cidadania e certamente deve interferir na psicodinâmica da relação sujeito-trabalho. No próximo capítulo, então, aprofundamos a análise e a interpretação desses dados com o intuito de responder aos objetivos da pesquisa.

VII. Discussão

No presente capítulo, os resultados obtidos serão discutidos na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, bem como da literatura e pesquisas apresentadas sobre o trabalho e a ocupação de Catadores de Material Reciclável. Para tanto, seguiremos a ordem de cada um dos objetivos de pesquisa que nortearam o estudo.

1 – Analisar o Contexto de Trabalho dos Catadores de Material Reciclável, a partir das dimensões: Condições de Trabalho, Organização do Trabalho e Relações Socioprofissionais

Como explicitado antes, o contexto de trabalho dos catadores foi investigado a partir das três dimensões definidas por Ferreira e Mendes (2003) como componentes da variável definida nesse estudo como Contexto de Trabalho – Condições de Trabalho, Organização do Trabalho e Relações Socioprofissionais.

Para a cooperativa Jequitibá essa pergunta foi respondida pela categoria temática 1 *“Nós não temos chefes, os chefes somos nós todos, os associados”*. A categoria expressa que as Condições de Trabalho são precárias; tal compreensão se sustenta, principalmente, pela falta de equipamentos de proteção individual e de qualquer assistência à saúde dos trabalhadores. A ausência da coleta seletiva do lixo nas residências torna o trabalho dos catadores potencialmente perigoso, sujeito a acidentes. Além disso, o lixo orgânico ou que não pode ser aproveitado na reciclagem, é desprezado, depositado/espalhado pela área de trabalho da Cooperativa. O lixo assim depositado, acaba gerando mau cheiro, atraindo moscas e outros vetores de doenças e males à saúde, como ratos, por exemplo.

Adicionalmente, outras variáveis ainda parecem interferir de alguma forma nas condições de trabalho dos catadores. São elas: a intermediação da venda do material reciclado por atravessadores; a renda que, muitas vezes, não chega a um salário mínimo; falta de apoio e incentivo do Governo; bem como o preço de mercado dos materiais comercializados que, por ser muito baixo, impacta diretamente no desenvolvimento da própria Cooperativa.

Na época da realização da pesquisa, era iminente a construção do galpão na área da Cooperativa. Sem o galpão, as baias para separação do material reciclável são improvisadas com pedaços de madeira, lona, papelão e plástico. Dessa forma, grande parte dos catadores trabalhava sob condições climáticas adversas, sujeitos a sol, chuva e

intempéries. Essas condições de trabalho também influenciam no valor do material vendido, que perde muito em qualidade, por ficar sujo desde o beneficiamento.

A organização do trabalho, predominantemente, reflete uma organização flexível, democrática, onde a autogestão parece, em algum nível, estar presente. Esse conteúdo, inclusive é o que prevalece no título da categoria temática.

A descrição dos elementos da organização do trabalho na cooperativa Jequitibá nos permitem inferir que os trabalhadores têm um certo domínio dos princípios gerais cooperativistas e isso pode ser exemplificado claramente na frase abaixo:

“Nós temos liberdade de trabalhar (...) não temos, por exemplo, chefe, ninguém no pé, porque somos nós os fundadores, nós é que nos comanda; aqui quem decide o futuro, o andamento da cooperativa são os associados, são os donos; não tem A ou B, o chefe, isso ou aquilo. Tem o presidente? Tem, mas ele só assina com a autorização de todos os associados... É isso que prende um catador aqui dentro, é trabalhar livre.” Catador 1, Cooperativa Jequitibá

Fica evidente na fala dos trabalhadores o *convencimento* de que a cooperativa deve se sustentar pelo coletivo de trabalho. O léxico apresentado na elaboração dos catadores abarca palavras comuns à filosofia cooperativista como: coletivo, associados, assembléia e liberdade. Além disso, fica caracterizado que os catadores têm desenvolvido a compreensão da autogestão; esse dado se sustenta pela valorização que vêem na participação do coletivo nas decisões da cooperativa, pelos trabalhos internos de controle, que qualquer um, em princípio, pode desenvolver, bem como pelo caráter de representatividade da diretoria, porque, na verdade, pela percepção dos catadores, o destino da cooperativa pertence ao grupo. Segue abaixo alguns exemplos de falas:

“O importante é que é tudo coletivo (...)” Catador 5

“Nós não temos chefes, os chefes somos nós todos, os associados”. Catador 1

Dessa forma, identificamos que a organização do trabalho apresenta-se flexível, garantindo uma gestão democrática do trabalho, efetuada pelos próprios trabalhadores. Observa-se, no entanto, que os controles existem, talvez como efeito da própria consolidação e funcionamento da Cooperativa, que parece exigir um aumento de burocracia – existe definição da jornada de trabalho, com horário de entrada e saída, e

planilhas de controle de presença, por exemplo. Essas planilhas estão atreladas aos controles das diárias de trabalho que, no final, definem a participação de cada um nos rendimentos. Todavia, isso não parece comprometer a flexibilidade da organização do trabalho porque, como já citado, qualquer um dos trabalhadores está habilitado para fazer esses controles, havendo, inclusive, revezamento para essa atividade.

Aparecem relatos de cansaço: com mais intensidade no trabalho realizado na rua – pelas longas caminhadas carregando o carrinho, muitas vezes sob condições climáticas adversas – mas também no trabalho de triagem e beneficiamento feito dentro da Cooperativa, pelo número de horas em pé ao lado do “chiqueirinho”. De maneira geral, a fala dos trabalhadores parece contraditória a respeito do ritmo de trabalho: dizem que têm liberdade para descansar, mas também dizem que se um pára o outro já alerta para a necessidade do trabalho. Seguem abaixo frases ilustrativas:

“Por volta de meio dia, assim que eles almoçam, vão descansar... Procura um pé de árvore para descansar... a gente faz o descanso da gente” – Catador 4, referindo-se ao trabalho de rua.

“Aqui você entra 8, 9h e não tem descanso; ninguém senta porque é igual eu te falei, nós somos fiscal nosso, se um sentar o outro já tá falando “não, pode!”...” - Catador 1, referindo-se ao trabalho na cooperativa.

Essa contradição aparece relacionada à maior liberdade de quem trabalha na rua para fazer pausas e ao controle que é mais intenso dentro da área de triagem da cooperativa. Talvez possamos inferir, que o ritmo e os controles sobre este último parecem se intensificar mais pelo anseio de garantia da renda, uma vez que o valor recebido por cada um é sensível à produtividade do grupo. De qualquer forma esse é um dado que parece revelador, especificamente, pela influência da organização do trabalho sobre as relações sociais entre os trabalhadores.

Independente desse aspecto, de maneira geral, as relações socioprofissionais são percebidas de forma positiva entre os catadores. Mesmo quando existem atritos, esses logo parecem que são superados pelo clima de amizade que é prevalente. Portanto, a dimensão RST aparece sustentada pela percepção de apoio entre os trabalhadores. Segue frase ilustrativa abaixo:

“(...) nós, aqui na cooperativa, somos uma família” - Catador 4

Na Cooperativa Ipê Roxo, o contexto de trabalho é explicitado na categoria temática 1: *“Trabalhar na rua é a mesma coisa que trabalhar numa firma”*. À semelhança da Cooperativa Jequitibá, as Condições de Trabalho são igualmente precárias, talvez um tanto piores. De maneira geral a precarização é identificada pelas seguintes variáveis: auto-imposição de longas jornadas de trabalho, risco de acidentes pela ausência do uso de qualquer equipamento de proteção e, principalmente, pelo fato da separação do material para a reciclagem acontecer no mesmo local em que os trabalhadores moram. No mesmo ambiente em que abrem os sacos de lixo para separarem o material a ser vendido, circulam animais, especificamente cavalos e cães, além de crianças. Essa situação torna-se dramática pela falta de saneamento e higiene na invasão onde os catadores moram e desenvolvem suas atividades econômicas – não há abastecimento de água e nem serviço de esgoto. Esse contexto favorece o risco de contaminação e doenças relacionadas ao lixo, como a leptospirose, que já fez algumas vítimas entre os catadores da Cooperativa.

Na fala e na elaboração dos trabalhadores sobre o trabalho não aparece nenhuma evidência sobre o envolvimento e a compreensão sobre cooperativismo. Quando diretamente questionados sobre o assunto, afirmaram que não conhecem nada sobre a Cooperativa, cooperativismo ou sobre o papel que desempenham como agentes ambientais. Segue abaixo algumas falas ilustrativas sobre a questão:

“Esse negócio de cooperativa... eu não sei entender disso não” Catadora 2

“Que cooperativa o quê?! Ela quer só os 2% deles.” Catador 1

A cooperativa existe formalmente e, segundo os Catadores, o maior ganho foi que, a partir da sua criação dela, não tiveram mais problemas com a polícia e o Governo que, constantemente, ameaçavam tirá-los da invasão e chegaram a derrubar os barracos em várias ocasiões. Efetivamente, a cooperativa não oferece assistência de nenhuma natureza aos trabalhadores. Entre eles, o que fica doente, fica sem renda, pois trabalham de forma individual e autônoma – a relação com a cooperativa é somente a contribuição obrigatória de 2% sobre todo o material reciclável comercializado pelos catadores associados.

A organização do trabalho, em função do caráter autônomo da atividade dos catadores, é essencialmente flexível. O horário, o ritmo, o número de viagens às ruas, bem como os dias de trabalho são definidos por cada um. O reverso de tal flexibilidade é a auto-imposição de longas jornadas de trabalho quando o material de interesse para a reciclagem fica escasso ou mais difícil de ser encontrado. Inexiste qualquer espécie de controle entre pares ou pela diretoria da Cooperativa.

As relações socioprofissionais são percebidas positivamente pelo grupo de catadores. Descrevem-se como uma grande família, todos iguais e muito unidos. As relações de solidariedade parecem receber um grande investimento afetivo dos trabalhadores. Segue abaixo frase de um dos catadores e que ilustra e conduz a essa inferência:

“Se disser que vai ter reunião porque eles vão derrubar aqui, nós vamos logo para aquela pista (Estrutural) (...). Aí não tem como eles passarem. A união aqui é essa. Se um disser assim: “Vamos fazer isso”, faz.” Catador 3

O contexto de trabalho das duas cooperativas, à primeira vista, parece muito semelhante: podemos entender, grosso modo, que as Condições de Trabalho são precárias, a Organização do Trabalho é flexível e que há apoio nas Relações Socioprofissionais. Uma análise mais cuidadosa, no entanto, nos aponta que a noção de cooperativismo e de autogestão do trabalho na Cooperativa Jequitibá coloca os trabalhadores em outro patamar de relação com o trabalho. Esse raciocínio fica claro quando empreendemos uma análise mais detalhada da própria frase que deu título a cada uma das categorias temáticas exploradas na compreensão do Contexto de Trabalho dos catadores. Na assertiva da Cooperativa Jequitibá, podemos identificar elementos de afirmação dos próprios trabalhadores e da sua identidade *“os chefes somos nós todos”*; ao contrário, na assertiva da Cooperativa Ipê Roxo *“trabalhar na rua é a mesma coisa que trabalhar numa firma”*, os elementos parecem muito mais relacionados a uma estratégia de defesa, uma racionalização, talvez como mecanismo para lidar com as dificuldades intrínsecas à atividade de catação nas ruas e às condições de precariedade a que se sujeitam, além da condição de pobreza e vulnerabilidade.

Essa análise leva a crer que a organização do trabalho como cooperativa de trabalho, pautada pelos princípios da economia solidária, no caso da Cooperativa Jequitibá, parece beneficiar os trabalhadores da construção da identidade social e

coletiva, permitindo, inclusive, a ampliação dos projetos de vida. Sobre isso, parece esclarecedor comparar as falas de trabalhadores das duas cooperativas:

“É um sonho ver a cooperativa crescer (...) Todo mundo ganhar um salário digno” – Catador 1 (Cooperativa Jequitibá).

“Quero ter lazer, chegar no final de semana e levar meus filhos numa diversão melhor” - Catador 3 (Cooperativa Jequitibá).

“Quero comprar uma casa, construir e morar sossegado” – Catador 5 (Cooperativa Ipê Roxo)

“Queria um ambiente melhor, para as crianças, mas não sei explicar”
Catadora 2 (Cooperativa Ipê Roxo)

Infere-se que a elaboração da Cooperativa Jequitibá está relacionada a um projeto coletivo que envolve o trabalho e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores; no caso da Cooperativa Ipê Roxo, a elaboração dos catadores se direciona para anseios mais básicos – ter moradia e tranquilidade para morar. Além disso, é explícita a falta de vocabulário e a limitada capacidade para organizar o próprio discurso sobre planos futuros de vida.

Comparação semelhante pode ser feita entre as duas cooperativas para análise da noção de cidadania, consciência política e mobilização dos trabalhadores. Pertencem à Cooperativa Jequitibá as afirmações abaixo:

“Nós temos que reunir todas as cooperativas aqui de Brasília e cobrar uma posição do Governo” - Catador 4

“Estamos brigando pra criar a Central de todas as cooperativas; está se montando uma comissão pra montar essa Central aqui no Distrito Federal. A solução das cooperativas é essa” - Catador 5

“A gente tem que lutar mesmo... o cara não tem que esperar ninguém entregar nada, assim, na mão, de bandeja... Então a gente tem que correr atrás...”
Catador 6

*“No nosso país o pobre só tem mais valor na época da eleição (...) eu já disse, só voto para quem ajudar aqui dentro. Se não for para ajudar, eu não voto” -
Catador 6*

A assertiva abaixo é a única elaboração encontrada na entrevista da Cooperativa Ipê Roxo sobre a possível mobilização das cooperativas e catadores:

*“Um dia, lá pro Plano, teve uma reunião, a gente foi. Lá tinha um bocado de integrantes das outras cooperativas. Não cheguei a conhecer nenhum não (...) A gente aqui não tem conhecimento. Eu sei que tem um monte de cooperativas”
- Catador 4*

Parece evidente que a ausência de elaboração e mesmo de conhecimento sobre as outras cooperativas e movimentos organizativos, define uma relação com o trabalho, cerceada por limites muito precisos sobre cidadania e organização coletiva da própria categoria profissional de catadores para a Cooperativa Ipê Roxo.

As diferenças no nível de cidadania, ampliação da consciência política e auto-estima entre os Catadores das duas cooperativas fica bem definido pela categoria temática 2: *“Não estamos ainda do jeito que nós gostaríamos, lógico (...) mas para nós é um avanço muito bom (...)”*, parte dos resultados da Cooperativa Jequitibá. Essa categoria explicita o movimento de exclusão-inclusão na vida dos catadores, dado também descrito nos estudos de Guimarães (2004), Kemp (2004); Velloso (2005) e Medeiros (2006), sendo a inclusão fortemente determinada pela organização e estruturação da Cooperativa. Observa-se que a análise de conteúdo da entrevista da Cooperativa Ipê Roxo não evidenciou nada semelhante o que, em última análise, demonstra que as duas cooperativas estão em momentos distintos de organização/estruturação. Infere-se ainda que essa variável tem impacto considerável sobre a condição real dos trabalhadores e também sobre a relação subjetiva com o trabalho, com vantagem considerável para os catadores da Jequitibá.

Apresentadas essas considerações, passemos agora para o segundo objetivo de pesquisa.

2 – Analisar as vivências de prazer-sofrimento e estratégias de mediação do sofrimento

As vivências de prazer-sofrimento são evidenciadas, mais diretamente, no caso da Cooperativa Jequitibá, pelas categorias temáticas “*Não vêem os catadores como trabalhadores, igual a qualquer um*” (Categoria 3) e “*Aqui nós temos liberdade para trabalhar*”(Categoria 4).

As vivências de sofrimento, a partir das variáveis presentes na categoria 3 “*Não vêem os catadores como trabalhadores, igual a qualquer um*”, parecem relacionadas às limitadas possibilidades de mudança de vida e ocupação, principalmente, porque os catadores se percebem imobilizados em função da baixa escolaridade do grupo; em função do preconceito por parte da sociedade e polícia, bem como pela falta de reconhecimento da comunidade e do Governo. Essas vivências parecem mais agudas pela clareza e convencimento que os trabalhadores têm sobre a importância do trabalho econômico e ambiental que realizam.

As vivências de prazer, identificadas na categoria temática 4: “*Aqui nós temos liberdade para trabalhar*”, estão fortemente vinculadas com a organização do trabalho flexível, sem hierarquia e relação de subordinação entre pares; ao sentimento compartilhado de união experienciado pelos trabalhadores, não só no desenvolvimento do trabalho de reciclagem do lixo, mas também na mobilização e organização política dos catadores do DF, a qual integram e são participantes engajados. Adicionalmente, os trabalhadores se beneficiam diretamente de alguns direitos conquistados pela organização como: escola para as crianças, alfabetização para jovens e adultos, dentro da própria cooperativa, além da oficina de artesanato para as mulheres – poderíamos entender, a partir desses indicadores, que, nesse caso, as vivências de prazer estariam vinculadas a um exercício de cidadania, uma vez que a educação e a formação profissional são direitos cidadãos. Ainda parece ser uma fonte de vivências de prazer o aproveitamento de objetos encontrados no lixo para uso particular e das famílias. Os catadores descrevem que aproveitam móveis, louças, roupas, sapatos, celular, relógios e outros objetos, sendo comum encontrar, inclusive, dinheiro. Esses relatos parecem remeter ao prazer vivenciado a partir de uma dimensão criativa experimentada no trabalho, pois é comum entre os catadores a reconstituição de objetos eletrônicos, pelo aproveitamento de peças – rádios e celulares, por exemplo. Além disso, ainda é comum

a prática do acondicionamento de objetos, improvisação e construção de móveis a partir do lixo reciclado.

No caso da Cooperativa Ipê Roxo, não foi identificada, na fala dos catadores, nenhuma categoria diretamente relacionada às vivências de prazer. Em toda a elaboração dos trabalhadores, infere-se que o prazer parece vinculado à organização flexível do trabalho e às relações socioprofissionais, observando-se que foram freqüentes as verbalizações sobre a satisfação de não ter horários, de não ter que se reportar a um chefe, “*levar grito de patrão*”, e do sentimento compartilhado de solidariedade e colaboração entre os catadores da comunidade (invasão), onde descrevem: “*sentem-se uma família*”.

As categorias temáticas “*Olham pra gente como se a gente fosse... algum cão sem dono!*” (categoria 2) e “*A maioria dos homens queria um serviço melhor (...) É violência a gente catando*” (categoria 3), explicitam variáveis relacionadas às vivências de sofrimento. Na Cooperativa Ipê Roxo o sofrimento aparece vinculado ao preconceito da sociedade e, note-se, também de parentes e amigos da cidade natal dos catadores. Além disso, as vivências de sofrimento apareceram relacionadas às Condições de Trabalho que, na realidade, se confunde com a própria condição de vida dos catadores – citam especificamente as doenças desenvolvidas pelas crianças, o perigo de se acidentarem e o fato de não terem moradia. A violência citada nas falas dos catadores da Cooperativa Ipê Roxo, infere-se, é pautada, sobretudo, pelas condições precárias de vida e de trabalho. A violência do confronto com a polícia e a ameaça de desabrigo das casas não mais ocorre, embora os trabalhadores continuem sem nenhuma garantia de assentamento na área invadida.

As duas cooperativas que participaram do estudo guardam algumas semelhanças entre si quanto à dinâmica do prazer-sofrimento no trabalho. As vivências de sofrimento parecem relacionadas à falta de reconhecimento do trabalho dos catadores pela sociedade, o que se traduz ou se potencializa pelo preconceito e imagem negativa dos trabalhadores. As vivências de prazer parecem relacionadas à organização do trabalho, flexível por natureza, e nas relações sócio profissionais.

A Cooperativa Jequitibá parece, entretanto, favorecer um contexto mais estruturante. Isso está associado a outras fontes de prazer identificadas na fala dos catadores como: a oportunidade de educação e qualificação, bem como o exercício da criatividade na reciclagem do lixo para uso próprio. Outra diferença identificada é que o apoio percebido nas relações sociais, na Cooperativa Jequitibá, parece claramente

relacionado ao grupo de trabalho, ao coletivo da cooperativa, o que nos conduz ao entendimento de que os trabalhadores têm uma forte identidade com o próprio negócio, comprometidos com seu futuro e desenvolvimento. Observamos o exercício da criatividade como dimensão positiva do trabalho e que, conforme aqui descrito, corrobora os escritos de Dejours (2004a) e Mendes e Cruz (2004); o ganho relacionado ao gozo de direitos e cidadania também encontra respaldo em Singer (2003; 2004), Reis (2004) e Bursztyn (2003). Na Cooperativa Ipê Roxo, o apoio entre pares é igualmente percebido, mas relacionado de maneira difusa à comunidade de catadores que moram na invasão, muito deles alheios e não associados à cooperativa.

A organização flexível do trabalho e a percepção de cooperação e apoio no grupo, na Cooperativa Jequitibá, fazem pensar que as estratégias de mediação do sofrimento passam, antes, pela mobilização coletiva dos trabalhadores. Adicionalmente, observa-se, a mobilização coletiva está assegurada pela instituição plena da discussão sobre o trabalho e participação nas decisões sobre o trabalho; ainda contribui para a mobilização coletiva, a percepção de cooperação e confiança mútua entre os associados. Esse dado sustenta as afirmações de Dejours (1994) e Ferreira e Mendes (2004) sobre a importância da gestão democrática do trabalho para que se configure a mobilização subjetiva e coletiva dos trabalhadores.

Na Cooperativa Ipê Roxo, no entanto, pela própria condição de precariedade onde vivem os catadores e da organização da Cooperativa, a mobilização coletiva, se existe, apresenta-se mais um tanto mais frágil. Majoritariamente, na fala dos Catadores foram identificadas estratégias defensivas, como racionalização e negação das vivências de sofrimento, o que sabemos, torna muito mais difícil o arranjo da transformação deste último em prazer. A racionalização e a negação são exemplificadas nas frases abaixo:

Racionalização: *“Rapaz, ser catador é um trabalho igual aos outros. Só é diferente porque é lixo” - Catador 4*

Negação: *“O contato com a população normal. Comigo mesmo nunca teve reclamação de ninguém não. Comigo nunca teve não. A gente faz muita amizade com o pessoal na rua. Nós vamos lá, ajudam a gente e tudo. Tem vezes também que ficam reclamando quando a gente pára nos cantos, às vezes o animal é muito devagar, entendeu? E a pessoa vai passar... Pára no sinal, fica buzinando. Mas, aí a gente pega a fila de banda, eles passam e pronto. Tem nada a ver não” - Catador 2*

As duas falas, utilizadas no exemplo, também ilustram a perene contradição no discurso dos catadores da Cooperativa Ipê Roxo. Identifica-se um esforço de naturalização da condição de catador e do contato com a população, principalmente, nos trabalhos de rua; ao mesmo tempo, a fala desvela situações de conflito potencial o que, na percepção dos trabalhadores, os diferencia: o fato de trabalharem com o lixo. A racionalização e a negação do sofrimento, no entanto, caracterizam-se num arranjo frágil para lidar com as dificuldades inerentes ao trabalho, uma vez que não favorecem a tomada de consciência, a mobilização e organização dos trabalhadores para promoverem mudanças reais no contexto de trabalho.

Independente das estratégias de mediação utilizadas, o preconceito é percebido e associado às vivências de sofrimento em ambas as cooperativas. E esse é o mote principal para se discutir o papel do reconhecimento na dinâmica das vivências de prazer-sofrimento no trabalho dos catadores.

Quando se fala de falta de reconhecimento do trabalho dos catadores, não se menciona somente a ausência do reconhecimento da contribuição de cada indivíduo ou da gratidão pela contribuição à organização do trabalho, conforme define Dejours (2004a). Em ambas as cooperativas, a qualidade das relações sociais de trabalho evidencia que há reconhecimento entre os próprios catadores, inclusive, configurando-se este como poderosa base para a sustentação do coletivo. O reconhecimento que não se identifica é de ordem mais ampla: trata-se do reconhecimento da sociedade e do próprio Estado. Se pensarmos que o trabalho dos catadores beneficia diretamente a sociedade e o meio ambiente (cidades mais limpas e preservação do meio ambiente), além de proporcionar economia de divisas aos cofres públicos, uma vez que não são remunerados pelo trabalho que fazem de coleta e reciclagem do lixo, o reconhecimento esperado dessas esferas é algo que pertence ao campo subjetivo dos trabalhadores e, assim, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho passa a ter a mesma importância e influência na mobilização subjetiva e gratificação identitária dos trabalhadores.

A falta do reconhecimento da sociedade e do Estado, exemplificado, no caso desta pesquisa, pela negatividade do preconceito e pela violência nos contatos com a polícia, conduz à compreensão de que esse é um dos possíveis caminhos para o sofrimento patogênico na ocupação de catadores. Estudos futuros com catadores devem ser realizados para aprofundar especificamente essa questão.

À semelhança de outras pesquisas realizadas com catadores, entre elas as de Reis (2003), Silva (2004), Magera (2004) e Bursztyn (1987; 2003), a questão do preconceito, portanto, aparece que maneira inequívoca na fala dos trabalhadores. O preconceito, parece, está associado à condição de pobreza dos catadores e que, conforme explicação de Nascimento (2003), quase sempre aparece associada à violência e marginalidade. O preconceito ainda pode encontrar resquício na associação entre os trabalhadores e o conteúdo negativo do lixo, conforme descrito por Silva (2004). Esse dado também encontra relação com as discussões trazidas por Castel (1998) quando retrata a imagem do vagabundo que a sociedade absorveu relacionada àqueles que não tem trabalho ou se ocupam de atividades menos qualificadas. Essas diversas dimensões fazem supor que o preconceito relacionado aos catadores é um fenômeno bastante complexo nas suas possíveis explicações e assim, pode-se inferir, a imagem negativa dos trabalhadores é influenciada por fatores muito mais amplos que somente a ignorância da sociedade sobre a contribuição dos mesmos à economia local e preservação do meio ambiente.

Em resumo, percebe-se, pois, prevalência de prazer nas duas cooperativas. Na Cooperativa Jequitibá, no entanto, as fontes para essas vivências são mais diversificadas e vai além da organização flexível do trabalho, única fonte, parece, para a Cooperativa Ipê Roxo. Na Cooperativa Jequitibá as vivências de prazer estão relacionadas a uma dimensão criativa do trabalho, possível a partir da reciclagem e aproveitamento do lixo. Além disso, é inequívoco o ganho em termos de cidadania entre os trabalhadores. Esse arranjo, associado à autogestão da cooperativa gera o uso eficaz de estratégias de mobilização coletiva como forma de resignificação do sofrimento. Como vimos, na Cooperativa Ipê Roxo, a mediação do sofrimento se dá pelo uso de estratégias de defesa – negação e racionalização.

Essa síntese nos conduz para a discussão do último objetivo de pesquisa, relacionado aos riscos à saúde mental dos trabalhadores, conforme descrito em seguida.

3 – Identificar riscos à saúde mental na ocupação dos Catadores de Material Reciclável cooperativados

Uma vez descrito e caracterizado o contexto de trabalho dos catadores e os elementos da dinâmica prazer-sofrimento, podemos analisar dos riscos à saúde mental dos trabalhadores.

Um elemento fundamental para a análise sobre os riscos à saúde mental na ocupação dos catadores, é o dado que revela que a organização do trabalho é essencialmente flexível, aliás, dado também encontrado em pesquisas descritas nesse estudo, especificamente Silva (2004), Filho (2005) e Medeiros (2006). A sensação de liberdade para definir os horários e o ritmo de trabalho, assim como a ausência de um prescrito alheio à vontade dos trabalhadores, definem um contexto favorável a estabilidade psicossomática e à diminuição da carga psíquica do trabalho. Para a Cooperativa Jequitibá, onde a organização cooperativa está mais estruturada, adicionalmente, ainda pode-se ver aliada à flexibilidade da organização do trabalho, o exercício da autogestão e o exercício de direitos relacionados à cidadania, pontualmente, educação e qualificação profissional.

Nas duas cooperativas, observa-se uma organização do trabalho que suporta a aderência do desejo dos trabalhadores, o que favorece a descarga pulsional, a dissolução da tensão e os sentimentos de liberdade e autonomia.

Corroboramos os estudos de Dejours (1994, 1999; 2004a), na medida em que também se entende, a partir dos resultados encontrados, que a organização do trabalho exerce papel fundamental na determinação no equilíbrio do aparelho psíquico e na saúde mental dos trabalhadores. Na realidade das duas cooperativas pesquisadas, os benefícios da organização do trabalho parecem tão patentes que chegam a amenizar os efeitos das condições precárias de trabalho, mesmo na cooperativa onde elas se apresentam em grau mais acentuado, ou seja, a Cooperativa Ipê Roxo.

Como afirma Dejours (1999), a normalidade não implica ausência de sofrimento. O sofrimento, no entanto, na realidade dos catadores da Cooperativa Jequitibá, é transformado em prazer, prioritariamente, pela mobilização coletiva dos trabalhadores. Nesse caso, a transformação do sofrimento em prazer se dá por um compromisso mais benéfico do ponto de vista da manutenção da saúde porque se sustenta sobre possibilidades reais de mudança no contexto de trabalho (condições, organização e relações sociais de trabalho). Na citada cooperativa, esse dado parece estar relacionado ao nível de organização da cooperativa e, inclusive, do engajamento/mobilização política dos trabalhadores. Essa constatação deixa antever que, embora a condição da cooperativa ainda seja frágil, os trabalhadores estão mais preservados em sua estabilidade e saúde psíquica.

Na Cooperativa Ipê Roxo, como a resignificação do sofrimento encontra caminho pelo uso de estratégias de defesa, racionalização e negação, a manutenção da

saúde mental dos catadores fica um tanto mais frágil, pois, com o tempo essas estratégias podem tornarem-se ineficazes e, eventualmente, resultar em desordens físicas, psíquicas e/ou psicossomáticas.

Por último, é conveniente considerar que a falta do reconhecimento percebida pelos catadores é potencialmente um risco de desestabilização à saúde dos mesmos. Pela vinculação da dinâmica do reconhecimento ao registro da identidade e à transformação do sofrimento em prazer, percebe-se que essa é uma via de vulnerabilidade do equilíbrio psicossomático, conforme nos aponta Dejours (2004). Acredita-se, no entanto, que o reconhecimento dos pares tem sido um poderoso elemento regulador para constituir o trabalho dos catadores, participantes da pesquisa, como um mediador mais de saúde do que de adoecimento.

Parece definitivo, no entanto, a contribuição das bases de cooperação e confiança na consolidação da mobilização subjetiva e engajamento do coletivo de trabalhadores na manutenção da própria saúde. Mesmo que ainda sob condições precárias, como na Jequitibá e Ipê Roxo, o coletivo parece como peça fundamental para a estruturação e estabilização da saúde. Nesse ponto, entende-se que esse estudo corrobora as análises de Dejours (2004a), e, ao mesmo tempo, aponta uma saída possível para a erosão das estratégias que o autor observa existirem hoje no mundo do trabalho – a valorização dos coletivos, própria da economia solidária e do cooperativismo.

Isto posto, podemos discutir, mais detidamente, outros elementos relacionados ao trabalho dos catadores, especificamente, as variáveis sócio-demográficas e o sentido que o trabalho assume na vida dos trabalhadores em cada uma das cooperativas estudadas.

À semelhança dos estudos de Bursztyrn (1997; 2003), Silva (2002), Magera (2003), Gonçalves (2003), Gonçalves (2004), Porto, Filho (2005), Velloso (2005), Freitas (2005) e Medeiros (2006), os catadores que participaram do estudo tem origem na pobreza, são nordestinos, em sua grande maioria são analfabetos ou analfabetos funcionais, não tiveram acesso ao mercado formal de trabalho e começaram a atividade de catação de lixo como forma de sobrevivência e como alternativa ao desemprego. Além disso, em geral, são acompanhados pelos companheiros na atividade, como estratégia para incremento da renda familiar. Esses resultados também corroboram as variáveis identificadas por Herrán (2005) como fatores de vulnerabilidade à pobreza no Brasil.

Os dados da pesquisa realizada, no entanto, contrariam dados citados por Filho (2005) e CorreioWeb (2001b), que declaram que catadores podem gerar renda de até R\$ 1000,00 reais por mês. Os catadores que entraram na amostra declaram renda mensal inferior a um salário mínimo, dado este semelhante aos relatados por Reis (2003). De qualquer forma, pode-se pensar que a renda auferida é sensível ao tempo de experiência dos trabalhadores, ao volume de recicláveis na cidade, ao período do ano e à produção do grupo, no caso das cooperativas, entre outros fatores.

A baixa escolaridade dos trabalhadores, dado esse que parece impactar sobre a auto-estima dos mesmos, conduz, a partir das reflexões de Sen (2001) e Demo (1996), a pensar que o desenvolvimento das capacidades individuais e o investimento na qualificação profissional pode, de fato, favorecer a mudança da realidade social dos trabalhadores. Essa conclusão se sustenta pela diferença da relação estabelecida com o trabalho entre os catadores da Cooperativa Jequitibá e Cooperativa Ipê Roxo, com nítida diferença do nível de elaboração em termos de mobilização política e cidadania em favor dos primeiros. Acredita-se que esse ganho se justifica em grande parte às iniciativas relacionadas à educação oferecido aos trabalhadores da Jequitibá.

Observa-se que o preconceito e a falta de reconhecimento parecem estar, potencialmente, associados ao sofrimento patogênico na ocupação de catadores. A organização flexível, no entanto, parece em alguma medida neutralizar esses efeitos, principalmente, quando associado às dimensões de autonomia e autogestão do trabalho presentes à organização cooperativista de trabalho. O contraponto experimentado entre a liberdade efetivamente vivida na organização da vida produtiva na reciclagem do lixo e o preconceito “*por viver no/do lixo*” pode explicar parte da contradição da fala dos trabalhadores quando dizem que não deixariam a ocupação de catador, mas, ao mesmo tempo, demonstram o desejo de arranjar um emprego melhor, de preferência com carteira assinada que, como sabemos, na sociedade salarial é o que garante inclusão e o gozo de direitos plenos, pelo menos aparentemente. Seguem algumas falas que permitem ilustrar a contradição – valorização da profissão de catadores e o desejo de ter outra ocupação:

“Eu me sinto feliz porque (...) eu tenho uma profissão” Catador 4 (Cooperativa Jequitibá)

“Eu tenho vontade de trabalhar num outro serviço. Trabalhar num órgão, trabalha em outra coisa... ter um emprego, ter os direitos trabalhistas, ter carteira assinada, todos os direitos, férias, 13º (...)” Catador 1 (Cooperativa Jequitibá)

“Eu me orgulho dessa profissão (...)Tem cara na rua fazendo coisa errada, às vezes vai preso, já é chamado logo de vagabundo. E eu não, estou trabalhando. Fazendo uma coisa, fazendo outra. Eu estou trabalhando pra eu manter minha família.” Catador 4 (Cooperativa Ipê Roxo)

É violência a gente catando. Ter que catar, lavar as mãos direto.... tem que ter muito cuidado. Eu acho que a maioria dos homens queria um serviço melhor (...). Catador 3 (Cooperativa Ipê Roxo)

As falas refletem a valorização da profissão pelo orgulho que os trabalhadores declaram sentir. Além disso, a ocupação representa a possibilidade real de sobrevivência dos trabalhadores, bem como a possibilidade de inclusão no mercado de trabalho, superando, inclusive, e em alguma medida, a condição de informalidade, principalmente no caso da Cooperativa Jequitibá. O sentimento de liberdade, à semelhança do estudo de Nagib (2003), é outro elemento que contribui para a valorização da ocupação de catadores. Nas duas cooperativas, os trabalhadores declaram que não deixariam a catação para ganhar a mesma renda, mesmo que fosse em um emprego com carteira assinada. Essa avaliação é influenciada pela satisfação que exprimem ante à organização flexível do trabalho, dado que também corrobora os resultados anteriormente encontrados e relatados por Morrone (2001), no estudo realizado com trabalhadores informais.

De modo geral, conclui-se que a organização do trabalho, como mapeado na Cooperativa Jequitibá, favorece as vivências de prazer e a saúde psíquica dos trabalhadores. O coletivo fortalece a resignificação do sofrimento de modo que os trabalhadores conseguem ter sonhos na vida e fazer a mediação do sofrimento. Na realidade específica daqueles catadores, esse parece ser um caminho possível de resgate e inclusão social, geração de renda, aumento da auto-estima, bem como saída viável da informalidade. A ampliação dessas dimensões podem, como afirma Antunes (2003; 2004) conduzir à humanização dos trabalhadores e inseri-los numa vida mais plena de sentido, dentro e fora do trabalho. Trabalho aqui entendido como concepção, criatividade e produtividade. A experiência da cooperativa corrobora o pensamento de

Singer (2003a), sustentando o cooperativismo e a economia solidária como possibilidade de resgate da cidadania.

Como antítese da Cooperativa Jequitibá, a Cooperativa Ipê Roxo, embora favoreça uma organização do trabalho que propicia vivências de prazer, sustenta um arranjo relacionado à saúde muito mais vulnerável, especificamente pelo emprego das estratégias de defesa (racionalização e negação) como forma de atenuação das vivências de sofrimento. O trabalho na citada cooperativa se caracteriza pela função mais básica - perpetuar a espécie e garantir a sobrevivência, ou como afirma Arendt (1958/2004), labor. Esse dado fortalece nosso diálogo com a referida autora, quando afirma que o labor perpetua a alienação e o anestesiamiento dos indivíduos. Independentemente da organização cooperativa, são eixos transversais ao trabalho dos catadores da Ipê Roxo, a questão da violência e da exclusão, concomitantemente. Nesse ponto nos perguntamos: Qual o sentido do trabalho para esses catadores? A partir dessa análise, o trabalho na Ipê Roxo ainda carece de elementos que o sustentem como estruturante da identidade, conforme nos afirma Dejours (1987, 1994, 2004a, 2004b). Parece, antes, refletir ou perpetuar uma espécie de desumanização ou negação pelo/do trabalho porque este não tem sentido enquanto fazer, não tem simbolização e elaboração numa dimensão mais ampla. Essas, no entanto, são questões delicadas e sem respostas fechadas, que merecem atenção mais acurada, por meio de investigações e outros estudos.

As duas cooperativas, portanto, guardam diferenças significativas em termos de estruturação pelos princípios da economia solidária e ganhos como cooperativa de trabalho e isso se repercute de maneira fundamental sobre o sentido que o trabalho assume para cada um dos grupos de trabalhadores. Para ambas, no entanto, é preponderante a importância que a profissão de catador assume frente à ameaça de não ter emprego e ser rotulado como “vagabundo”. Mesmo sob insalubres e precárias condições de trabalho, ter um trabalho parece ser o principal fator de estabilização psíquica e manutenção da saúde na ocupação de catadores, dado que confirma a hipótese formulada por Morrone (2001). Além disso, assim como no estudo de Barros (2004), a estrutura do trabalho como cooperativa, favorece as vivências de prazer pela via do reconhecimento entre pares e valorização do trabalho. Esse dado é particularmente válido para a Cooperativa Jequitibá; na Cooperativa Ipê Roxo os laços socioprofissionais parecem muito mais sustentados pela condição de pobreza e exclusão, comum aos trabalhadores e moradores da invasão onde a cooperativa está estabelecida.

VIII. Conclusão

São conteúdos comuns às duas cooperativas que participaram desse estudo: a descrição e caracterização do Contexto de Trabalho a partir de condições de trabalho percebidas como precárias; a organização do trabalho: percebida como flexível; e as relações socioprofissionais sob uma percepção positiva, sustentada por bases de apoio, confiança e colaboração entre pares. Além disso, foi comum aos trabalhadores: a percepção de preconceito e falta de reconhecimento da profissão de catador pela sociedade; a identidade e orgulho da profissão de catador; o desejo de ter outro trabalho, de preferência com carteira assinada; história de vida relacionada à pobreza, violência e exclusão, bem como baixa escolaridade e oportunidades de trabalho restritas.

Foram conteúdos particulares à Cooperativa Jequitibá, a compreensão sobre cooperativismo e estrutura/história da Cooperativa; o engajamento político com o crescimento da Cooperativa e o sonho de ver a Cooperativa crescer, de terem uma renda melhor, além de melhores condições de vida e de trabalho. Para esta cooperativa evidenciou-se prevalência de vivências de prazer, vinculadas à organização flexível do trabalho, à dimensão criativa de aproveitamento e reciclagem do lixo, bem como a ampliação da consciência política dos trabalhadores e a conquista de direitos cidadãos, que os coloca num outro nível de relação com o trabalho e com a vida, caracterizando-se este como possibilidade concreta de realização identitária. A mediação do sofrimento ocorre pelo emprego de estratégias de mediação coletiva.

Os conteúdos particulares à Cooperativa Ipê Roxo foram, respectivamente, a falta de compreensão sobre cooperativismo e estrutura/história da Cooperativa e o desejo da casa própria, preferencialmente, na cidade de origem de cada um, para onde acalentam o desejo de retornar. A desarticulação da Cooperativa parece interferir diretamente na relação subjetiva com o trabalho, perpetuando a condição de alienação, exclusão, pobreza e miséria entre os trabalhadores. Independente disso, identificou-se prevalência de vivências de prazer, embora vinculada a somente uma fonte, especificamente, à organização flexível do trabalho. O sofrimento no trabalho é mediado, essencialmente por estratégias de defesa, negação e racionalização, o que torna o arranjo de manutenção da saúde no trabalho muito mais frágil para esses trabalhadores.

O estudo confirma que a organização flexível do trabalho está fortemente relacionada às vivências de prazer, neutralizando, inclusive, em alguma medida, os efeitos das precárias condições de trabalho comum às duas Cooperativas estudadas. Podemos afirmar, além disso, que, mesmo sob condições ainda muito precárias de trabalho, a economia solidária e a organização como cooperativa de trabalho é um caminho possível à inclusão econômica e social dos trabalhadores, propiciando também a estabilização da saúde dos trabalhadores.

As vivências de sofrimento aparecem relacionadas ao preconceito e à falta de reconhecimento, especificamente, da sociedade e do Estado. O preconceito, por sua vez, parece estar relacionado ao significado negativo do lixo, de quem se ocupa historicamente dele, bem como da pobreza no imaginário social. A compreensão desses fenômenos, deve ser aprofundada em outros estudos, na medida em que o preconceito e a falta de reconhecimento do trabalho de catadores parece ultrapassar a simples falta de conhecimento que, em geral, se tem sobre a importância do trabalho que realizam e sobre a contribuição que trazem para a economia e preservação do meio ambiente.

A organização flexível do trabalho e o apoio percebido nas relações sociais de trabalho favorecem, conjuntamente, a mediação do sofrimento e, assim, os catadores que participaram do estudo demonstram uma saúde mental preservada, com maiores riscos, no entanto, para a Cooperativa Ipê Roxo, cooperativa em estágio mais embrionário segundo os princípios da economia solidária. O sentimento de liberdade, característico da reciclagem, em contraposição ao preconceito, quase intrínseco ao trabalho com o lixo, vivenciado conjuntamente pelos catadores, traz um conteúdo paradoxal às suas falas: por um lado valorizam a profissão e afirmam que não a deixariam; por outro lado, acalentam o desejo do emprego, com carteira assinada e direitos garantidos. A vontade de ter um emprego torna-se relativo, no entanto, quando a formação em cooperativa de trabalho permite aos trabalhadores vivenciarem uma condição mais plena de cidadania e o exercício da autogestão do trabalho – esse dado ficou claramente identificado na cooperativa mais estruturada. Nesse caso, são dados desse estudo, os trabalhadores não deixariam a profissão e nem a cooperativa, mesmo que por um trabalho com carteira assinada.

Dessa forma, o referencial teórico trazido pela Psicodinâmica do Trabalho mostrou-se adequado para a investigação das variáveis de pesquisa - o problema de investigação foi respondido e ampliou-se a compreensão da dimensão subjetiva do trabalho de Catadores de Material Reciclável cooperativados. O estudo apresenta

relevante contribuição acadêmica na medida em que acrescenta à Psicodinâmica do Trabalho considerações importantes sobre o sentido do trabalho, principalmente, pela confirmação da organização flexível do trabalho como pressuposto fundamental para às vivências de prazer no trabalho, funcionando, em muitos casos, como atenuador e/ou neutralizador dos efeitos do contexto precário de trabalho – efeito bem ilustrado no caso dos catadores. Além disso, o estudo direciona para a ampliação da compreensão da dinâmica do reconhecimento, como via de transformação do sofrimento intrínseco ao trabalho – o reconhecimento, como vimos, ampliado para além do reconhecimento entre pares e da organização do trabalho - o reconhecimento também alcança o social, numa esfera ampla, sociedade e Governo, e que igualmente se inter-relaciona com a identidade profissional dos indivíduos. Para além dessas considerações, o estudo ainda reporta à reflexão sobre o sofrimento relacionado a própria sobrevivência, bem como sobre a relação entre a desumanização pelo trabalho e estruturação psíquica do indivíduo-trabalhador. Essas, no entanto, são questões a serem aprofundadas em estudos posteriores.

A pesquisa apresenta contribuição de caráter social uma vez que descortina o trabalho desenvolvido por catadores que, mesmo cooperativados, ainda se submetem a condições adversas e precárias de trabalho. A compreensão do trabalho dos catadores na perspectiva da subjetividade nos remete à urgência da elaboração de políticas públicas de segurança no trabalho que abarque esta categoria profissional. As reflexões e conclusões do estudo estabelecem bases para se pensar em ações concretas de intervenção nas condições de trabalho dos catadores, fortalecendo a profissão perante a sociedade com a principal finalidade de romper o estigma de “bandidos”, comumente associado aos trabalhadores e que compromete de maneira perene e irremediável o reconhecimento dos trabalhadores como legítimos agentes econômicos e ambientais.

Os objetivos de pesquisa foram alcançados e abriram mote para diversas outras perguntas e hipóteses de investigações em estudos futuros. A agenda de pesquisa sugere a realização estudos futuros que confirmem os resultados encontrados e ampliem a compreensão da dinâmica prazer-sofrimento na ocupação de catadores. Talvez fosse importante desenvolver estudos comparativos entre catadores cooperativados e catadores de não cooperativados, além de estudos longitudinais que evidenciassem, de forma mais clara, a influência da organização do trabalho na relação sujeito-trabalho e impacto desta sobre a saúde dos indivíduos. Sugere-se ainda a realização de estudos utilizando a análise de imagem, o que pode enriquecer a compreensão do trabalho de

catadores que, freqüentemente, têm dificuldade de descreverem e falarem sobre o trabalho que desenvolvem.

São limitações desse estudo: a) por se tratar de um estudo de caso, há de se tomar cuidado com as generalizações dos resultados encontrados; b) pela natureza das perguntas de pesquisa, adstritas à subjetividade dos trabalhadores, e, sobretudo, pela condição sócio-cultural dos catadores, a metodologia de investigação pareceu modesta – a baixa escolaridade dos trabalhadores, associada à reatância provocada pela relação pesquisador-sujeito, faz suspeitar que a metodologia poderia ter sido mais adequada se ampliada para uma pesquisa ou pesquisa participante, onde esses fenômenos pudessem ser minimizados e o escopo dos resultados pudesse estar mais consolidado, além de favorecer observações mais longas e criteriosas; c) embora as duas cooperativas guardem diferenças entre si, de modo geral, a história de vida dos catadores associados é muito parecida; dessa forma, os parâmetros de comparação entre as duas realidades investigadas ainda ficaram razoavelmente limitados.

Embora de maneira tímida, a experiência da cooperativa mais estruturada (Jequitibá), permite vislumbrar que a economia solidária pode resultar numa saída viável e eficaz para a crise do trabalho, a pobreza e a exclusão. Permite acreditar numa organização do sistema econômico que gere divisas, mas que também fortaleça a gestão democrática do trabalho, favoreça vivências de liberdade e, em última instância, o prazer, a saúde e a cidadania plena. A pesquisa realizada, portanto, revela o cooperativismo e a economia solidária como possibilidades concretas de resgate e consolidação das bases de cooperação e solidariedade tão necessárias à mobilização subjetiva dos indivíduos no trabalho, bem como para a conquista e manutenção da própria saúde.

Referências

- Abreu, M. F. (2001). *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Caixa Econômica Federal.
- Albornoz, S. (2004). *O que é trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Alves, G. (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Andrade, M. C. (2004). *Psicossociologia e economia solidária: um estudo de caso sobre o trabalho coletivo em uma associação de catadores de material reciclável*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Antloga, C. S. X. (2003). *Estilos de contato da organização com o funcionário e prazer-sofrimento no trabalho: estudo de caso em empresa de material de construção*. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília: Brasília.
- Antunes, R. (2001). As formas da violência no trabalho e seus significados. Em: Silva, J. F., Lima, R. B., Rosso, S. D. (Orgs.). *Violência e trabalho no Brasil*. Goiânia: UFG; Brasília: MNDH.
- Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (6ª ed). São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2005). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho* (10ª ed). São Paulo: Cortez.
- Antunes, R. & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*. Vol. 25, nº 87, p. 335-351, mai/ago.
- Arendt, H. (2004). *A condição humana* (10ª ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1958)
- Athayde, M. (2005). Resenha. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 21 (3): 984-990, mai-jun.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, P. C. R. (2005). *Prazer e sofrimento dos trabalhadores terceirizados da construção civil do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

- Barros, P. C. R.; Mendes, A. M. B. (2003). Sofrimento psíquico e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. *Revista Psico-USF*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 63-70.
- BBC Brasil (2007). *Lixo* [on line]. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/especial/1256_planeta/page5.shtml, acessado em 03/01/2007.
- Borges, L., Yamamoto, O. (2004). O mundo do trabalho. Em: Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E., Vastos, V. B. (orgs.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. (p. 24 a 59). Porto Alegre: Artmed.
- Braga, T. (1995). Educação ambiental, economia internacional e gestão empresarial. Em: Braga, T.; Trabjter, R.; Sorrentino, M. (Orgs.). *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia.
- Brandão, C. R. (2005). *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Buarque, C. (2003). Olhar a (da) rua. Em: Bursztyn, M. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. (2ª ed). (p. 7 a 10) Rio de Janeiro: Garamond.
- Bursztyn, M. (2003). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores* (2ª ed). Rio de Janeiro: Garamond.
- Bursztyn, M & Araújo, C.H. (1997). *Da utopia à exclusão – vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan.
- Calderoni, S. (2002). O desperdício do lixo. Em: *III Seminário Internacional de Direito Ambiental*. (p. 117 a 130). Brasília: Conselho da Justiça Federal. Centro de Estudos Judiciários, série cadernos do CEJ, 21.
- Calderoni, S. (2003). *Os bilhões perdidos no lixo* (4ª ed.). São Paulo: Humanitas.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário* (3ª ed). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Castro-Silva (2006). *Casos de afastamentos por LER/DORT e retorno ao trabalho bancário: uma análise psicodinâmica*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- CEMPRE (2007). *O comportamento da reciclagem no Brasil* [on line]. Disponível em: http://www.cempre.org.br/2006-1112_mercado.php, acessado em 03/01/2007.

- Código Brasileira de Ocupações (2002). CBO: 2002. MTE/SPPE. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.
- Cocco, G. (2001). *Trabalho e cidadania: produção de direitos na era da globalização* (3ª ed). São Paulo: Cortez.
- Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-lei n 5.452 de 1º de maio de 1943. Vade Mecum (2006). São Paulo: Saraiva.
- Constituição da República Federativa do Brasil – de 5 de outubro de 1998 (2005) 25ª ed. Moraes, A. (Org.). São Paulo: Atlas.
- Cook, M. (2005). O mundo moderno. Em: Cook, M. *Uma breve história do homem* (p. 306 a 336). Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- CorreioWeb (2000a). *Capitalismo no saco de lixo* [on line]. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2000/01/28/b32801.pdf.pdf>, acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2000b). *Nova chance para limpar a sua cidade* [on line]. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2000/01/27/b52701.pdf.pdf>, acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2001a). *Coleta em Brasília ainda tem falha* [on line]. disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2001/12/26/a07-2612.pdf.pdf>, acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2001b). *Desperdício em Brasília – catadores ganham até r\$ 2 mil* [on line]. Disponível em.: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2001/07/05/a07-0507.pdf.pdf>, acessado em 14/12/2006, acessado em 14/02/2006.
- CorreioWeb (2004a). *Distritais em busca de solução para o lixo* [on line]. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2004/07/20/a22-2007.pdf>, acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2004b). *Trabalho jogado fora* [on line]. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2004/08/18/a15-1808.pdf>, acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2005a). *Quando viver é arte* [on line]. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2005/05/29/meu0409-2905.pdf>, acessado em 14/12/2006.

- CorreioWeb (2005b). *Separação do lixo ainda é um problema* [on line]. Disponível em:
<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2005/02/17/a30-1702.pdf>,
acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2005c). *O colapso anunciado* [on line]. Disponível em::
<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2005/10/16/ad3233-10.pdf>,
acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2006a). *Catadores mostram que o lixo pode ser um negócio de sucesso* [on line]. Disponível em:
<http://noticias.correioweb.com.br/materias.php?id=2662703&sub=Distrito>,
acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2006b). *Lixo espalhado por todo lado* [on line]. Disponível em:
<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2006/06/02/a33-0206.pdf>,
acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2006c). *Belacap ignora medida judicial* [on line]. Disponível em:
<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2006/11/30/a09-3011.pdf>,
acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2006d). *Catadores de lixo sacrificam a saúde para brigar por seu sustento* [on line]. Disponível em:
<http://noticias.correioweb.com.br/materias.php?id=2662701&sub+distrito>,
acessado em 14/12/2006.
- CorreioWeb (2006e). *Renda que vem do lixo* [on line]. Disponível em:
<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2006/09/02/a16-0209.pdf>,
acessado em 14/12/2006.
- Coutinho, M. C., Beiras, A; Picinin, D.; Luckmann, G. L. (2005). *Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários*. Psicologia & Sociedade, 17 (1), 17-28, jan-abr.
- Dejours, C. Abdoucheli E., Jayet C. Betiol, M. I. S. (Orgs.). (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.). São Paulo: Cortez – Oboré,

- Dejours, C (2004a). Lancman, S. & Sznelwar, L. I. (Orgs.). *Psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C (2004b). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, v. 14, n. 3 p. 027-034, set/dez.
- Dejours, C (2005). *A banalização da injustiça social* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C. (2007). Prefácio. Em: Mendes, A. M. B. *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método, pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Demo, P. (1996). A questão neoliberal. Em: Demo, P. *Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade* (p. 115 a 165). Campinas, São Paulo: Autores Associados.
- Demo, P. (1980). A pobreza também tem charme. Em: Demo, P. *Pobreza Sócio-econômica e Política*. (p. 105 a 111). Florianópolis: Editora da UFSC.
- Donaire, D. (1999). *Gestão ambiental na empresa* (2ª Ed.). São Paulo: Atlas.
- Dubois, A. M. (1999). *Coleta seletiva: análise da experiência do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Enriquez, E. (1991). O mundo da economia e o mundo do estado: a invenção dos novos sagrados. Em: Enriquez, E. *Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social* (2ª ed.) (p. 244 a 263). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Favero, E.; Eidelwein, K. (2004). *Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des) encontros*. *Psicologia & Desenvolvimento*, 16(3), 35-40, set-dez.
- Fernandes Jr, O. (2004). Brasil dividido: mais de metade dos brasileiros vive na informalidade. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. nov., ano 1, n. 4. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.
- Ferreira, L. C. (1996). A política ambiental no Brasil. Em: Martine, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições* (4ª ed.). Campinas: São Paulo: Editora Unicamp.
- Ferreira, M. C; Mendes, A. M. (2003). *Trabalho e riscos de adoecimento: o caso dos auditores-fiscais da previdência social brasileira*. Brasília: Ler, Pensar e Agir.
- Filho, B. M. (2005). *O valor econômico e social do lixo de Brasília*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Filho, C. V. S. (2001). *Cooperativas de trabalho*. São Paulo: Atlas.

- Filho, I. D. T. (2002). Precusores do cooperativismo organizado. Em: Filho, I. D. T. *Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo* (2ª ed.). São Paulo: Central de Cooperativas de Crédito de São Paulo.
- Fórum Nacional Lixo e Cidadania. *Uma articulação em torno do lixo* [on line]. Disponível em:
http://www.lixoecidadania.org.br/lixoecidadania/forum/fn_index.htm,
acessado em 03/01/2007.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido* (40ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, D. (2000). Formas de escravidão no Brasil. Em: Gerusalinsky, A., Merlo, A. C. (Orgs.). *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre - APPOA.
- Freitas, M. V. O. (2005). *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel de belo horizonte*. Belo Horizonte: PUC Minas.
- Freitas, L. G. (2006). *O processo de saúde e adoecimento de professores que trabalham em ambiente virtual*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Freud, S. (1997). *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)
- Frigotto, G. (2000). A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro. Em: Guimarães, G. (Org.). *Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate - transformações no mundo do trabalho* (p. 93 a 112). São Paulo: Unitrabalho; Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- Fromm, E. (1975). *A sobrevivência da humanidade* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores (Trabalho original publicado em 1961)
- Galeano, E. (2002). *As veias abertas da América Latina* (42ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra (Trabalho original publicado em 1976).
- Ghirardi, M. I. G., Lopes, S. R., Barros, D. D., Galvani, D. (2005). Vida na rua cooperativismo: transitando pela produção de valores. *Interface – comunicação, saúde e educação*. v. 9, nº 18, p. 601-10, set/dez.
- Gonçalves, J. A (2006). Onde uns só vêem lixo, também há trabalho e renda. Em: Mello, C., Streit, J., Rovai, R. (Orgs.). *Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da fundação Banco do Brasil*. São Paulo: Plublisher.

- Gonçalves, J. A., Oliveira, M. V., Abreu, M. F. (2002). *Metodologia para a organização social dos catadores*. São Paulo: Peirópolis, Belo Horizonte: Pastoral da Rua.
- Gonçalves, P. (2001). *Coleta seletiva e inclusão social* [on line]. Disponível em: www.lixo.com.br/artigoicl.htm. Acessado em 18/04/2005.
- Gonçalves, P. (2003). *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase.
- Gonçalves, R. S. (2004). *Catadores de materiais recicláveis: trajetória de vida, trabalho e saúde*. Dissertação de Mestrado, Fiocruz/ENSP, Rio de Janeiro.
- Guimarães, G. (2000). Subvertendo e construindo o impossível. Em: Guimarães, G. (Org.). *Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate - transformações no mundo do trabalho* (p. 7 a 18). São Paulo: Unitrabalho; Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- Hardmann, F., Leonardi, V. (1982). *A história da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Ática.
- Heloani, J. R. (2003). Saúde mental e psicologia do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, 17 (20), 102-108.
- Herrán, C. A. (2005). *Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil*. Brasília, Banco Interamericano, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.
- Ide, R. M. (2005). Uma análise das diferentes noções de cooperativismo na perspectiva construcionista. *Psicologia & Sociedade*. 17 (2), 70-78, maio-ago.
- Jacques, M. G. C. (2003). Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & Trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 15 (1), 97-116, jan-jun.
- Kemp, V. H. (2003). Políticas públicas em saúde e trabalho: a reconstituição da solidariedade e do laço social. Em: Salim, C. A.; Carvalho, L. F.; Freitas, M. N. C. *Saúde e segurança no trabalho – novos olhares e saberes* (p. 115 a 132). Belo Horizonte: Fundacentro/Universidade Federal de São João Del Rei.
- Kemp, V. H., Silva, E. A., Santos, J. L. G., Ramos, L. C., Alves, T. R. C. (2004). *Trabalho, solidariedade e autonomia: a associação dos Catadores de Material Reciclável de São João Del-Rei – ASCAS*. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte.

- Lacman, S. & Uchida, S. (2003). Trabalho e Subjetividade: o olhar da Psicodinâmica do Trabalho. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*. Vol. 6, p. 79-90
- Laplanche & Pontalis (1998). *Vocabulário da psicanálise* (3ª ed). São Paulo: Martins Fontes. (p. 364-368).
- Lessa, c. (2003). Os ovos da serpente. Em: Bursztyn, M. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Garamond.
- Lianza, S. (2000). Um projeto de combate à exclusão. Em: Guimarães, G. (Org.). *Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate; transformações no mundo do trabalho* (p. 21 a 25). São Paulo: Unitrabalho; Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- Lima, J. C. (2004). O trabalho autogestiniário em economia solidária: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 19, nº 56, out. 45-62
- Luca, T. R. (2001). *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: contexto.
- Machado, A. G. (2006). *Cuidadores: seus amores e suas dores - o prazer e o sofrimento psíquico dos auxiliares e técnicos de enfermagem de um hospital cardiológico*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Magera, M. (2003). *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas, São Paulo: Editora Átomo.
- Martins, S. R., Cruz, R. M., Botomé, S. P. (2001). *A (in) sustentável banalização do ser*. *Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho*, vol. 1, nº 1, jan/jun. p. 175 a 179.
- Marx, K. & Engels, F. (2001). *O manifesto comunista* (7ª ed.). São Paulo: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1848)
- Marx, K/Lafargue, P.(2004). *O capital: extratos por Paul Lafargue* (p. 13-79). São Paulo: Conrad Editora.
- Mattos, N. S. & Granato, S. F. (2005). *Lixo, problema nosso de cada dia: cidadania, reciclagem e uso sustentável*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Medeiros, L. F. R. (2006). *Uma análise psicossocial das relações de trabalho dos Catadores de Material Reciclável organizados em duas cooperativas de*

- reciclagem*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Mendes, A. M, B. (1994). *Prazer e Sofrimento no Trabalho Qualificado: Um Estudo com Engenheiros de uma Empresa Pública de Telecomunicações*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Mendes, A. M. B.; (1999). *Valores e vivências de prazer e sofrimento no contexto organizacional*. Tese de doutorado, Brasília: Universidade de Brasília, Brasília.
- Mendes, A. M. B. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método, pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. B.; Linhares, N. J. R. (1996). A defesa como uma estratégia frente ao sofrimento no trabalhador: Abordagem psicodinâmica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 49 (2), 267 - 184.
- Mendes, A. M. B. Morrone, C. F. (2002). Vivências de prazer-sofrimento e saúde psíquica no trabalho. Em: Mendes, A. M, Borges, I. B, Ferreira, M.C. (Orgs). *Trabalho em transição, saúde em risco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Mendes, A. M. B.; Paz, V. C.; Barros, (2003). Estratégias de enfrentamento do sofrimento no trabalho bancário. *Revista Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 59 - 72.
- Mendes, A. M. B.; Cruz, R. M. (2004). Trabalho e saúde no contexto organizacional: vicissitudes teóricas. Em: Tamayo, A. (Org.). *Cultura e saúde nas organizações*. Porto Alegre: Artmed.
- Mendes, R., Campos, A. C. C. (2004). Saúde e segurança no trabalho informal: desafios e oportunidades para a indústria brasileira. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*. Belo horizonte, v. 2, nº 3, p. 209-223, jul-set.
- Merlo, A. R. C. (1999). *A Informática no Brasil: prazer e sofrimento no trabalho*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS.
- Merlo, A. R. C. (2006). A psicodinâmica do trabalho dos analistas de informática. Em: Prado, O. Z.; Fortim, I.; Consentino, L. (Orgs.). *Psicologia e Informática*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
- Merlo, A. R C ; Jacques, M. G. C. ; Hoefel, M. G. L. (2001) . Trabalho de grupo com portadores de LER/DORT: relato de experiência. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 14, p. 253-258.

- Merlo, A. R. C.; Barbarini, N. (2002). Reestruturação produtiva no setor bancário brasileiro e sofrimento dos caixas executivos: um estudo de caso. *Psicologia e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 103-122
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006). *Análise do custo e geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis – Relatório Técnico Final*. Realização: Movimento Nacional Dos Catadores de Materias Recicláveis.
- Ministério do trabalho e emprego (2005). *Termo de referência em economia solidária. Plano Nacional de Qualificação 2003-2007*. Brasília: tem, SENAES.
- Morrone, C. F. (2001). *Só para não ficar desempregado - resignificando o sofrimento psíquico no trabalho: estudo com trabalhadores em atividades informais*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Morrone, C. F.; Mendes, (2003). A resignificação do sofrimento no trabalho informal. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 91-118.
- Movimento Nacional dos Catadores De Materiais Recicláveis (2006). *Caminhar é resistir e se unir é reciclar*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome.
- Nagib, S. S. (2003). *A percepção do trabalhador sobre desemprego e a estruturação do trabalho cooperativado*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Nascimento, E. P. (2003). Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Em: Bursztyn, M. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Garamond.
- Nozoe, N. H., Bianchi, A. M. , Rondet, A. C. A. (2003). A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 17, no. 3-4, p. 234-246. jul-dez.
- Panazzo, S. & Vaz, M. L. (2001). *Navegando pela história: poder e conquista: transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Quinteto Editorial.

- Pereira, J. A. S. (2003). *Prazer-sofrimento na atividade gerencial de uma empresa estratégica: impacto dos valores organizacionais*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Piccinini, V. C. (2004). Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. *Sociologias*. Ano 6, n 12, jul-dez. p. 68-105.
- Porto, M. F. S., Juncá, D. C. M., Gonçalves, R. S., Filhote, M. I. F. (2004). Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores de um aterro metropolitano no rio de janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 20 (06), p. 1503-1514.
- Reis, I. H. (2003). Meio ambiente de trabalho dos catadores: segurança, saúde e dignidade. Em: Salim, C. A; Carvalho, I. F.; Freitas, M. N. C. (Orgs.). *Saúde e segurança no trabalho – novos olhares e saberes*. Belo Horizonte: Fundacentro/Universidade Federal de São João Del Rei. p. 133-44.
- Resende, S. (2003). *Prazer-sofrimento no trabalho bancário: impacto dos valores individuais e de variáveis demográficas*. 130 f. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Resende, S; Mendes, A. M. B. (2004). A sobrevivência como estratégia para suportar o sofrimento no trabalho bancário. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 4, n. 1.
- Rocha, R. I. (2006). Catadores não são coitadinhos. Em: Mello, C., Streit, J., Rovai, R. (Orgs.). *Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil*. São Paulo: Publisher.
- Rocha, S. R.A. (2003). “*O pior é não ter mais profissão, bate uma tristeza profunda*”: *sofrimento, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e depressão em bancários*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Rosso, S. D., Freitas, C. E. (2001). A violência na história brasileira do trabalho. Em: Silva, J. F., Lima, R. B., Rosso, S. D. (Orgs.). *Violência e trabalho no Brasil*. Goiânia: Editora UFG; Brasília: MNDH.
- Salama, P. (2002). *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo editorial. P. 17-83.
- Schlesener, A. H. (1992). *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: Editora da UFPR.

- Sen, A. (2001). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record (Trabalho original publicado em 1992).
- Silva, A C. G. (2002). *Catadores de lixo: aspectos sócio-econômico-ambiental da atividade desenvolvida no lixão municipal de Corumbá, Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, G. F. (2004a). A importância das formas associativas de organização e do desenvolvimento local integrado sustentável no resgate da cidadania: a cooperativa 100 dimensão. *Revista eletrônica dos Pós-graduados em Sociologia Política da UFSC*, vol. 2, nº 1 (2), p. 52-74. Disponível em: www.emtese.ufsc.br, acessado em 18/04/2005.
- Silva, R. R. (2004b). *Profissão pastor: prazer e sofrimento. Uma análise psicodinâmica do trabalho de líderes religiosos neopentecostais e tradicionais*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, P. C. (2005). *Prazer e sofrimento de psicólogos no trabalho em empresas privadas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Singer, P. (1981). *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Singer, P. (1994). A formação da classe operária no Brasil. Em: Singer, P. *A formação da classe operária no Brasil*. (17ª ed.) (p. 47 a 74). São Paulo: Atual.
- Singer, P. (2000a). *A cooperativa é uma empresa socialista*. Em: Guimarães, G. (Org.). *Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate; transformações no mundo do trabalho* (p. 79-91). São Paulo: Unitrabalho; Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- Singer, P. (2000b). *Desafio à solidariedade*. Em: Guimarães, G. (Org.). *Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate; transformações no mundo do trabalho* (p. 63-76). São Paulo: Unitrabalho; Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- Singer, P. (2003a). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. Em: Singer, P., Souza, A. R. (Orgs). *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* (2ª ed.) (p. 11-28). São Paulo: Contexto.

- Singer, P. (2003b). Prefácio. Em: Magera, M. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas, São Paulo: Editora Átomo.
- Singer, P. (2004). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2005). A economia solidária como ato pedagógico. Em: Kruppa, S. M. P. (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP/MEC.
- Sousa, C. M., Mendes, A. M. B. (no prelo). Viver *do* lixo ou *no* lixo? A relação saúde e trabalho na ocupação de Catadores de Material Reciclável cooperativados no DF - Estudo exploratório. *Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho*.
- Strathern, P. (2003). *Marx em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Streit, J. A. (2006). *Análise de três empreendimentos econômicos solidários do setor da reciclagem no distrito federal: referência para a atuação das organizações de apoio*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Tamayo, A. (2004). Introdução. Em: Tamayo, A. (Org.). *Cultura e saúde nas organizações* (p. 11-16). Porto Alegre: Artmed.
- Todeschini, R. (2000). *Empreendimentos solidários em expansão*. Em: Guimarães, G. (Org.). *Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate; transformações no mundo do trabalho* (p. 27-35). São Paulo: Unitrabalho; Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- Travesso-Yépez, M. A. (2002). Trabalho e saúde: subjetividade em um contexto de precariedade. Em: Mendes, A. M., Borges, I. B., Ferreira, M.C. (Orgs). *Trabalho em transição, saúde em risco* (p. 111-131). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Uchida, S. (1998). Trabalho informatizado e sofrimento psíquico. *Psicologia USP*, v. 9, n. 2, p. 179-204.
- Velloso, M. P. (2005). Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (sup): 49-61.
- Veronese, M. V.; Guareschi, P. (2005). Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. *Psicologia & Sociedade*. 17 (2); 58-69; mai-ago.

- Viana, N. (2000). Catadores de lixo: renda familiar, consumo e trabalho precoce. *Estudos e Negócios*. Vol. 27, n. 3, jul-set. Goiânia:UCG.
- Vieira, A. P. (2005). *Prazer, sofrimento e saúde no trabalho de teleatendimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília
- Wagner, E. S. (2002). *Hannah Arendt & Karl Marx – o mundo do trabalho* (2^a ed.). São Paulo: Ateliê Editorial.
- Weber, M. (2005). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Claret (Trabalho original publicado em 1904-1905).

X. ANEXOS

1 - Fotos - Cooperativa Jequitibá



Foto 1: Vista geral da Cooperativa



Foto 2: Baías improvisadas para a seleção do material reciclável



Foto 3: Rejeitos da reciclagem



Foto 4: Papel branco beneficiado para reciclagem

2 - Fotos - Cooperativa Ipê Roxo



Foto 1: O local de trabalho se confunde com o local de moradia dos catadores



Foto 2: Vista da invasão – barracos improvisados no meio do cerrado



Foto 3: Área destinada ao galpão da cooperativa



Foto 4: Cavalo e carroça utilizados na coleta de material reciclável